MINISTÉRIO PÚBLICO RJ 02 Fl

ADITAMENTO DA PORTARIA DO PRESENTE
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PARA DELIMITAÇÃO DO OBJETO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE ADITAR** a portaria de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue:

MPRJ n: 2019.00978799	**Portaria n: 177/2019**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar em CD eletrônico, **no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC**, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio"*. O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a *"(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga"*

Origem: Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ADITAMENTO

Para tanto, **determina-se.**
Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação.**

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113) Tel. 2645-6950

Itaboraí, 27 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 177/2019

O MPRJ, presentado por esta Promotoria, ajuizou ação civil pública em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO (processo nº 0009919-12.2018.8.19.0023), questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos que compõem o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro): (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

Após o ajuizamento da citada ACP, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão do processo, para

tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Assim, foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC;

Finalmente, no dia 09/08/19, foi assinado o TAC no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Governador, do Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo já foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, no dia 13/08/2019;

O citado TAC possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento;

Incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção datada de 03/09/2019;

Assim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação:

> ***"CLÁUSULA SEGUNDA**: (...) 5.2.5) **Em relação às condicionantes 34** - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".*

Dessa maneira, o **presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.9 da cláusula terceira do termo de ajustamento de conduta**

pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação:

> ***"CLÁUSULA TERCEIRA:*** *(...) 6.9) O INEA e/ou SEAS apresentará (ão), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga".*

Todos os demais elementos produzidos nos autos da ação civil pública especificada, bem como nos autos dos inquéritos civis públicos que ensejaram a sua propositura;

Nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade"*;

Segundo o art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado"*;

De acordo com o disposto no art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente"*;

Destarte, o objetivo Institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88);

Como se sabe, é objetivo institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais, do meio ambiente e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, caput, CRFB/88), sendo que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros

interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, III, da Constituição da República;

Os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, o art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e o art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, estabelecem que constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados;

RESOLVE o Promotor de Justiça que este subscreve, **ADITAR** o presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma da portaria em anexo, para delimitação do objeto, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. Acusando o recebimento do ofício de fls. 54/60, **oficie-se ao INEA** solicitando informar o andamento do processo de sindicância para apurar os fatos relatos no Processo Administrativo E-07/026/295/2019;

II. Acusando o recebimento do ofício de fls. 61/62, **oficie-se à SEAS** informando que a obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC, na qual a PETROBRAS em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio", por sua natureza, de fato, prescinde da vistoria *in loco*.

Itaboraí, 27 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.10.28 15:00:30 -03'00'

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2019.00978799	**Portaria nº: 177/2019**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a *"(...)comprovar em CD eletrônico, **no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC**, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".*

Origem: Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC I DO COMPERJ

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação.**

Itaboraí, 13 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113)
Tel. 2645-6950

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 177/2019

CONSIDERANDO que o MPRJ, presentado por esta Promotoria, ajuizou ação civil pública em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO (processo nº 0009919-12.2018.8.19.0023), questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos que compõem o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro): (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento da citada ACP, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão do processo, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Assim, foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC;

CONSIDERANDO que, finalmente, no dia 09/08/19, foi assinado o TAC no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Governador, do Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo já foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, no dia 13/08/2019;

CONSIDERANDO que o citado TAC possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento;

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução

entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção datada de 03/09/2019;

CONSIDERANDO que, assim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação:

> *"**CLÁUSULA SEGUNDA**: (...) 5.2.5) **Em relação às condicionantes 34** - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".*

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos da ação civil pública especificada, bem como nos autos dos inquéritos civis públicos que ensejaram a sua propositura;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade"*, nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado*";

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente"*;

CONSIDERANDO, destarte, o objetivo Institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88);

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio

ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que, a teor do que dispõem os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados;

RESOLVE o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, bem como da sentença judicial que o homologou, e da promoção em anexo, datada de 03/09/19;

II. **Oficiar à PETROBRAS,** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

III. Com a chegada da resposta ao item anterior, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação necessária), **oficie-se ao INEA/SEAS**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC;

IV. **Oficiar ao Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e Instituto Estadual do Ambiente (INEA)** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, no prazo estabelecido na obrigação, qual seja, 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

V. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 13 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 16/10/19.

Ref.: **Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023**

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I- DAS PARTES

1) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Nancilândia – Itaboraí/RJ, Salas 103/104, CEP: 24800-000, doravante denominado de **MPRJ,** como compromitente;

2) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 42.498.600/0001-71, neste ato representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-312, na pessoa da Secretária ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO e do Governador do Estado do Rio de Janeiro WILSON JOSÉ WITZEL, doravante denominado ERJ, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela n. 110, Saúde, no Rio de Janeiro, representado por seu Presidente CLÁUDIO BARCELOS DUTRA, e pelo Diretor de Licenciamento Ambiental, ALEXANDRE CRUZ, doravante **INEA,** como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelo seu Presidente, ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO, com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS,** como compromissário;

MPRJSEP2TCOITB 201900978799 050919 14:42:17

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos : (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que a citada ACP foi ajuizada com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 314/09 (MPRJ 200800200748), Inquérito Civil n.º 132/13 (MPRJ 201301218630), Inquérito Civil n.º 161/15 (MPRJ 20150067759), Inquérito Civil n.º 126/13 (MPRJ 201301201999) e Inquérito Civil nº 34/2014 (MPRJ 201400277033);

CONSIDERANDO que a Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13) é um empreendimento que consiste na implantação da barragem no Rio Guapiaçu com vistas à ampliação da oferta de água para a Região do Leste Fluminense, localizado no município de Cachoeiras de Macacu, a pretexto da previsão do adensamento populacional da região por conta da implantação do COMPERJ e outros empreendimentos, cenário original que se reduzirá em decorrência da revisão do tamanho do empreendimento;

CONSIDERANDO que as partes concordam em não realizar a Barragem de Guapiaçu como uma medida mitigatória e compensatória decorrente do empreendimento COMPERJ, ao menos até eventual resultado do estudo do reforço hídrico;

CONSIDERANDO que, como objeto específico da ACP em tela, foram formulados pedidos de medidas de compensação/reparação, mitigação e recuperação ambiental em razão dos fatos apurados no IC 126/13, ou seja, no entendimento do MPRJ há necessidade de revisão dos atos administrativos autorizativos, em especial no que toca: à adequação da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2), **até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC tem como finalidade pôr fim à ACP 9919-12.2018.819.0023, e contempla todas as obrigações necessárias ao adimplemento das obrigações do licenciamento ambiental dos empreendimentos em tela e outras medidas mitigatórias e compensatórias, excluindo-se aquelas as quais a Compromissária logrou êxito em comprovar já ter cumprindo, bem como alguns pedidos correlatos de outras ACPs que versam sobre o COMPERJ, conforme expressamente ressalvado nas cláusulas seguintes;

CONSIDERANDO que o TC-Restauração nº 3/2011 foi celebrado tendo como objeto a formalização dos compromissos e condições visando a restauração florestal e outras atividades relacionadas, decorrentes das medidas mitigatórias e compensatórias do empreendimento COMPERJ, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS foi comunicada sobre a rescisão unilateral do TC Restauração nº 3/2011, por meio do Ofício SEA/SE nº 292/2018, onde foi proposto um TAC;

CONSIDERANDO que, em resposta ao Ofício SEA/SE nº 291/2018 a PETROBRAS propôs que fosse celebrado um Termo de Compromisso de Restauração Florestal (TCRF), conforme Carta SMS/LA 0030/2018 protocolada em 24/08/2018;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS, SEAS e INEA entendem pela possibilidade de ser feita a adesão ao mecanismo financeiro previsto na legislação vigente para viabilizar a restauração florestal;

CONSIDERANDO a Lei nº 6.572, de 31/10/2013, que dispõe sobre a compensação devida pelo empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental no estado do Rio de Janeiro, institui a contribuição por serviços ecossistêmicos nos termos da Lei Federal 9.985/00 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução SEAS nº 12/2019, em especial seu art. 6º, § 1º, que regulamenta o mecanismo financeiro de compensação florestal previsto nos arts. 17, § 1º, da Lei federal nº 11.428/2006, e 3º-B da Lei estadual nº 6.572/2013;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta SEA/INEA nº 654 de 23/10/2017, que estabelece procedimentos para a celebração de TCRFs para cumprimento da obrigação referente à compensação de que trata o art. 3º-B da Lei nº 6.572/2013, introduzido pela Lei nº 7.061/2015, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Parecer 59/09/2018 – EABM-ASJUR/SEA da Assessoria Jurídica da SEAS concorda em monetizar, utilizando o mecanismo financeiro, para cumprimento das condicionantes e que o Ministério Público excepcionalmente, no caso concreto, concorda com a proposição desde que sejam feitas medidas adicionais de revegetação, realizadas majoritariamente em áreas internas do COMPERJ as quais a PETROBRAS possa ter gestão;

CONSIDERANDO que, em que pese os diplomas normativos acima mencionados que criam e autorizam o uso do TCRF, a 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, de forma geral, não concorda com a tese de monetização da obrigação de revegetação, eis que entende que todo e qualquer empreendedor (portanto, o empreendedor-poluidor-pagador) deve realizar diretamente e *in natura* toda a sua obrigação de restauração. Assim, o MPRJ entende que qualquer legislação infraconstitucional que substitua aprioristicamente a obrigação do empreendedor de promover a revegetação *in natura* por obrigação de pagar quantia certa (ainda que seja depósito no FECAM com utilização necessária em restauração florestal) viola o art. 225 da Constituição da República e desnatura os princípios constitucionais ambientais. Ocorre que, no caso concreto, diante do amplíssimo objeto da ACP e do presente TAC, tendo vista que os Compromissários, em sede de acordo, concordaram com diversas teses do MPRJ, esta Promotoria (repete-se: apenas neste caso concreto) flexibilizou seu entendimento jurídico sobre a possibilidade de monetização da revegetação do COMPERJ, e isso só foi possível diante da assunção de novo compromisso adicional por parte da PETROBRAS de plantar e/ou manter mais 660 hectares, conforme cláusulas seguintes, em especial item 5.1.11.2;

CONSIDERANDO que nos anos de 2012 e 2013 foram apresentados aos órgãos ambientais relatórios do "*Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos do Impacto do COMPERJ sobre os Municípios da Região de Influência*", em atendimento às condicionantes 8.6 e 8.13 da Licença Prévia nº FE013990;

CONSIDERANDO que nos citados estudos, em que se realizou diagnóstico do sistema de coleta e tratamento de esgoto de Itaboraí e Maricá, restou confirmado que, ante a carência na infraestrutura de saneamento destes dois municípios e os incipientes esforços do Poder Público em implantar melhorias nesse sistema e a previsão de incremento e adensamento populacional decorrentes da instalação e da operação do

COMPERJ, se fazia necessária a adoção de medida compensatória, tal como constou do Parecer do INEA que subsidiou a emissão da Licença de Instalação nº IN001540[1];

CONSIDERANDO que em 30.03.2012 foram celebrados, entre a PETROBRAS, a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, o INEA e a Fundação Bio-Rio, os convênios 6000.0074451.12.4 e 6000.0074452.12.4, tendo como objeto a implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Itaboraí e Maricá, respectivamente. Esses convênios foram iniciados quando da sua assinatura e foram encerrados por decurso de prazo em 01.11.2014, para o município de Maricá, e 30.01.2015, para o município de Itaboraí, sem a conclusão do objeto e com saldo remanescente. Também em 30.03.2012, foi celebrado, entre a PETROBRAS, SEA, INEA e Fundação Bio-Rio, o convênio 6000.0074450.12.4 para a construção da Barragem de Guapiaçu. Este convênio foi iniciado quando da sua assinatura e encerrado por decurso de prazo em 23.01.16, sem a conclusão do objeto e com saldo remanescente, tendo sido realizado apenas o projeto, e cujas obras não foram iniciadas, devido a não emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental;

CONSIDERANDO que se encontra em trâmite na 5ª Vara de Fazenda Pública a ação de cobrança proposta pela PETROBRAS, e ainda tendo o Juízo da Vara Regional da Ilha do Governador declinado a sua competência para o aludido Juízo Fazendário, no entendimento de que a SEAS e o INEA deveriam integrar o polo passivo da referida ação;

---

[1] Confira-se o que constou do aludido estudo:
"[...] entre os anos 2000 e 2012, o município de Itaboraí apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto de, respectivamente, 0,00% e 1,94%, o que representa uma pequena melhora, sendo inferiores ao índice dos municípios estudados do Conleste - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (20,06%) e muito distante de atingir sua meta de 20,00%. Além das obras de captação e distribuição de água, a Prefeitura também está implantando rede de águas pluviais em algumas ruas.
Nas áreas não atendidas do município, a solução é a ligação no sistema de águas pluviais ou o lançamento direto nas ruas ou nos cursos d'água. É importante ressaltar que, como não existe tratamento na rede de águas pluviais, não se pode considerar que no município exista rede mista (sistema unitário) ".
"[...] entre os anos 2000 e 2012, o município de Maricá apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto, respectivamente 3,95% e 10,68%, que é muito baixo, mas representa uma pequena melhora, e inferiores ao índice dos municípios do Conleste estudados (20,06%) e, distante de atingir sua meta de 23,16%".

CONSIDERANDO que a aludida ação de cobrança se refere à prestação de contas no âmbito dos Convênios para construção do sistema de esgotamento sanitário em Itaboraí, do sistema de esgotamento sanitário em Maricá e da Barragem de Guapiaçu – Reforço Hídrico (Processo nº 0286071-57.2016.8.19.0001) e de uma reconvenção neste referido processo;

CONSIDERANDO que a condicionante nº **32** não possui a redação contida na petição inicial[2], mas sim a redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016, que determinou ao INEA a revisão e a unificação das condicionantes 32 e 34 estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009, ora transcrita: *"32 - Executar e concluir as intervenções previstas nos convênios 6000.0074452.12.4 e 6000.0074451.12.4, referentes à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Maricá e Itaboraí, incluindo escopo adicional relativo a Maricá e Itaboraí, de acordo com estudo de concepção a ser apresentado pela SEA, com posterior repasse pela SEA dos ativos aos titulares dos serviços de saneamento básico que serão os responsáveis pela operação dos sistemas, bem como contribuir para a viabilização da implantação da Barragem de Guapiaçu, objeto do Convênio 6000.0074450.12.4, obedecendo o limite máximo de R$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), resultante da readequação das anteriores condicionantes 32 e 34 para os investimentos citados nesta condicionante, computados os valores já aplicados naquelas condicionantes, e os custos diretos e indiretos a serem suportados pela PETROBRAS";*

CONSIDERANDO que o Esgotamento Sanitário de Itaboraí e Maricá é a ação prioritária e fundamental porque já foram iniciadas e seu abandono se traduziria em dano ao erário e que são a condicionante 21 da LP 013990[3];

CONSIDERANDO o que dispõe a condicionante 33: *"Utilizar nos processos industriais do COMPERJ exclusivamente água de re-uso originárias de Estações de*

[2] A condicionante 32 na forma posta na petição inicial, possuía a seguinte redação: "32- Aplicar R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na construção da Barragem para regularização da vazão do Rio Guapiaçu visando o incremento da vazão do Rio Macacu em mais 5 m3/s, em periodo seco, incluindo o custeio das desapropriações necessárias e implantação de um Plano de Proteção da Área de Entorno do Reservatório, conforme projetos que serão fornecidos pela SEA/INEA", conforme Deliberação CECA/CLF 5.386, de 16/08/2011.

[3] Condicionante 21 da LP FE 013990: "Considerar no licenciamento do emissário submarino a implantação de sistema de esgotamento sanitário para atender a região que será cortada pela parte terrestre do emissário".

Tratamento de Esgoto - ETE, à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de re-uso" e que apesar do contrato firmado em 25/11/2013 com a CEDAE – Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro, para que esta, através da Estação de Tratamento de Água – ETA do Guandu forneça para a PETROBRAS a água de reuso inicialmente prevista, não estará disponível para fornecimento para a partida da UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural), cuja previsão de início de operação é ao final de 2020,bem como para os anos posteriores;

CONSIDERANDO que, em 01/08/2017, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, por meio da DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.102, suspendeu a validade da condicionante 33, determinando que a PETROBRAS apresente ao INEA, um Estudo Hídrico Complementar abordando possíveis soluções para o suprimento de água do COMPERJ, o que também é postulado na ACP;

CONSIDERANDO a necessidade de prazo para elaboração do estudo suficiente pela PETROBRAS após a aprovação do Termo de Referência pelo INEA;

CONSIDERANDO que em 27/10/2017 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta PRGE/SGP/LA 154/2017 apresentando o Termo de Referência de Estudo Hídrico Complementar, em atendimento à Deliberação CECA Nº 6.102;

CONSIDERANDO que em 16/07/2018 foi recebido pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01094464 solicitando revisão do referido Termo de Referência e que em 20/07/2018 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta PRGE/SGP/LA 112/2018 apresentando as revisões solicitadas;

CONSIDERANDO que em 22/11/2018 foi recebida pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01096952 solicitando nova revisão do aludido Termo de Referência e que em 05/12/2018 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta SMS/LARE/ 0001/2018 apresentando as revisões solicitadas;

CONSIDERANDO que em 09/04/2019 foi recebida pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01096952, aprovando o Termo de Referência, conforme parecer Técnico nº 142/2019/SEORH;

CONSIDERANDO que os efeitos da condicionante 33 estão suspensos até a manifestação formal do INEA com relação as conclusões obtidas no referido estudo;

CONSIDERANDO que as partes concordam com a utilização provisória da outorga de água já existente do Rio Guandu, atualmente sob titularidade da REDUC, nos exatos termos das cláusulas que seguem e desde que: (i) haja prestação de contas periódica sobre o volume de água utilizado pela REDUC e pela UPGN do COMPERJ, a fim de que se possa fiscalizar que não haverá utilização de água acima do volume permitido na outorga; (ii) de fato que tal utilização de água do Rio Guandu seja provisória, até que sejam implementadas as medidas do Estudo Hídrico Complementar abordando soluções para o suprimento de água do COMPERJ, de maneira que, nos prazos previstos em tais estudos aprovados pelo órgão ambiental e pelo MPRJ, haja a substituição de utilização de água do Rio Guandu por água prioritária de reuso para o suprimento de água de todos os processos industriais possíveis do COMPERJ, prevendo o reuso dos efluentes dos processos industriais e efluentes sanitários, quando possível[4],(iii) seja concedida pelo INEA a renovação da outorga do rio Saracuruna à PETROBRAS para sua utilização até dezembro de 2023;

CONSIDERANDO que, em 14/03/2008, foi assinado entre PETROBRAS e CEDAE o Convênio para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto das Caixas, na vazão de 100 litros por segundo, visando ampliar a capacidade de produção de água tratada (potável) do sistema de abastecimento do Município de Itaboraí, bem como atender à demanda necessária de água tratada (potável) durante as obras de implantação do COMPERJ, o que já viabilizou reforço hídrico na região;

CONSIDERANDO que o referido Convênio previa que a PETROBRAS arcaria com todos os recursos necessários à consecução de seu objeto e que ao término das obras, os ativos resultantes da execução do objeto foram transferidos à CEDAE;

CONSIDERANDO o ajuste no sentido de que em contrapartida à transferência de ativos à CEDAE, os investimentos realizados pela PETROBRAS, cerca de R$ 75 milhões, foram convertidos em volume de água potável para o COMPERJ (até 50 litros por segundo);

[4] Destaca-se que a condicionante 33 da UPB prevê: " Utilizar nos processos industriais do COMPERJ exclusivamente água de re-uso originárias de Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, **à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de re-uso.**

CONSIDERANDO que também em contrapartida à transferência de ativos à CEDAE e à obra realizada pela PETROBRAS, houve reforço hídrico de água potável para a população de Itaboraí de 50 litros por segundo;

CONSIDERANDO a necessidade de uma solução de fornecimento de água que viabilize a partida da UPGN em 2021 e por consequência permita o aumento da produção dos campos do Pré-Sal;

CONSIDERANDO que, em 20/05/2010, foi emitida Licença de Prévia Nº IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

CONSIDERANDO que a Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ é um empreendimento que consiste na construção da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

CONSIDERANDO que antes desta Estrada ser construída e mesmo após, vinha e vem sendo utilizada, prioritariamente, a Estrada Sul, que substituiu a utilização da Estrada S, onde moradores relataram problemas com o trânsito de veículos pesados das empresas que prestavam serviços ao COMPERJ tendo, inclusive, segundo os moradores, havido abalo na estrutura de alguns imóveis, conforme IC 34/14;

CONSIDERANDO que, em atendimento à condicionante 5.4[5], mencionada na ACP equivocadamente na peça inicial como condicionante 6.7 da LP da EAP IN001543, que versa sobre cronograma de desapropriações, que este foi apresentado dentro do Programa de Desapropriação, cap. 5.5 do Plano Básico Ambiental, e protocolado quando da solicitação da Licença de Instalação da Estrada de Acesso Principal do COMPERJ, sendo necessário um tempo para resgate de tais informações;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS apresentará em cumprimento ao TAC o cronograma de efetivação das desapropriações em 300 (trezentos) dias contados da homologação, pois será necessário realizar um resgate destes dados, já que parte foi feita extrajudicial e outra parte judicialmente;

---

[5]- *Apresentar na ocasião do requerimento de LI:*
5.4 – Cronograma para a efetivação das desapropriações que se fizerem necessárias à implantação da rodovia;

CONSIDERANDO que a Estrada para Transporte de Equipamentos Especiais, denominada UHOS (Ultra Heavy Over Size, objeto do IC 314/09 e IC 161/15) é um empreendimento que consiste em uma via destinada ao tráfego de veículos pesados, possuindo aproximadamente 18 quilômetros de extensão, atravessando várias comunidades que compõem o Complexo do Salgueiro, no Município de São Gonçalo. A Estrada UHOS interliga o "Píer de atracação localizado na Praia da Beira (Município de São Gonçalo)" à via projetada para acesso ao COMPERJ, a qual intercepta a Rodovia Federal BR-493 na altura do km 7, no Distrito de Itambí (Município de Itaboraí), fazendo parte do denominado "Sistema UHOS";

CONSIDERANDO que a PETROBRAS procurou dar atendimento à condicionante 12[6] da LP IN 019084 realizando um convênio com o Município de São Gonçalo onde estava prevista a transferência do SISTEMA DE UHOS para o Município;

CONSIDERANDO que através da Carta AB-PGI/COMPERJ 0018/2015 realizou a transferência de posse da Infraestrutura da UHOS para a Prefeitura de São Gonçalo e que cabe mencionar ainda, que conforme Convênio de Cooperação celebrado com o Município de São Gonçalo para a viabilização da implantação da via, estava previsto no item 2.1.4 o repasse da via ao Município:

> *"Repassar para o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO após a implantação da Via de transporte dois Equipamento Especiais do COMPERJ a infraestrutura que será realizada neste Município pelo Projeto PETROBRAS, em conformidade com o objeto do presente CONVÊNIO, para que seja adequada e ampliada, visando à implantação do Projeto Porto da Praia da Beira;"*

CONSIDERANDO que o Município de São Gonçalo e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, emitiram os Decretos nº 115/2011 e 43.472/2012, respectivamente, Declaração de Utilidade Pública para fins de construção da via, evidenciando o interesse público pela via;

---

[6] *"doar ao poder público, como medida socioambiental, o conjunto de obras e instalações do píer, retroporto e rodovia de acesso, após atendidas as necessidades relativas à movimentação de equipamentos pesados para implantação do COMPERJ, conforme condições especificas estabelecidas em Termo de Compromisso a ser celebrado com o Estado, em até 180 dias após a emissão da Licença de Instalação*

CONSIDERANDO que a PETROBRAS e empresas locais ainda possuem interesse na utilização da referida Estrada UHOS para passagem de equipamentos pesados, bem como considerando o interesse do Município de São Gonçalo no Prédio denominado de Centro de Integração, localizado na Av. Presidente Kenedy 765, Estrela do Norte, em São Gonçalo, que resultou de um investimento de cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões reais) pela PETROBRAS;

CONSIDERANDO que a eventual destruição da Estrada UHOS não resolveria o problema de segurança pública no local, pois o trajeto já era utilizado para tráfego pelo tráfico, sendo certo que as partes concordam na substituição deste pedido por outros pedidos que tornem viável uma utilização da mencionada estrada que atenda ao interesse público (itens 5.6.1 até 5.6.4 deste TAC), bem como no estabelecimento de medidas compensatórias adicionais pela PETROBRAS em favor do Município de São Gonçalo, em razão da construção da Estrada UHOS, no valor total de R$ 30.750.000,00 (trinta milhões, setecentos e cinquenta mil reais), conforme itens 5.6.3, 11.1, 11.2 e 11.3 deste TAC;

CONSIDERANDO que em atendimento à condicionante 21, a PETROBRAS realizou a implantação dos dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras e que a empresa contratada para a realização da obra da estrada UHOS reportava mensalmente as evidências de atendimento através do relatório do Plano Ambiental da Construção as atividades de Gerenciamento de Tráfego Durante as Obras, informadas ao INEA trimestralmente através do PGA Cap. 6.7 (Plano de Gerenciamento de Tráfego durante as obras), inclusive com relatório fotográfico;

CONSIDERANDO que em atendimento à condicionante 23, a PETROBRAS atendeu as normas municipais quanto ao tráfego de veículos durante as obras e que a empresa contratada para a realização da obra da estrada UHOS atuava para o Gerenciamento de Tráfego (conforme reportado no Capítulo 6.7 do Plano de Gerenciamento de Trafego durante as obras) através do Plano de Gestão Ambiental protocolado trimestralmente no órgão ambiental estadual, assim como no atendimento aos requisitos legais aplicáveis, dentre eles os municipais;

CONSIDERANDO que em 2016 houve um incêndio em um prédio administrativo do COMPERJ sendo que foram perdidos os últimos Planos de Monitoramento Epidemiológico, razão pela qual a PETROBRAS se comprometerá a apresentar os

resultados obtidos que se refiram até o ano de 2014, que foram os quais conseguiu resgatar. Além disso, os planos de monitoramento epidemiológico deverão ser atualizados até 2017;

CONSIDERANDO que as partes que firmam este TAC esclarecem que o Município de Cachoeiras de Macacu não figura como beneficiário no presente TAC de obrigações de fazer e, sobretudo, das obrigações referentes a novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares. O motivo de Cachoeiras de Macacu não ter sido contemplado no presente TAC é que o empreendimento que seria construído no território de Cachoeiras de Macacu (a chamada "Barragem do Guapiaçu") em decorrência do COMPERJ, não o será mais implantado como medida compensatória do empreendimento, sendo certo que o presente TAC estabeleceu a obrigação da PETROBRAS de realizar estudos para o reforço hídrico da região. Caso futuramente seja escolhido e executado algum empreendimento com este objetivo de reforço hídrico da região no Município de Cachoeiras de Macacu pelo Estado do Rio de Janeiro, o MPRJ, no exercício de suas funções institucionais, diligenciará para acompanhar e fiscalizar o processo de licenciamento ambiental do novo empreendimento;

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado a operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para o licenciamento e para fiscalização do empreendimento COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento da presente ACP, o MPRJ oficiou à PETROBRAS para dar notícia do ajuizamento das ACPs e, em resposta, a PETROBRAS, manifestou seu interesse em tentar celebrar TAC, o que foi aceito, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito. A partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos do Inquérito Civil Público n. 239/2017;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, caput, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os art. 1°, inciso I, art. 2°, *caput*, art. 3°, art. 4° e art. 5°, inciso I, e §6°, da Lei 7.347/1985, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as* ***ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados****: (Redação dada pela Lei n° 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I - ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão* ***propostas no foro do local onde ocorrer o dano****, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá ter* ***por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer****.*
> *Art. 4°* ***Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente****, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei n° 10.257, de 10.7.2001)*
> *Art. 5°* ***Têm legitimidade*** *para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei n° 11.448, de 2007).*
> ***I - o Ministério Público****; (Redação dada pela Lei n° 11.448, de 2007).*
> *(...)*

> *§6º - Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados **compromisso de ajustamento de sua conduta** às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que, o MPRJ é, segundo disposições das Leis 7347/87, arts. 1º e 5º, e 8078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à promoção de ação civil pública e celebração de termo de ajustamento de conduta para a defesa coletiva dos direitos e interesses meta individuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no *art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85,* celebrar **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, para pôr fim à ACP nº 9919-12.2018.819.0023, na forma que se segue.

III- DAS DISPOSIÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) tem como objeto chegar a um acordo sobre a integralidade dos pedidos feitos na ACP 9919-12.2018.819.0023 em tela, havendo o ajustamento de conduta com aquelas obrigações as quais a Compromissária não cumpriu ainda ou são por meio do presente TAC alteradas.

Parágrafo primeiro - Além disso, são objeto do presente TAC os seguintes pedidos:

(i) ACP 0009884-52.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 95/2011) – Emissário terrestre e Submarino: pedidos 4.2.1, 4.2.2, 4.3.1, 4.3.2, 10;

(ii) ACP 0009859-39.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 102/2011) – Linhas de Transmissão: pedidos 4.3, 4.4.4, 4.4.5, 10.

(iii) ACP 0009869-83.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 01/2013) - UPGN-ULUB: pedidos: 4.2.3.a, 4.2.3b, 4.2.3c, 4.2.3d, 10.

(iv) ACP 0009897-51.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 106/2010) – Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ: pedidos C.3f, C8, C9, C10, C11, C12, C14, C16, 10.

Parágrafo Segundo - O presente TAC põe fim e se traduz em termo final a todos os pedidos da ACP 9919-12.2018.8.190023, bem como aos pedidos elencados no parágrafo primeiro (anterior ao presente), o qual deverá ser devidamente homologado por sentença judicial, que tramita perante a Justiça Estadual de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Terceiro – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi deferida a suspensão de execução de sentença nº 2013.02.01.006894-8, movida pelo ERJ, determinando a suspensão dos efeitos da aludida decisão até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o presente TAC não trará qualquer prejuízo para a coletividade ou para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças que já estejam exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento, na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais em questão;

Parágrafo Quarto - Após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo

referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação.

Parágrafo Quinto – As partes declaram que o presente TAC está sendo celebrado considerando que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (TREM 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.

1) A PETROBRAS se compromete a apresentar, em até **16 (dezesseis) meses** após a aprovação do Termo de Referência do INEA (o qual deverá contar com prévia manifestação do MPRJ), Estudo Hídrico Complementar, em atendimento à Deliberação CECA Nº 6.102, com vistas a avaliar alternativas de águas de reuso para o Comperj, devendo tal estudo abordar possíveis soluções para o suprimento de água para todos os processos industriais do COMPERJ, inclusive para a UPGN e Trem 1, sendo certo que o estudo a ser apresentado deve prever e priorizar o reuso dos efluentes nos processos industriais em que isto for possível.

2) A PETROBRAS se compromete a depositar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a

avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro.

3) A PETROBRAS se obriga a depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as importâncias remanescentes de: (i) R$ 98.642.130,83 (noventa e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e trinta reais e oitenta e três centavos), para atender à finalidade de término das obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, incluindo escopo adicional; e (ii) R$ 131.952,702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016[7].

[7] *Os valores discriminados neste item constam na memória de cálculo abaixo, elaborada pela Petrobras que não possui efeito jurídico liberatório, os quais foram obtidos levando em consideração os valores efetivamente pagos pela Petrobras à Fundação Bio-Rio e os valores remanescentes pendentes de pagamento, em cumprimento às condicionantes 32 e 34. Os valores pagos foram apresentados pela Petrobras por meio dos extratos bancários dos respectivos convênios. A SEAS/INEA, a quem cabia a entrega de relatórios da aplicação dos recursos, poderá estabelecer processo regular de apuração, no qual se perquirirá, inclusive, a aplicação dos recursos já recebidos e sua correção, com a finalidade, entre outras, de prestar as informações respectivas*

3.1) A título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a PETROBRAS se compromete ainda a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 – trinta e cinco – dias), a importância de R$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região; e (b) a importância de até R$ 12.903.617,28, para o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário.

3.2) O saldo remanescente desta atualização monetária, que soma R$ 4.105.535,10 (quatro milhões, cento e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e dez centavos), será depositado em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, devendo ser utilizado como medida compensatória, para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no COMPERJ.

---

ao MPRJ, nos termos deste TAC, bem assim de esquadrinhar, se for o caso, responsabilidades por eventuais irregularidades. Não é objeto do presente TAC fazer juizo de valor e atestar o cumprimento dos convênios anteriormente firmados para a execução das obras.

MEMÓRIA DE CÁLCULO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE ITABORAÍ E MARICÁ E REFORÇO HÍDRICO			
Rubricas	**Valores Previsto**	**Valores aportados à Fundação Rio Rio**	**Referência**
Valor do convênio barragem de Guapiaçu	250.000.000,00	26.919.000,00	Condicionante 34: Convênio de esgot. Itaboraí nº 6000.0074451.12.4 Condicionante 34: Convênio de esgot. Maricá nº 6000.0074452.12.4 Condicionante 32: Convênio barragem Guapiaçu nº 6000.00.74450.12.4 (Averbação Nº AVB001306 da LI Nº IN001540)
Valor do convênio esgotamento sanitário Itaboraí	99.446.000,00	94.997.822,80	
Valor do convênio esgotamento sanitário Maricá	60.554.000,00	57.488.343,41	
Total	410.000.000,00	179.405.166,21 *	
Saldo dos convênios de esgotamento e barragem	230.594.833,79		410.000.000,00 - 179.405.166,21
Este saldo foi subdividido no TAC conforme abaixo:			
Total orçado pela CEDAE para conclusão do escopo remanescente do esgotamento sanitário de Itaboraí e Maricá	98.642.130,83	Não aplicável	Orçamento da CEDAE encaminhado em 12/09/2018
Remanescente será aplicado em ações de Reforço hídrico	131.952.702,96	Não aplicável	Saldo dos 3 convênios menos orçamento da CEDAE
Ademais, foram inseridos os valores a serem pagos à título de atualização monetária do saldo dos convênios de esgotamento e barragem (índice: IPCA)	30.753.172,38	Não aplicável	Valores a serem pagos a título de atualização monetária (IPCA), conforme item 3.1 da cláusula segunda do TAC do Comperj: R$ 13.744.020,00: gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico; R$ 12.903.617,28: gerenciamento das obras de esgotamento sanitário; R$ 4.105.535,10: medida compensatória para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no Comperj.

* Este valor não considera a atualização monetária. O valor atualizado efetivamente pago, conforme extratos apresentados pela Petrobras, foi de R$ 193.449.115,00.

4) A PETROBRAS poderá utilizar a outorga já existente do Rio Guandu (atualmente destinada à Refinaria Duque de Caxias - REDUC), para fornecimento de água para a UPGN e utilidades necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que depende da conclusão do Estudo Hídrico Complementar e da implementação da solução apontada pelo referido Estudo, conforme item 1 anterior, desde que:

(i) haja prestação de contas periódica (trimestralmente) sobre o volume de água utilizado pela REDUC e pela UPGN do COMPERJ, a fim de que se possa fiscalizar se não haverá utilização de água acima do volume permitido na outorga;

(ii) a utilização de água do Rio Guandu seja efetivamente provisória, até a implementação da solução apontada pelo referido Estudo Hídrico Complementar para o suprimento de água do COMPERJ, de maneira que, nos prazos previstos neste estudo aprovado pelo órgão ambiental e pelo MPRJ, haja a substituição de utilização de água do Rio Guandu preferencialmente por água de reuso para o suprimento de água para os processos industriais do COMPERJ que forem possíveis, prevendo o reuso dos efluentes de todos os processos industriais e efluentes sanitários possíveis;

(iii) seja concedida pelo INEA a renovação da outorga do rio Saracuruna à PETROBRAS para sua utilização até dezembro de 2023.

(iv) A licença de operação do COMPERJ somente será emitida após a comprovação da utilização de 100% de água de reuso para o suprimento de todos os processos industriais do COMPERJ, à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de reuso.

5.1) No que concerne à Licença Prévia FE013990 (AVB000621) que autoriza a localização do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ):

5.1.1) Em relação à condicionante 6.9 – Apresentar o Projeto da estrada de acesso interna que ligará a área à RJ-116, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.2) Em relação à condicionante 6.16 – Apresentar o Plano Logístico de Transporte, contemplando o transporte de material e de pessoal e medidas para a

minimização dos impactos a serem gerados no tráfego, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.3) Em relação à condicionante 6.17 – Apresentar o Inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.4) Em relação à condicionante 6.20 – Apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 – Atendimento às Condições de Validade da LP no Plano Básico Ambiental (PBA), no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.5) Em relação à condicionante 7.4 – Apresentar comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

5.1.6) Em relação à condicionante 7.9: (i) Apresentar o Estudo Regional de Caracterização Hidrogeológica e Determinação de Fluxos de Água Subterrânea, já realizado, em 30 dias, contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Realizar estudo de "Background geoquímico" complementando as informações dos estudos hidrogeológicos já existentes na área de influência do COMPERJ a ser apresentado no prazo de 24 (cinte e quatro) meses contados da homologação do TAC; (iii) atualizar o Cenário Hidroquímico e Avaliação com base na Resolução CONAMA 420/2009, incluindo - se for o caso - a definição da solução mitigadora e/ou compensatória de redução das concentrações das Substâncias Químicas de Interesse (SQI) para a hipótese de ser identificada alteração na qualidade do aquífero, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (iv) considerar como condicionante da licença de operação a realização de monitoramento analítico ao longo de dois ciclos hidrogeológicos, por 24 (vinte e quatro) meses, considerando os resultados dos itens (ii) e (iii).

5.1.7) Em relação à condicionante 7.11 – (i) Apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e no Desenho (DE-6000.67-8000-182-HBQ-004) que contempla o levantamento detalhado de áreas susceptíveis a inundações e áreas encharcadas, com as soluções

propostas para a viabilização das construções e utilização da área, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.8) Em relação à condicionante 7.12 – (i) Apresentar os estudos geológicos da região (capítulo 4.2.3 do EIA/RIMA), no qual está anexo o mapa de erodibilidade da Área de Influência Direta (anexo 5_Erodibilidade_AID); e levantamento geotécnico do terreno que consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e desenhos DE- 6000.67-8000-114-HBQ-001 à 009, que contemplam as investigações geotécnicas citadas no referido Estudo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.9) Em relação à condicionante 8.1 – (i) Apresentar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Apresentar os relatórios dos monitoramentos já realizados até 2015, levando em consideração a fase de obras de implantação da Unidade de Petroquímicos Básicos (UPB – Infraestrutura de Urbanização), a Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e a Via de Acesso de Equipamentos Especiais (UHOS), conforme determinado nas condicionantes 8.1 da licença LP nº FE013990, 24 e 26 da licença LI nº IN021327, 37 e 40 da licença LI nº FE014032, 7.3 da licença LP nº IN019084 e 5.16 da licença LP nº IN001543, e os demais relatórios dos monitoramentos realizados com a retomada das obras em 2018, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (iii) executar novas medidas mitigadoras adicionais e medidas de recuperação ambiental, caso seja necessário, para redução das concentrações das substâncias mencionadas na Resolução CONAMA nº 357/2005 e/ou medidas compensatórias, dentro da área intermuros do COMPERJ, sendo que estas ações deverão ser consideradas como condicionantes da licença de operação;

5.1.10) Em relação à condicionante 8.3 – Apresentar o Programa de Monitoramento da Biota Aquática, os relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática já realizados, de acordo com a condicionante 23 da LI IN021327, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da Biota Aquática e aos Relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática até a emissão da Licença de

Operação da UPGN; (iii) Apresentar trimestralmente os relatórios, em CD eletrônico, a partir de 3 meses da homologação do TAC até o término do prazo de sua vigência.

5.1.11) Em relação à condicionante 8.4 - (i) Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) obrigação de restaurar 5.005,8[8] ha, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP n° FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4; 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP n° n° FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA n° 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI N° 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34e 35 da LI N° IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17daLI N° IN023703 e e condicionantes 3, 4,e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI N° IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI N° IN024202 (GASODUTOS);

OBJETO DA LICENÇA	COMPROMISSO (ha)
LP COMPERJ + ASV 9/2008	4.584,40
Estrada convento	221,00
Estrada UHOS	35,00
UPB	33,40
Dutos	119,00
Emissário	7,50
Linha de transmissão	1,50
Gasodutos	3,00
Canteiros Serra de Inoã	1,00
Total	5.005,80

(vii)condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS Nº IN025668 (LAS INOÃ); (viii) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI Nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB.

5.1.11.1) Para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 *supra* com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo finaceiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF.

5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

5.1.12) Em relação à condicionante 8.5 – Apresentar o Plano de Monitoramento da Biota Terrestre, os relatórios de acompanhamento já realizados no prazo de 30 dias da homologação do TAC em CD eletrônico e dar continuidade ao Plano de Monitoramento da Biota Terrestre no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da homologação do TAC.

5.1.13) Em relação à condicionante 8.6 – Apresentar o Programa de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do entorno do COMPERJ, bem como os boletins elaborados sobre os dados dos municípios e

apresentar estudo de evolução demográfica da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, até 30/06/2021, em CD eletrônico.

5.1.14) Em relação às condicionantes 8.7 e 10 – Apresentar a relação de participantes do programa de qualificação profissional voltado à população da região do entorno do Complexo, visando a maximizar a participação de mão-de-obra local a ser utilizada no empreendimento e nas oportunidades que surgirem na região, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.15) Em relação à condicionante 8.9 – Apresentar os 42 (quarenta e dois) relatórios relativos ao Programa de Comunicação Social, incluindo subprograma de Ações Sociais Integradas que contemple medidas de integração do empreendimento com as comunidades, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.17) Em relação à condicionante 11 – (i) Apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento Epidemiológico realizado até 2014, no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico, com a identificação formal de autoria pela instituição contratada (FIOCRUZ/ENSP); (ii) Atualizar o Plano de Monitoramento Epidemiológico até o ano de 2017, até 30/06/2021.

5.1.18) Em relação à condicionante 12 – Apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.19) Em relação à condicionante 13 – Apresentar o Cap. 7.7. do PBA, da Urbanização, referente ao Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas por serviços públicos na ADA, bem como os resultados obtidos, no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.20) Em relação à condicionante 13.4 – Depositar a importância de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em conta judicial a ser destinada às ações de fortalecimento das atividades de fiscalização e licenciamento do Município de

Itaboraí, cuja liberação ao Município será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

5.1.21) Em relação à condicionante 14 – Apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, em atendimento a parceria institucional tendo em vista a inovação tecnológica pró-ambiental (Tecnologias Limpas) com foco nas micro e pequenas empresas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.22) Em relação à condicionante 15 – Apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.26) Em relação à condicionante 24 - Apresentar os relatórios nos quais constem as ações de apoio aos hortos existentes na área de influência do COMPERJ, para a produção de mudas destinadas aos projetos de recomposição vegetal, em 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.27) Em relação à condicionante 27 - Apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 (trinta) dias contados a partir da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.28) Em relação à condicionante 28 - Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.30) Em relação à condicionante 30.2 - Apresentar comprovantes de pagamento, carta e publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.31) Em relação à condicionante 30.4 – Apresentar Estudo de Vazão Ecológica, em até 500 (quinhentos) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.2) **Licença de Instalação IN001540 (AVB001306; AVB001465; AVB001474) para realizar a obra de implantação de Unidade Petroquímica Básica (UPB) e áreas de apoio industrial e administrativo**

5.2.1) **Em relação à condicionante** 5 - Realizar e apresentar revisão da Análise de Riscos (Trem 1 e UPGN), no prazo de 600 (seiscentos) dias contados da homologação do TAC; e Plano de Resposta a Emergência do COMPERJ atualizado, da fase de implantação, este no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, ambos em CD eletrônico.

5.2.2) **Em relação às condicionantes** 13, 14, 16 e 26: (i) 14 - Manter atualizado o Plano de Ação de Emergência – PAE, revisando-o no máximo a cada 900 (novecentos) dias, e encaminhando cópia ao INEA sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato; (ii) 16 - Remeter relatório que evidencie que dotou a Unidade com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulação, acessórios e equipamentos, bem como a supervisão e o controle permanente das condições operacionais, no prazo de 60 (sessenta) dias antes do início da operação da UPGN; (iii) realizar estudo para avaliação quanto à dimensão do grupo de combate a focos de incêndios e o tempo de respostas às emergências, e posteriormente se adequar às medidas indicadas no estudo para atender satisfatoriamente à demanda, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC.

5.2.3) **Em relação à condicionante** 17 - (i) Apresentar projeto de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários da fase de operação visando ao reuso dos efluentes, sempre que possível; (ii) esclarecer, ainda, qual será a composição do efluente final e se as mudanças que ocorreram, ou ocorrerão, no projeto da Estação de Tratamento de Despejos Industriais (ETDI) resultarão em aumento significativo nas cargas de constituintes dos efluentes de forma que a modelagem hidrodinâmica apresentada no EIA do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ seja validada ou não, 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.2.5) **Em relação à condicionante** 34 - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até

o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio.

5.2.5.1) Eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda.

5.3) Licença de Instalação IN021327 (renovação da LI nºFE014032) para implantação da estrutura de urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que contempla as obras de terraplenagem, drenagem, anel viário, canteiro de obras referente a esta etapa, instalações de segurança patrimonial, Centro Integrado de Segurança e Centro de informação;

5.3.1) Em relação à condicionante 13 – Apresentar o Projeto Executivo de Urbanização licenciado pelo INEA, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.3.2) Em relação à condicionante 19 - Apresentar Manifestos e Plano de Gerenciamento de Efluentes, reportado no PGA, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC.

5.3.3) Em relação à condicionante 21 - Implementar, em continuidade ao já realizado, o Programa de Monitoramento dos Manguezais, devendo incluir no monitoramento dos sedimentos os parâmetros coprostranol e colesterol, no prazo de 500 (quinhentos) dias, contados da homologação do TAC.

5.3.4) Em relação à condicionante 23 - Implementar, em continuidade ao feito, o Plano de monitoramento da biota aquática dos rios Macacu e Caceribu, até a emissão da Licença de Operação da UPGN, de acordo com critérios e parâmetros aprovados pelo órgão ambiental, apresentando relatórios trimestrais, contados a partir de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico

5.3.5) Em relação à condicionante 29 - Manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na ADA, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação, apresentando relatório semestral em CD eletrônico, a partir de 500

(quinhentos) dias contados da homologação do TAC, que comprove o cumprimento da obrigação;

5.3.6) Em relação à condicionante 31 – Apresentar a atualização do plano do acompanhamento epidemiológico e sanitário no estabelecimento da correlação entre os impactos gerados pelo COMPERJ com os possíveis incrementos e/ou decréscimos das doenças pré-existentes, até 30/06/2021, em CD eletrônico.

5.3.7) Em relação à condicionante 32 - (i) Apresentar a atualização do plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ (apresentado do 21° relatório do PGA), de acordo com o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, que contemple os seguintes aspectos: considere a natalidade, mortalidade por causas, nupcialidade e a mobilidade espacial da população: (ii) 32.1- Uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na AID; (iii) 32.2- Taxas de Imigração; (iv) 32.3- Com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade, podendo utilizar a RAIs e RAIs Migra do Ministério do Trabalho, para cruzamento das informações; (v) 32.4- Seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, considerando a escolaridade, rendimento e ocupações, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC em CD eletrônico; (vi) Apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas de Serviços Públicos na Região do COMPERJ, a identificação formal de autoria pela instituição contratada (UFF), para garantir a autenticidade da origem do texto, a ser comprovada documentalmente em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.3.8) Em relação à condicionante 45 - (i) Apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando, dentre outros: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

5.4) Licença Prévia IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

5.4.1) Em relação à condicionante 5: (i) 5.1- Comprovar, por meio de relatórios do PGA, a elaboração e execução do Projeto de remoção de vegetação; (ii) Apresentar o projeto executivo da rodovia que permita o deslocamento da fauna ao longo dos seus trechos, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.4.2) Em relação à condicionante 6.7: (i) Apresentar o cronograma de desapropriações que se fizeram necessárias à implantação da rodovia; (ii) apresentar planilha com todas as desapropriações feitas, se foram consensuais ou judiciais, quais os valores pagos nos imóveis e se houve divergência entre o valor avaliado pela PETROBRAS e o utilizado pelo Juízo nos casos judiciais, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.5) Licença de Instalação IN016106 para as obras de implantação da estrada principal de acesso com 7,8 km de extensão, interligando o complexo Petroquímico a BR-493;

5.5.2) Em relação à condicionante 17 - Combater os processos erosivos dos aterros e da coleta e condução de águas superficiais, de forma a evitar os processos erosivos nos taludes de aterro e nas encostas adjacentes, evitando-se, com isso, o carreamento de partículas sólidas para o corpo receptor;

5.5.7) Em relação à condicionante 33 - Apresentar ao MPRJ os relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.5.8) Em relação à condicionante 34 - Apresentar comprovação no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do TAC, em CD eletrônico, de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação.

5.6) Licença Prévia IN019084 aprovando a concepção e localização para as obras de um canal de navegação, um cais e um retroporto, e de uma estrada de 20 km de extensão, para o transporte de cargas especiais: Estrada UHOS (IC 161/2015)[9]

[9]Além dos quatro subitens abaixo (5.6.1 até 5.6.4) referentes às obrigações de fazer para viabilizar uma utilização da Estrada UHOS que atenda ao interesse público, as partes do presente TAC acordaram nos itens 11.1, 11.2 e 11.3 abaixo três medidas compensatórias adicionais pela PETROBRAS em favor do Município de São Gonçalo, em razão da construção da Estrada UHOS, no valor total de R$ 10.750.000,00 (dez milhões, setecentos e

5.6.1) Apresentar relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados e sobre ajustes necessários à melhoria da drenagem, bem como indicar as soluções de revestimento da Estrada UHOS, no trecho localizado no município de São Gonçalo, considerando os diferentes fluxos de veículos e a qualidade de vida da população do entorno, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da vistoria no local autorizada previamente pelo Batalhão de Policia Militar responsável pela área;

5.6.2) Implementar as ações de melhoria constantes do relatório técnico da UHOS citado no item anterior, no prazo de até 500 (quinhentos) dias contados da data da aprovação do relatório pelo GATE, sem prejuízo da eventual necessidade de licença ambiental, comprovando e evidenciando sua realização, por meio de registro fotográfico, desde que seja autorizada a execução das ações no local pelo Batalhão de Policia Militar responsável pela área, que deverá garantir a segurança para execução dos serviços; Caso não seja possível executar as ações de melhoria constante do relatório técnico dentro do prazo de vigência do TAC, por questões de segurança pública, esta obrigação deverá ser repactuada entre MPRJ e PETROBRAS, sendo acordada nova obrigação com a finalidade e valor semelhantes;

5.6.3) Efetuar a transferência não onerosa ao Município de São Gonçalo da acessão na propriedade do imóvel de São Gonçalo consistente em prédio denominado Centro de Integração, onde era realizada a capacitação laboral, cujo custo de construção foi de cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), como medida compensatória pela não destruição da Estrada UHOS, no prazo de 260 (duzentos e sessenta) dias contados da homologação do TAC, competindo às Pastas e às entidades de Segurança Pública

---

cinquenta mil reais) quais sejam: "11.1) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de (...) São Gonçalo (...) mediante o depósito em conta judicial especifica do valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Municipio de São Gonçalo"; "11.2) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de (...) São Gonçalo (...) mediante o depósito do valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Município de São Gonçalo"; "11.3) Apoiar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municipais de (...) São Gonçalo, mediante depósito em conta judicial especifica da importância para São Gonçalo de R$ 10.000.000,00"

do Poder Público (e não à Compromissária) assegurar questões relativas à segurança pública. O prédio deverá ser entregue conforme relatório fotográfico e descritivo em anexo, em especial quanto às regulares condições operacionais dos elevadores, do gerador e do sistema de incêndio e, em relação à ETE, em condição funcional.

5.6.4) Apoiar financeiramente a SEAS com a importância de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante depósito em conta a ser indicada pelo beneficiário com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, para que seja elaborado pela SEAS/INEA estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara, de acordo com o Termo de Referência a ser elaborado pelo INEA, mediante consenso técnico com MPRJ;

5.7) Licença de Instalação IN020319 para realizar obras de dragagem de um canal de acesso e bacia de evolução, construção de píer de atracação, retroárea e via de acesso de cargas especiais, com supressão de vegetação nativa em 5,4 ha de floresta ombrófila densa em estágio inicial de sucessão e 1,0 ha de vegetação típica de manguezal, e implantação do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre;

5.7.1) Comprovar o cumprimento do TCCA nº 10/2012, no que tange à responsabilidade da PETROBRAS de depositar o valor estipulado no documento, correspondente ao licenciamento ambiental do Píer e da Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013, o que deve ser feito no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, por meio da apresentação de arquivos em CD eletrônico.

5.7.2) Em relação às condicionantes 21 e 23 – Apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras futuras; no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início das obras futuras;

5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.10) Quanto ao Risco Ambiental: (i) promover a revisão do Estudo de Análise de Risco (EAR), para a Refinaria Trem 1 e a UPGN, em relação à prevenção de acidentes operacionais para avaliar tanto a implementação quanto a operação do COMPERJ no que se refere aos perigos envolvendo a operação com produtos perigosos (químicos tóxicos, inflamáveis ou explosivos), em conformidade com a Resolução CONAMA n. 01, de 23 de janeiro de 1986, a Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 1º, III), tanto para a comunidade do entorno, quanto para o meio ambiente, incluindo o dimensionamento dos possíveis impactos das unidades componentes do empreendimento aos ecossistemas existentes e incremento nos planos de emergência, no prazo de 600 (seiscentos) dias, contados da homologação do TAC; (ii) promover e executar Planos de Ação de Emergência contendo: dados dos programas internos de treinamento e simulações para controle de acidentes ambientais, a constituição ou composição das equipes, as atribuições de cada equipe, de seu líder e do coordenador, as ações em caso de vazamento, evacuação, atendimento a acidentados; ações de caráter externo: os sistemas de comunicação e sistemas alternativos de energia, o tipo de treinamento e periodicidade, o apoio prestado por outras empresas e a existência e divulgação dos mapas com as rotas de fuga e os pontos de encontro definidos, quando da operação da UPGN; (iii) comprovar por meio de relatório fotográfico que foi disponibilizado kit de mitigação e contenção de possíveis vazamentos para a via de acesso ao COMPERJ (Estrada Convento) para Brigada Militar, sendo que essa estrada intercepta corpos hídricos de grande importância para a região, como os rios Caceribu e o Macacu, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do TAC.

5.11) Executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MP pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto:

5.11.2) Quanto à alteração da qualidade do ar: Implantar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, as principais recomendações propostas na reavaliação da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE (Cenário de Sustentabilidade), a saber: (i) Dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar e parâmetros meteorológicos; (ii) Implantar monitoramento contínuo de emissões de fontes fixas; (iii) Priorizar a utilização do gás natural como combustível para redução das emissões das diversas fontes; (iv) Revisar Projeto de Sistema de Detecção e Controle de Vazamentos desde o início da operação das atividades do COMPERJ para

redução das emissões fugitivas; e (v) Elaborar Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar até a obtenção da Licença de Operação da UPGN, conforme estabelecido na Resolução CONAMA n. 491/18, para a região.

5.11.5) Em relação ao dano decorrente do crescimento urbano desordenado: apresentar estudo de evolução demográfica atualizado da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, respeitado o termo final de 30/06/2021, em CD eletrônico.

10) A PETROBRAS se compromete, em OBRIGAÇÃO DE DAR, a pagar indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí, eventual, direta ou indiretamente atingidas pelos danos ambientais, urbanísticos e à saúde causados em razão do abalo e dos danos estruturais nas casas por força do fluxo intenso de veículos pesados nas ruas suportado pelos moradores antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, o que será definido em posterior fase de liquidação, na forma do art. 97 da Lei n. 8.078/90, limitando-se à área delimitada no anexo ao presente instrumento, incluindo-se, além da área delimitada no mapa em anexo, também os três seguintes moradores: (i) Sr. Catalino José Nunes, (ii) Sra. Ângela Maria Venâncio Peixoto; e (iii) Sra. Marly Maria da Conceição, sendo que os interessados e os três moradores nominados poderão ajuizar as respectivas liquidações, na forma do art. 97 da Lei n. 8.078/90. OBS.: O Mapa segue em anexo.

11) A PETROBRAS se compromete a promover OBRIGAÇÃO DE FAZER consistente em executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atenção aos pedidos 12 e 13 da inicial:

11.1) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, em cumprimento do art. 41, § 2º, do Estatuto da Cidade e do art. 24 da Política Nacional de Mobilidade Urbana, mediante o depósito em duas contas correntes específicas vinculadas ao Juízo, num valor total de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil de reais), sendo que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) será destinado ao Município de Itaboraí e R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao Município de São Gonçalo, a ser realizado no prazo de 150

(cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, sendo que a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação pelos beneficiários de prévio projeto para cada etapa do plano, com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

11.2) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, considerando a execução de programas de regularização fundiária para as Áreas ou Zonas de Especial Interesse Social (AEIS ou ZEIS)[10], identificação de conflitos de ocupações ou tendências à ocupação em áreas de risco, protegidas ou com fragilidade ambiental, mediante o depósito do valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), sendo R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Município de Itaboraí e R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Município de São Gonçalo, em duas contas correntes específicas vinculada a este Juízo, e a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC;

11.3) Apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante depósito em **duas contas judiciais** específicas da importância total de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) da seguinte forma: para Itaboraí R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e para São Gonçalo R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para execução de obras previstas nos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ, sendo certo que a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e INEA/SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. Em relação ao valor do Município de São Gonçalo, o projeto a ser contemplado será indicado pelo responsável pelo Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de

[10] Para municípios que ainda não possuem a definição das AEIS ou ZEIS, estas devem ser delimitadas para consequente regularização fundiária, tendo como preceito as diretrizes do Ministério das Cidades.

Guanabara (PSAM), mediante justificativa que demonstre o benefício ambiental para a população residente no entorno da Estrada UHOS, e a execução das obras ficará a cargo do Município;

11.4) Em substituição aos pedidos 11.3 e 11.4 da petição inicial, em decorrência de solicitação do MPRJ, a PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a ser depositado em conta judicial específica, cuja liberação ao Município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

11.5) Apoiar financeiramente a SEAS no valor total de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET-Leste[11] ou outro projeto que tenha o mesmo escopo de mitigar os impactos da expansão regional urbana, a ser depositado em conta judicial específica, cuja liberação à SEAS beneficiária será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

11.6) Depositar, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, em conta judicial, o valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), que será liberado mediante solicitação do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM e/ou SEAS, com a concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, com escopo de viabilizar obras de recuperação do prédio do DRM (situado na Rua Marechal Deodoro, 351, Centro, Niterói) para que seja possível acomodar o Comando de Polícia Ambiental (CPAM) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir com a segurança pública e ambiental da região do entorno do COMPERJ.

[11] O Plano de Estruturação Territorial do Leste Fluminense (PET-LESTE) visa à elaboração de um Plano Diretor Regional com a finalidade de promover o desenvolvimento regional, atuando de forma preventiva, ordenando e fazendo a concertação social entre empreendedores, o território, a população e os poderes locais, viabilizando o planejamento urbano integrado de 15 municípios localizados no entorno do Comperj: Itaboraí (sede do empreendimento), São Gonçalo, Niterói, Maricá, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Magé, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Teresópolis, Araruama, Saquarema e Nova Friburgo.

Dessa forma, em sendo o ERJ beneficiário, a obrigação da Compromissária PETROBRAS se exaure com o depósito da citada quantia.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

6.1) Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

6.2) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ.

6.2.1) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o devido cumprimento de cada uma das obrigações do TAC, devendo estas vistorias serem levadas em conta na confecção dos relatórios a que alude o item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações de TAC.

6.2.2) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item (i) anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA de modo a garantir transparência para a sociedade das ações realizadas pelo empreendedor; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la.

6.3) O INEA se compromete a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda;

6.4) As obrigações acordadas no âmbito do presente TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

6.5) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.6) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 07/2008, correspondente à fase de implantação da Infraestrutura e Urbanização do COMPERJ, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.7) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71, em 200 (duzentos) dias, em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.8) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Píer e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013;

6.9) O INEA e/ou a SEAS apresentará(ão), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda item 3 deste TAC, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga[12];

6.10) O INEA apresentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados

[12] Os convênios números 6000.0074451.12.4, 6000.0074452.12.4 e 6000.0074450.12.4, citados nos considerandos e firmados com a Fundação Bio Rio para a execução das obras referentes às condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, são objeto do processo judicial nº 0286071-57.2016.8.19.0001 (em trâmite perante a 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital), que consiste em ação de cobrança proposta pela PETROBRAS em face da Fundação Bio Rio, referente à prestação de contas no âmbito dos Convênios firmados para a construção dos sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá e da Barragem de Guapiaçu – Reforço Hídrico. O Juízo da Vara Regional da Ilha do Governador declinou a sua competência para o aludido Juízo Fazendário diante do entendimento de que a SEAS e o INEA deveriam integrar o pólo passivo da referida ação. Na aludida ação de cobrança há, ainda, uma reconvenção.
O presente TAC, como indicado na nota de rodapé número 7, não se presta a atestar o cumprimento das obras objeto dos citados convênios com a Fundação Bio Rio (que poderá ser perquirido pelos legitimados na via própria, como no processo judicial nº 0286071-57.2016.8.19.0001). Caso exista alguma pendência ou discordância sobre as responsabilidades em razão de eventual descumprimento dos citados convênios, os interessados devem buscar a via própria para deduzirem suas pretensões.
Finalmente, as partes declaram estar de acordo que, no presente TAC, a obrigação da PETROBRAS se restringe aos pagamentos dos valores remanescentes para integralização do montante relativo às condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, na forma da cláusula segunda, item 3.

pela PETROBRAS em relação às condicionantes 35 e 30.2 da IN001540, referentes ao Parque Natural Municipal Águas de Guapimirim;

Parágrafo Primeiro: O cumprimento das obrigações da PETROBRAS constantes do presente TAC implicará na obrigação do INEA de dar quitação das condicionantes ambientais respectivas, em especial das condicionantes 32 e 34 unificadas pela estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009;

Parágrafo Segundo: O valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula

(Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região.

Parágrafo Terceiro: Os valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda item 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela, para o INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da Implantação.

Parágrafo Quarto – SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda item 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Compete ao Compromissário ESTADO DO RIO DE JANEIRO exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização do

INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças;

Parágrafo primeiro - Os valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configuram valores estimados os quais poderão, no caso de não atingimento do total, ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região.

Parágrafo segundo – Na hipótese de existência de recursos de outras fontes do ERJ para fins da conclusão das obras de saneamento de Maricá e/ou Itaboraí, os recursos previstos na cláusula segunda, item 3, poderão ser utilizados em outras obras de saneamento em Itaboraí e Maricá, sendo necessária prévia comunicação ao MPRJ.

Parágrafo terceiro - O estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região. Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido.

Parágrafo quarto – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, deverão ser apresentados pelas equipes responsáveis pela execução dos projetos, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução de execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações relevantes, devendo o INEA/SEAS, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ;

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA: O presente termo de ajustamento de conduta terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único. Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro*:* Sem prejuízo do disposto no *caput* desta cláusula, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, as vistorias ou fiscalizações devidas.

Parágrafo segundo: O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer conforme o cronograma do Anexo 1, após análise a ser feita pelo GATE e após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens 6.1 a 6.4 da cláusula terceira.

Parágrafo terceiro: O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas na cláusula primeira, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens 6.1 a 6.4 da cláusula terceira.

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA, conforme estabelecido nos itens anteriores.

Parágrafo quinto – A responsabilidade das Compromissárias pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e

exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo responsabilidade aos compromitentes acerca da execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA SÉTIMA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros, em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo: A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS, pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único: A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS, no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA NONA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 814.550.501,69 (oitocentos e quatorze milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e um reais e

sessenta e nove centavos) não contemplando a obrigação do item 10 da cláusula segunda, sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 770.522.920,03 (setecentos e setenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais e três centavos), incluindo-se nesta importância o valor do Centro de Integração, que será transferido ao Município de São Gonçalo (conforme item 5.6.3 da cláusula segunda), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro: A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Parágrafo Segundo: A multa, ainda, não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste, e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro: As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR, ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto: A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário, constante neste TAC, e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto: Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o seu recolhimento e 05 (cinco) dias úteis para a remessa da comprovação do recolhimento ao MPRJ.

Parágrafo Sexto: As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da homologação e o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do presente TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este TAC, após a homologação, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes, homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias, quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originalmente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas, envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2019

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

WILSON JOSÉ WITZEL
Governador do Estado do Rio de Janeiro

ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO
Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

CLÁUDIO BARCELOS DUTRA
Presidente do INEA

ALEXANDRE CRUZ
Diretor de Licenciamento Ambiental do INEA

ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO
Petrobras

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail:
itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do E
Pa
93
Carimbado Ele

Processo: 0009919-12.2018.8.19.0023

Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 13/08/2019

Sentença

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 9323/9369 e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, consoante o art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil.

Quanto às custas processuais, nos termos do art. 90, §3º do Código de Processo Civil, tendo em vista que a transação ocorreu antes da prolação de sentença, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas remanescentes, se houver.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

Sentença registrada eletronicamente.

Publique-se e intimem-se.

Itaboraí, 13/08/2019.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/____

LIVIAGAGLIANO

30

Ref.: Pasta de Acompanhamento da Ação Civil Pública nº 009919-12.2018.8.19.0023

PROMOÇÃO APÓS TAC I COMPERJ

Em junho de 2018, o Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Trata-se dos processos judiciais 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023, que tramitam nessa 1ª Vara Cível de Itaboraí. Neste tema de instalação do COMPERJ, em 2014, esta Promotoria já havia ajuizado em face da Petrobras e do Município de Itaboraí a ACP 0006164-19.2014.8.19.0023 em razão da poluição atmosférica em Sambaetiba, Alto do Jacu, Itaboraí. Veja-se a tabela abaixo:

Nº do Inquérito Civil	Nº da Ação Civil Pública	Vara Competente	Objeto	Data do ajuizamento	Valor da Causa
314/09 132/13 161/15 126/13 34/2014	0009919-12.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos do: (i) projeto principal do COMPERJ em Itaboraí, qual seja, a UPB – Unidade de Petroquímicos Básicos, objeto do IC 314/09; (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09); (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13).	26/06/2018	R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais)
95/2011	0009884-52.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
102/2011	0009852-39.8.19.0023	1ª Cível de	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento "Linhas de Transmissão 345 KV do COMPERJ"	26/06/2018	R$ 500.000.000,00 (quinhentos

		Itaboraí			milhões de reais)
106/2010	0009897-89.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ.	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
01/2013	0009869-83.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
82/2013	0006164-19.2014.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Poluição atmosférica causada pelo "pó de pedra" colocado em via pública pela Petrobras sem autorização do poder público em Alto do Jacu, Sambaetiba.	19/03/2014	R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Nas mais de mil páginas das cinco petições iniciais de ACP, com valor total das causas de 7,5 bilhões de reais, foram deduzidos diversos pedidos, como mais de uma centena de obrigações de fazer relativas à complementação de estudos ambientais e instituição e execução de novas medidas recuperatórias, mitigatórias e compensatórias/reparatórias na seara ambiental, dano moral coletivo, condenação genérica em favor dos moradores que sofreram danos com as obras do COMPERJ.

Após o ajuizamento das ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC.

Foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

No dia 28 de junho de 2019, MPRJ, ERJ (por meio da SEAS e do INEA) e PETROBRAS chegaram à minuta final do TAC referente à ACP 0009919-12.2018.819.0023, com consenso técnico jurídico e ambiental sobre as obrigações assumidas pela PETROBRAS e pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Em seguida, a minuta de TAC tramitou internamente na Petrobras e obteve a aprovação formal de seus gestores: Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

No dia 29/07/19, por convite do Deputado Estadual Luiz Paulo (formalizado por meio do ofício CPI nº 202/219 - Resolução 01/2019, da ALERJ), este Promotor compareceu à ALERJ e, no bojo da CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, palestrou em audiência pública, sobre a atuação do MPRJ no caso COMPERJ, com destaque para: (i) as

MINISTÉRIO PÚBLICO 321

investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC referente à ACP em tela[1].

Finalmente, o TAC I DO COMPERJ foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença do Governador, Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão. Este primeiro TAC foi juntado às fls. 9323/9369 da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 no mesmo dia 09/08/19 e foi homologado pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí por meio da r. sentença de fl. 9371, datada de dia 13/08/2019.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia três frentes de atuação:

1ª) Ampla publicidade ao TAC, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: Não obstante a imediata publicidade do TAC, seja pelo próprio andamento processual no site do TJRJ, seja pela publicação de matéria na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)[2], seja por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo, numa linha de proporcionar a maior publicidade possível à atuação do MPRJ no caso em tela, neste ato, determina-se a expedição dos ofícios abaixo (da mesma forma como foi feito em 26/06/18 após o ajuizamento das ACP's);

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme determinado abaixo;

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8
[2] https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201 publicado em 09/08/2019.

33

3ª) Realização de tratativas junto à PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro, para tentar firmar novo acordo nas ACPs 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas três frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

1) **Extraiam-se 63 cópias** do TAC I DO COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 768/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 769/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 770/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

6) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

34

7) **Oficiar ao Coordenador do GAEMA,** com cópia da presente promoção informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Neste ato, esta Promotoria vem oportunizar ao festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entender conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indique quais PA's da planilha em anexo esse grupo teria interesse em prestar auxílio, sendo certo que esta Promotoria requererá o auxílio em todos os eventuais PA's indicados;

8) **Oficiar ao Presidente do INEA**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

9) **Oficiar ao Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

10) **Oficiar ao Coordenador do GATE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 771/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

11) **Oficiar à Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 773/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de São Gonçalo);

12) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Magé,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 774/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como

35

encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu);

13) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Niterói,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 787/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Maricá);

14) **Oficiar ao Ministério Público Federal** (Procuradoria da República com atribuição na matéria meio ambiente na área de Itaboraí), em complemento e com cópia digital dos nossos ofícios anteriores 2ª PJTC nº 758/18, nº 759/18, nº 760/18, nº 762/18, nº 763/18, nº 766/2018, nº 775/2018, nº 555/19, nº 883/2019 e nº 990/2019 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que, como apontado nos ofícios anteriores, eventuais danos ambientais em unidade de conservação federal ou bem da União não fizeram parte do objeto das ACP's e do TAC firmado;

15) **Oficiar ao Prefeito, Secretário de Obras, Secretário de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Integração ao COMPERJ e Procurador-Geral de Itaboraí,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nºs 776/18, 777/18, 778/18, 779/18 e 780/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí);

16) **Oficiar ao Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e

MINISTÉRIO PÚBLICO 36

acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí);

17) **Oficiar ao Prefeito de Cachoeiras de Macacu,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 781/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu);

18) **Oficiar ao Prefeito de São Gonçalo,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 782/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de São Gonçalo);

19) **Oficiar à Assembleia Legislativa, na pessoa de Sua Excelência, o** Deputado Estadual Luiz Paulo, que preside a CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, em complemento ao e-mail enviado por este Promotor em 09/08/19 e com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

20) **Oficiar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ, com** cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

21) **Oficiar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e

MINISTÉRIO PÚBLICO 3f

acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

22) Os itens 1 e 2 da presente promoção devem ser cumpridos imediatamente. Os ofícios dos itens 3 a 21 deverão ser expedidos tão logo sejam instaurados os PA's referidos nos itens 1 e 2.

Itaboraí, 03 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

38

Ofício 2ª PJTC nº 1673/19 *Itaboraí*, 16 de outubro de 2019.
Ref: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria da existência do procedimento em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem este Órgão Ministerial solicitar que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela.

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 01/11/19
Servidor

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1674/19 *Itaboraí*, 16 de outubro de 2019.
Ref: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria da existência do procedimento em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem este Órgão Ministerial solicitar que informe se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 01/11/19
Servidor

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1675/19 *Itaboraí*, 16 de outubro de 2019.
Ref: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria da existência do procedimento em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem este Órgão Ministerial solicitar que informe se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Expedido em 01/11/19
Servidor

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SR.
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, nº 110, Centro – RJ
CEP: 20081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

41

ENTRADA
Of. PETROBRAS
Em 11 / 10 / 19

PETROBRAS

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 42
Rubrica

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

TAC do COMPERJ
Referência: ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023
Procedimento Administrativo – PA 177-2019

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, **respeitosamente,** vem por meio da presente comprovar o cumprimento da obrigação constante do TAC do COMPERJ, da cláusula segunda, item 5.2.5, que assim estabelecem respectivamente:

"DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.

(...)

5.2.5) **Em relação à condicionante** 34 - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio.

MPRJ/EDOM 2019/12177 11/10 182454

A fim de atestar o devido cumprimento no prazo acordado de 60 dias contados da homologação do TAC, estão sendo enviados 1 (ums) CD's devidamente identificado e individualizado.

Nestes Termos,
Pede juntada
Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2019.

Margareth Michels Bilhalva
OAB nº 171.623

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

SAPE 1347E

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – na forma abaixo

03/19
CERTIDÃO

LIVRO 0942 **FLS 096/098** **ATO 25** **DATA 16.01.2019**

S A I B A M quantos este público substabelecimento de procuração bastante virem que no ano dois mil e dezenove, aos dezesseis (16) do mês de janeiro, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 13º Ofício de Notas, sito à Av. Rio Branco nº 135/3º andar, perante mim, **MARIA DE LURDES DA SILVA MARQUES**, Substituta, matricula 094/1349 Compareceu como Outorgante **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**, doravante denominada **OUTORGANTE** ou simplesmente **PETROBRAS**, Sociedade de Economia Mista, com sede nesta Cidade, na Av. República do Chile, nº 65, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada por seu **Presidente ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO**, brasileiro, natural da Cidade São Luís (MA), casado, economista, nascido em 20/07/1944, filho de José do Prado Castello Branco e de Maria da Conceição Cunha Castello Branco, residente e domiciliado nesta Cidade, com escritório na Av. Henrique Valadares, nº 28, Torre A, 18º andar, Centro, CEP 20.231-030, portador da carteira de identidade nº 01.895.832-2, expedida pelo DETRAN/RJ, em 23/10/2010, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.389.097-87, com endereço eletrônico: presidente@petrobras.com.br. A presente reconhecida como a própria por mim e pelos documentos apresentados, inclusive seu Presidente também por mim identificado como o próprio e de que farei comunicar a presente ao competente distribuidor dentro do prazo legal. Então pela **OUTORGANTE**, através de seu representante, foi-me dito que, por este público instrumento, nomeia e constitui, na forma do artigo 26 do Estatuto Social da **PETROBRAS**, seus bastantes procuradores: **TAISA OLIVEIRA MACIEL**, brasileira, casada, advogada, nascida em 26/02/1977, filha de Ademar Luiz Maciel e Nara Geni de Oliveira Maciel, inscrita na OAB/RJ sob o n. 118.488 e no CPF/MF sob o n. 032.182.566-74, na qualidade de **Gerente Executiva** do Jurídico da **PETROBRAS**; **HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR**, brasileiro, viúvo, advogado, nascido em 05/12/1963, filho de Hélio Siqueira e Leda Pereira Siqueira, inscrito na OAB/RJ sob o n. 62.929 e no CPF/MF sob o n. 768.013.577-00, na qualidade de **Gerente Geral de Matérias** do Jurídico da **PETROBRAS**; **VIVIANE DO NASCIMENTO PEREIRA SÁ**, brasileira, casada, advogada, nascida em 26/06/1975, filha de Amaro Belarmino Pereira Filho e Vicilene Nazaré Do Nascimento Pereira, inscrita na OAB/RJ sob o n. 130.645 e no CPF/MF sob o n. 037.522.417-30, na qualidade de **Gerente Geral de Atendimento** do Jurídico da **PETROBRAS**; e **MARCO AURÉLIO FERREIRA MARTINS**, brasileiro, casado, advogado, nascido em 19/07/1979, filho de Jaime Domingues Martins e Kátia Aparecida Ferreira Martins, inscrito na OAB/SP sob o n. 194.793 e no CPF/MF sob o n. 265.262.708-24, na qualidade de **Gerente de Gestão de Escritórios Jurídicos** da **PETROBRAS**; todos com endereço eletrônico: contenciosopetrobras@petrobras.com.br e profissional na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, CEP 20031-912, Rio de Janeiro (RJ), doravante denominados **OUTORGADOS**, aos quais outorga os poderes das cláusulas *ad judicia et extra*, para, em conjunto ou individualmente, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, representar a **OUTORGANTE**, inclusive para propor procedimento junto ao Conselho Nacional de Justiça, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes ainda, poderes especiais, para receber citação, confessar,

Certifico que a presente cópia fiel é do original que me foi exibido.
Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019
FERNANDO RENAN DE QUEIROS - VAB - 1487
EDFB09745#CXB
Aut. 5,78 + FETJ 1,15 + Fundos 1,20 = R$8,13
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/aitepublico
18$ Ofício de Notas
Luis Vitoriano Vieira Teixeira - Tabelião
Av. Presidente Vargas, 435 12. Andar - RJ
088682AE618559

AAA 01295392 9

18º Ofício de Notas 088682AE618560
Luis Vitoriano Vieira Teixeira Tabelião - N$3551980
Av. Presidente Vargas, 435/12. andar - Q. - Tel. 2507-6151
Certifico que a presente é cópia fiel do original que foi exibido.
Rio de Janeiro, 08 de Outubro de 2019
FERNANDO RENAN DE QUEIROS - JAR - 148X
EDFB09746$GRI -Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
Aut. 5,78 + FETJ 1,15 + Fundos 1,20 = R$8,19

reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, observada a tabela de limite de competência da **PETROBRAS** vigente na data da assinatura do documento correspondente pelas partes, receber e dar quitação, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, requerer cancelamento de protesto de título, ajuizar ações rescisórias e impetrar mandado(s) de segurança, apresentar queixa-crime, protocolizar, requerer e retirar documentos, quaisquer certidões, extratos, relatórios e cópias de processos administrativos e judiciais, ainda que submetidos ao sigilo fiscal, podendo agir em Juízo ou fora dele, ficando, outrossim, investidos dos poderes para representar a **PETROBRAS** na fase de conciliação, recebendo intimações para comparecer como representante da parte às audiências de instrução e julgamento, nelas podendo negociar, acordar e transigir, com o que ficam os **OUTORGADOS** qualificados para representar e defender a **PETROBRAS** e Empresas Subsidiárias/Controladas ou Coligadas, se necessário for, mediante outorga de Poderes das referidas empresas integrantes do Sistema Petrobras, diretamente aos **OUTORGADOS**, em juízo e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como perante a União Federal, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, em especial perante o Ministério da Fazenda e seus órgãos, inclusive Receita Federal do Brasil, bem como diante da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional de Seguridade Social e também do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), com vistas a obter e manter a proteção de direitos de propriedade intelectual da **PETROBRAS**, tais como depositar pedido de patente ou de modelo de utilidade; depositar pedido de registro de desenho industrial, de marcas, de programas de computador e de indicações geográficas, realizar buscas de anterioridade, cumprir exigências, apresentar oposições, subsídios, recursos, pedidos de nulidade administrativa, caducidade e apresentar quaisquer outras petições, transigir, desistir e renunciar, efetuar e receber pagamentos; dar e receber quitações; apresentar todas as medidas impeditivas contra processos de terceiros, requerer anotações, certidões e averbações de quaisquer contratos que envolvam propriedade intelectual, requerer alterações dos dados da **PETROBRAS**, requerer registro das obras no campo do Direito Autoral e apresentar petições aos órgãos de registro e a renovação de nomes de domínio, no Brasil e no Exterior, podendo representar a **PETROBRAS** em arbitragens e mediações, especialmente perante o Centro de Arbitragem e de Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em casos de disputas relativas a nomes de domínio, praticando, nestes casos, todos os atos em nome da **PETROBRAS** necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, incluindo apresentar reclamações e defesas, quaisquer petições, provas, pagar taxas administrativas, fazer declarações em nome da **PETROBRAS**, propor e aceitar transações, promover notificações, interpelações e protestos extrajudiciais e mais quaisquer outros atos em defesa dos interesses da **PETROBRAS** e responder as notificações de terceiros, facultando-se aos **OUTORGADOS** Substabelecer os poderes ora recebidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais para si. Lavrada sob minuta apresentada. Foi consulta da informação sobre registro de óbito referente ao Outorgante, junto ao Sistema de Modulo de Apoio ao Serviço - MAS, consulta está feita em 16.01.2019 que recebeu o nº 0713-RGS-00477355 - e cujo o resultado foi negativo. Certifico que as custas deste ato serão recolhidas ao Cartório, de acordo com a portaria 2357/2018 da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro, da seguinte forma: custas R$ 254,20 (tab.7,2,d); atos gratuitos e PMCMV no valor de R$ 5,84; comunicação ao distribuidor R$ 12,46; Recolhido o acréscimo de 20 % no valor de R$ 53,33 devido ao FETJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei 4664/2005, no valor de R$ 13,33 devido ao FUNDPERJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei Complementar 111/2006 no valor de R$ 13,33 devido ao FUNPERJ, e o acréscimo de 4% instituído pela Lei Estadual 6281/2012 no valor de R$ 10,66 devido ao FUNARPEN, mais o acréscimo de R$ 14,03 devida ao ISS; Distribuição no valor de R$ 31,82 e Certidões no valor de R$ 57,30. Assim o disse do que dou fé, me

pediu lavrasse nestas Notas, o presente instrumento, o que fiz, lavrei, li, aceitou, outorga e assina, tendo sido dispensadas as testemunhas, conforme Provimento da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado do Rio de Janeiro, 92/84. E, eu E, eu **MARIA DE LURDES DA SILVA MARQUES**, Substituta, lavrei, li o presente ato colhendo as assinaturas. E, eu **LUIZ FERNANDO CARVALHO DE FARIA**, matricula do IPERJ nº 06/1774 Tabelião o encerro e subscrevo.(AA)****ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO**CERTIFICADA HOJE. E, eu _____ a digitei. E, eu _____ a subscrevo e assino em público e raso.**

Poder Judiciário – TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECWN 49214 OUD
Consulte a validade do(s) selo(s) em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

13º OFÍCIO DE NOTAS
Maria de Lurdes da S. Marques
Substituta
Mat. 94/13549
Av. Rio Branco, 135 - 3º Andar
Centro - RJ
Rio de Janeiro

AAA 01295393O

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Av. Presidente Vargas, 435 12. Andar - Tel.: 2507-6151

Luis Vitoriano Vieira Teixeira - Tabelião - NS955 1991

188 Ofício de Notas

Certifico que a presente cópia é fiel do original que me foi exibido.

Rio de Janeiro, 08 de Outubro de 2019

FERNANDO RENAN DE QUEIROZ

Cód. Validação: EDFB09747#UGX

Aut. 5,78 • FETJ 1,15 • Fundos 1,20 • ISS 0,00 • Selo 0,00

088882AE618561

Consulte este selo em https://www.tjrj.jus.br/selopublico

CARTÓRIO DE NOTAS

Outubro de 2019

JAR - 14873

RJ

PETROBRAS

45

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **enquanto empregados do Sistema PETROBRAS e integrantes da Gerência do Jurídico da PETROBRAS, com reserva**, aos advogados, **ANA CRISTINA GOLOB MACHADO**, OAB/SE 4.373, CPF 008.505.855-62; brasileira e com escritório situado na Rua Acre nº 2504, Bloco "L", Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49075-900; **ALAN ARIOVALDO CANALI GUEDES**, OAB/PR 49.048 e OAB/SC 34.106-A, CPF 302.698.528-75; **ARNO APOLINÁRIO JÚNIOR**, OAB/PR 15.812 e OAB/SC 12.791-A, CPF 500.403.679-91; **DANIELA TOLLEMACHE**, OAB/PR 37.529 e OAB/SC 34.103-A, CPF 033.055.129-97; **JULIANO LAGO**, OAB/PR 34.256, CPF 015.034.269-12; **PAULO ROBERTO CHIQUITA**; OAB/PR 13.241 e OAB/SC 12.957-A, CPF 253.178.819-00; todos brasileiros e com escritório na REPAR, Rodovia do Xisto, BR-476, km 16, Araucária/PR, CEP 83707-440; **CANDICE V. FATTORI**, OAB/RS 53.974, CPF 962.905.950.91; **MARINA KORBES**, OAB/RS 64.428, CPF 005.133.380-55 e **RODRIGO DE ALMEIDA AMOY**, OAB/RS 112.264, CPF 100.952.837-81; todos brasileiros e com escritório na REFAP, Avenida Getúlio Vargas nº 11.001, Brigadeira, Canoas/RS, CEP 92420-22; **MARIA CLAUDIA DE ANDRADE OLIVEIRA-ROCHA**, OAB/RN 7.455, CPF 013.125.284-43; **RICARDO DA SILVA GAMA**, OAB/PR 31.181, CPF 023.277.399-85; ambos brasileiros e com escritório na Avenida Eusébio Rocha nº 1.000, Cidade da Esperança, Natal/RN, CEP 59.070-900; **LUDMILA DE MENDONÇA CERQUEIRA MARTINS FONTES CAVALCANTE**, OAB/AL 7.457, CPF 041.972.864-30; brasileira e com escritório situado na Fazenda Lamarão, s/nº, acesso km 266, BR 316, Zona Rural, Pilar/AL, CEP 57150-000; **ADRIANA DE OLIVEIRA VARELLA MOLINA**, OAB/RJ 117.522, CPF 039.092.088-60; **ALESSANDRA DESLANDES FOGIATO**, OAB/PR 38.938, CPF 034.906.479-20; **BRUNA NASCIMENTO**, OAB/RJ 126.701, CPF 082.806.077-06; **CRISTINA MAIA DE MELLO PORTO**, OAB/RJ 118.205, CPF 394.609.162-87; **DANIEL SOBRAL TAVARES**, OAB/RJ 130.762, CPF 082.566.357-11; **DANILO SOUZA CHAVES**, OAB/ES 10.713, CPF 087.097.127-12; **DIONITO DA SILVA MACHADO JUNIOR**, OAB/RJ 130.986, CPF 052.682.947-84; **EZEQUIEL BALFOUR LEVY**, OAB/RJ 60.574, CPF 704.689.407-82; **FABIANI OLIVEIRA DE MEDEIROS**, OAB/RJ 120.748, CPF 052.768.687-51; **FABIO MACHADO GRILO**, OAB/ES 14.100, CPF 101.999.287-54; **FERNANDO LOURENÇO DE SOUZA**, OAB/RJ 126.742, CPF 043.055.657-81; **IRAN CALVO STEFANI**, OAB/RJ 87.037, CPF 370.624.097-15; **JOANA CHEIBUB FIGUEIREDO**, OAB/RJ 130.769, CPF 092.063.467-25; **JOÃO DE CAMPOS GOMES**, OAB/RJ 64.984, CPF 786.618.547-68; **JULIANA ASSIS SANTOS**, OAB/RJ 148.082, CPF 103.304.927-13; **LEANDRO MACHADO DE CASTRO**, OAB/RJ 198.786, CPF 226.813.518-71; **LUCIANA CHAMUSCA FERREIRA GUERRA**, OAB/BA 19.720, CPF 792.690.875-49; **MARGARETH MICHELS BILHALVA**, OAB/RJ 171.623, CPF 675.338.920-20; **NILTON ANTONIO DE ALMEIDA** , OAB/RJ 67.460, CPF 492.926.767-68; **PAULO CÉSAR CABRAL FILHO**, OAB/RJ 61.746, CPF 766.276.677-20; **REBECA DE SOUZA**, OAB/RJ 120229, CPF 084.996.457-12; **RENATO GOMES FABIANO ALVES**, OAB/RJ 152.675, CPF 105.989.737-70; **RICARDO BEVILACQUA DA MATTA PEREIRA DE VASCONCELLOS**, OAB/RJ 166.418, CPF 099.108.807-76; **RÔMULO FARIA FERREIRA**, OAB/RJ 182.653, CPF 114.245.147-03; **SÉRGIO DE AQUINO VIDAL GOMES**, OAB/RJ 27.933, CPF 566.374.897-00; todos brasileiros e com escritório na Avenida República do Chile nº 65, 20º/21º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-912; **ARAIANA MASCARENHAS BALEEIRO MONTEIRO**, OAB/BA 21.334, CPF 833.383.655-00; **LUIZA MARIA GARCEZ BASTOS BRITO**, OAB/BA 25026, CPF 013.430.185-44; **MARIO RODRIGO ZAED**, OAB/RJ 125.243, CPF 083.067.987-16; **VICTOR GUTENBERG NOLLA**, OAB/CE 6.055, CPF 746.161.537-87; todos brasileiros e com escritório na Avenida Antônio Carlos Magalhães nº 1.113, Salvador/BA, CEP 41830-900; **FÁBIO RIBEIRO DA SILVA**, OAB/SP 196.455, CPF 214.672.358-06; **GUSTAVO PERES SALA**, OAB/SP 156.502, CPF 248.339.698-40; **MARALICE MORAES COELHO**, OAB/SP 130.722, CPF 029.556.208-07; **OSMIR PIRES COUTO JUNIOR**, OAB/SP 245.238, CPF 300.220.958-96; **RICARDO DE VASCONCELOS**, OAB/SP 220.962, CPF 222.784.058-70; **ROSSANA DE ARAÚJO ROCHA**, OAB/SP 190.534, CPF 019.110.734-43; todos brasileiros e com escritório na Rua Marquês de Herval nº 90, 16º andar, Edifício Valongo, Santos/SP, CEP 11010-310; **JULIANO GEMELLI**, OAB/PR 41.935, CPF 032.862.709-70, brasileiro e com escritório na Rodovia do Xisto, BR-476, km 143, São Mateus do Sul/PR, CEP 83900-000; **MAIRA SILVIA DUARTE PEIXOTO**, OAB/SP 82.593, CPF 082.091.588-21; brasileira e com escritório na Rua Augusta nº 1.168, 8º e 9º andares, Consolação, São Paulo/SP, CEP 01304-001; **MARCELA FERNANDO DUARTE LUCAS**, OAB/ES 9.854, CPF 076.727.357-56; brasileira e com escritório situado na Avenida Nossa Senhora da Penha nº 1688, Edifício EDIVIT, Bloco I, 4º andar, Bairro Vermelho, Vitória/ES, CEP 29057-550; exclusivamente, os poderes da cláusula ***ad judicia*** e ***et extra*** que lhe foram outorgados por **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, na anexa procuração, lavrada em 16 de janeiro de 2019, livro 0942, folhas 096/098, ato 025, do 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, ficando os substabelecidos, todos com endereço eletrônico **contenciosopetrobras@petrobras.com.br,** outrossim, dentre outros, observando a Tabela de Limite de Competência da PETROBRAS, investidos dos poderes para representar a Outorgante nas audiências de conciliação e mediação, assim como nas audiências de instrução e julgamento, transigir, ajuizar ações, inclusive rescisórias, impetrar mandados de segurança, oferecer defesas, exceções/objeções, impugnações, interpor recursos judiciais e administrativos, apresentar alegações iniciais, requerer extratos e certidões, cópias de procedimentos/processos e receber alvarás extraídos de processos judiciais, mas vedado receber as respectivas quantias neles mencionadas, podendo, assim, representar e defender a Outorgante em Juízo Estatal e/ou Arbitral e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos da administração direta e indireta, aí abrangendo as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os delegados, concessionários ou permissionários de serviços públicos e habilitados para a prática de todos os atos de interesse da Outorgante junto às referidas pessoas, entidades, órgãos e unidades da Outorgante e unidades administrativas.

Aos substabelecidos **JULIANO GEMELLI, RODRIGO DE ALMEIDA AMOY, MARINA KORBES, RICARDO DA SILVA GAMA,** outorgam-se, além dos poderes das cláusulas ***ad judicia*** e ***et extra***, também os de receber citações, notificações e intimações;

Aos substabelecidos **DANILO SOUZA CHAVES, FABIO MACHADO GRILO, FABIO RIBEIRO DA SILVA, JULIANO LAGO, LUCIANA CHAMUSCA FERREIRA GUERRA, NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA, MARIO RODRIGO ZAED, enquanto no exercício de funções gerenciais,** outorgam-se, além dos poderes das cláusulas ***ad judicia*** e ***et extra***, também os de receber citações, notificações e intimações, reconhecer a procedência de pedidos, requerer falências, desistir, renunciar a direitos sobre os quais se fundam a ação, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, receber, dar quitação, assinar termo de arbitragem e mediação, firmar compromissos e requerer cancelamento de protesto de título, observando a Tabela de Limite de Competência da PETROBRAS.

Rio de Janeiro/RJ, 30 de setembro de 2019.

Marco Aurélio Ferreira Martins
OAB/SP nº 194.793

13º Ofício de Notas – Luiz Fernando Carvalho de Faria
Av. Rio Branco 135 – Grupo 312 – RJ – Tel. 2224-8423 – Nº SEMCOG: 08817AB449712
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): H
MARCO AURELIO FERREIRA MARTINS-182F/166-H=
EDFE70679*BFS, H=
Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 2019 às 12:34:45
1-Em Testemunho _____ da verdade.
RONALD PEREIRA DIAS - Autorizado - RPD ___76
Firme 5,81 - FETJ 1,12 - Fundos 0,80 - ISSQN 0,29 - N17 01
EDFE70679 BFS
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/selopublico

13º Ofício de Notas
Ronald Pereira Dias
Substituto Autorizado
Mat. 6946

Certifico que a presente foto é cópia fiel do original que me foi exibido.
Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019
FERNANDO RENAN DE QUEIROZ - Escrevente
EDFB09748SPFY
Rua 5.78 + FETJ 1.15 + Fundos 1.20 - R$ 0,91
Em http://www4.tjrj.jus.br/atipublica
Luis Viriano Vieira Teixeira - Tabelião
Av. Presidente Vargas, 435 12. andar
186 Ofício de Notas
086682AEB18562

MINISTÉRIO PÚBLICO 46 FLS

PETROBRAS

SUBSTABELECIMENTO

Conforme substabelecimento que me foi passado na data de 12.02.2019, originário da procuração outorgada por **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, lavrada no Livro 0942, Folhas 096/098, Ato 025, em 16.01.2019, do 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, ambos anexos, substabeleço, com reserva, dentro dos limites impostos pela Lei nº 8906/94, e única e exclusivamente para consultar, fazer carga de autos, vista e/ou providenciar cópias reprográficas de autos que tramitem perante a primeira e segunda instâncias da Justiça Estadual, do Trabalho e Federal, no ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho; a Polícia Estadual (Civil e Militar) e Federal; a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e os Órgãos Públicos da União, Estados e Municípios e respectivas administrações indiretas, no âmbito exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, aos estagiários, **JOÃO PAULO AZEVEDO DE CASTRO SANTOS**, nascido em 25.02.1994, brasileiro, solteiro, CPF 122.195.477-60, OAB 213.809-E e término de estágio previsto para 31.07.2019, cessando os efeitos deste substabelecimento no primeiro dia subsequente, **MARIANA RODRIGUES DA SILVA**, nascida em 23.05.1982, brasileira, casada, CPF 056.912.087-05, OAB 216.552-E e término de estágio previsto para 04.01.2020, cessando os efeitos deste substabelecimento no primeiro dia subsequente, **RAFAEL DA SILVA SANTOS**, nascido em 09.01.1986, brasileiro, casado, CPF 106.086.817-25, OAB 214.691-E e término de estágio previsto para 01.11.2019, cessando os efeitos deste substabelecimento no primeiro dia subsequente e **RAYSSA RODRIGUES CARNEIRO DA SILVA**, nascida em 27.11.1997, brasileira, solteira, CPF 152.595.927-19, OAB 218.149-E e término de estágio previsto para 04.01.2020, cessando os efeitos deste substabelecimento no primeiro dia subsequenteque terão atuação no escritorio situado na Avenida Republica do Chile, nº 65/20º andar, Centro/Rio de Janeiro/RJ/CEP: 20031-912.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2019.

Nilton Antônio de Almeida Maia
OAB/RJ 67.460

13º Ofício de Notas - Luiz Fernando Carvalho de Faria
Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423 - Nº SIGNIS 08861TAB389645
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): H
NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA-EDDW95013H=
*TVO, H=========
Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2019 as 11:35:29
1-Em Testemunho _____ da verdade.
RONALD PEREIRA DIAS - Autorizado - RPD - 75
Firma 5,61 + FETJ 1,12 + Fundpe 0,89 + ISSQN 0,29 = R$7,91
EDDW95013 TVO
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/selo

13º Ofício de Notas
Ronald Pereira Dias
Escrevente Autorizado
Matr. 94/16946

1ºS Ofício de Notas
Luis Vitoriano Vieira Teixeira
Av. Presidente Vargas, 435 12. andar - R.J.
Telefax: 2507-6151

Certifico que a presente é cópia fiel do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019

FERNANDO RENAN DE QUEIROS - Escrevente

Consulte em http://www.tjrj.jus.br/altapublica

EDFB09744 GBK

Aut. 5,75 • FETJ 1,15 • Fundes 1,20 • R$3,15

1º OFÍCIO DE NOTAS - R.J.

0256 1979 08B682AE618559

48

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Ouvidoria

Of.SEAS/OUV SEI Nº72 Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2019

Ilmo. Sr. Promotor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

Referência: Ofícios nº 2ª PJTC Nº 1665/19 (PA 167/2019 - MPRJ 2019.00978762); 1666/19 (PA 167/2019 - MPRJ 2019.00978762); 1668/19 (PA 168/2019 - MPRJ 2019.00978761); 1669/19 (PA 168/2019 - MPRJ 2019.00978761); 1672/19 (PA 170/2019 - MPRJ 2019.00978756); 1674/19 (PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799); 1678/19 (PA 179/2019 - MPRJ 2019.00978793); 1685/19 (PA 188/2019 - MPRJ 2019.00978818); 1688/19 (PA 189/2019 - MPRJ 2019.00978816); 1683/19 (PA 187/2019 - MPRJ 2019.00978819); 1693/19 (PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978751); 1696/19 (PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978564); 1700/19 (PA 208/2019 - MPRJ 2019.00978582); 1703/19 (PA 198/2019 - MPRJ 2019.00978707); 1708/19 (PA 199/2019 - MPRJ 2019.00978699); 1713/19 (PA 197/2019 - MPRJ 2019.00978731); 1813/19 (PA 203/2019 - MPRJ 2019.00978638); 1837/19 (PA 200/2019 MPRJ 2019.00978687); 1866/19 (PA 172/2019 - MPRJ 2019.00978813); 1870/19 (PA 213/2019 - MPRJ 2019.00982795).

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, informamos que, considerando o teor das solicitações contidas naquelas correspondências, as respectivas foram prontamente encaminhadas para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, o qual, em resposta informou que foi solicitada dilação de prazo a esse i. *Parquet* para apresentação das informações solicitadas, não havendo resposta daquele órgão à demanda ministerial até o presente momento.

Em razão disso, solicitamos dilação de prazo para apresentação de resposta aos ofícios desse órgão, nos comprometendo desde já a, assim que obtivermos resposta, encaminhá-las imediatamente.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cláudia Estellita
Ouvidora
ID Funcional 5097710-5

MPRJ/SPECIOUV 2019020466/9 12/12/19 14:29:34 2019013665/9

Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Estellita, Ouvidora**, em 10/12/2019, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2269969** e o código CRC **C456EE72**.

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

MINISTÉRIO PÚBLICO 49 RJ

MPRJ5P2TC0178 202000004606 070120 12:06:02

OF INEA/OUVID nº 2614 /19 Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2019.

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Sala 105, Nancilândia – Itaboraí/RJ.
CEP: 24800-000

Ref.: Ofícios 2ª PJTC nºs 1672/2019 (PA 170/2019 – MPRJ 2019.00978756); 1670/2019, 1668/2019 e 1669/2019 (PA 168/2019 – MPRJ 2019.00978761); 1871/2019 e 1870/2019 (PA 213/2019 – MPRJ 2019.00982795); 1697/2019 e 1696/2019 (PA 209/2019 – MPRJ 2019.00978564); 1701/2019 e 1700/2019 (PA 208/2019 – MPRJ 2019.00978582); 1836/2019 e 1837/2019 (PA 200/2019 – MPRJ 2019.00978687); 1709/2019 e 1708/2019 (PA 199/2019 – MPRJ 2019.00978699); 1667/2019, 1665/2019 e 1666/2019 (PA 167/2019 – MPRJ 2019.00978762); 1704/2019 e 1703/2019 (PA 198/2019 – MPRJ 2019.00978707); 1714/2019 e 1713/2019 (PA 197/2019 – MPRJ 2019.00978731); 1694/2019 e 1693/2019 (PA 190/2019 – MPRJ 2019.00978751); 1689/2019 e 1688/2019 (PA 189/2019 – MPRJ 2019.00978816); 1675/2019 e 1674/2019 (PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799), 1679/2019 e 1678/2019 (PA 179/2019 – MPRJ 2019.00978793); 1686/2019 e 1685/2019 (PA 188/2019 – MPRJ 2019.00978818); 1813/2019 (PA 203/2019 – MPRJ 2019.00978638); 1723/2019, 1741/2019 e 1866/2019 (PA 172/2019 – MPRJ 2019.00978813); e 1683/2019 (PA 187/2019 – MPRJ 2019.00978819)

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, referentes ao citados procedimentos, instaurados para apurar o cumprimento de obrigação contida em diversos itens do Termo de Ajustamento de Conduta, pactuado entre esse i. *Parquet*, a PETROBRAS, este INEA e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, foi solicitado o encaminhamento de informações e documentos

MINISTÉRIO PÚBLICO
50

probatórios do adimplemento das obrigações descritas no indigitado procedimento, tendo sido concedidos variados prazos, em sua maioria, contados a partir da homologação do TAC, ocorrida no dia 13/08/2019, e com o mesmo prazo de resposta do concedido no próprio ajuste, para atendimento da obrigação.

Neste sentido, após o recebimento da demanda em questão, que perfaz o volume de 34 ofícios, endereçados a este INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, e em que pese a solicitação, em alguns deles, encontrar-se duplicada entre este INEA e a SEAS, informamos que o acompanhamento dessas requisições envolve mais de um setor de cada instituição, abertura de processos administrativos de acompanhamento de cada procedimento deflagrado, registro em planilha do conteúdo, tramitação interna, sem embargo de que o TAC em questão constitui instrumento complexo de ser controlado, em razão das inúmeras obrigações nele pactuadas, com escopos bem distintos.

Assim sendo, sem embargo da grande demanda deste órgão ambiental, e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet*, com todas as vênias devidas, vimos rogar a V.Sa. se digne determinar dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, para cada prazo concedido, objetivando o cumprimento de cada uma das requisições oriundos nos ofícios supracitados, a contar da data do presente ofício, tendo em vista que inúmeras demandas tiveram o prazo iniciado a contar da data da homologação do ajuste, qual seja, no dia 13/08/2019, tendo sido, em razão disso, protocoladas neste Instituto com o prazo para atendimento já expirado.

Ademais, verifica-se que todas as requisições, até o momento protocoladas neste INEA, que perfazem a quantia de 103 ofícios, dizem respeito ao mesmo TAC, em sua maioria, inclusive, com relação à sua Cláusula Segunda, tendo sido deflagradas por esse i. *Parquet* um procedimento administrativo para cada uma, fato este que gerou um considerável

MINISTÉRIO PÚBLICO
51

impacto nos procedimentos internos deste órgão de cadastro e encaminhamento de cada demanda para o setor competente, qual seja, ao Coordenador do indigitado ajuste.

Assim sendo, considerando a extensa demanda proveniente de outras promotorias, no âmbito federal e estadual, tendo em vista o permanente interesse público deste Instituto em atender tempestivamente e a contento, todas as requisições ministeriais formuladas, dentro dos limites da razoabilidade, e com observância ao princípio da eficiência, insculpido no art. 37 da Constituição Federal, vimos rogar a V.Sa., com todas as vênias devidas, a incorporação de todas as demandas em um único procedimento, objetivando, dessa forma, o atendimento com êxito e celeridade de todos os questionamentos.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Carlos Henrique Netto Vaz
Presidente do INEA

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Dr. Tiago Veras
Em 09 / 01 / 20

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 15 /01/2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

52

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 177/2019 (MPRJ n. 2019.00978799)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 48 e fls. 49/51 por mais de 60 (sessenta) dias. **Oficie-se** em resposta;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 15 de janeiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 21/01/20.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

53

Ofício 2ª PJTC n° 211/2020 *Itaboraí*, 24 de janeiro de 2020.
Ref: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria da existência do procedimento em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".

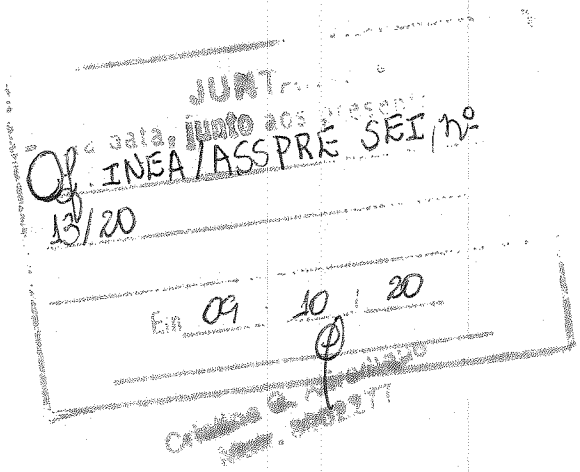
Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem este Órgão Ministerial acusar o recebimento do Of. INEA/OUV. Nº 2614/19, deferindo o pedido de dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação, de fl. 48 e 49/51 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SR.
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, nº 110, Centro – RJ
CEP: 20081-312

31/01/20


JUNTE-SE
Of. INEA/ASSPRE SEI/nº
13/20
Em 09 10 20

COMPOR33

54

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/ASSPRE SEI Nº013/2020 Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2020

MPRJ/SPR2/GOITB 202000196067 020320 10:00:24

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, 207, sala 606, Centro – Itaboraí/RJ – CEP: 24800-113

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1675/2019
PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao ofício em epígrafe, que visa apurar o cumprimento das obrigações contidas no item 5.2.5 da Cláusula Segunda e no item 6.9 da Cláusula Terceira do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC pactuado entre esse *Parquet*, a PETROBRAS, este INEA e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, foi solicitado o encaminhamento de informações e documentos probatórios do adimplemento das obrigações descritas no indigitado procedimento, neste sentido vimos apresentar as informações a seguir:

Inicialmente, informo que fui nomeada como a atual Coordenadora do Grupo de Trabalho formado para acompanhar o referido TAC, conforme ata da 461ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 09/01/2020 (2657435), e ponto focal com esse i. *Parquet* para comunicações relacionadas ao TAC.

Para acompanhamento do TAC foi aberto o processo administrativo nº E07/026.228/2019 o âmbito da SEAS/INEA, e todos os documentos protocolados pela Petrobrás estão sendo anexados nesse processo. Informamos ainda, que o referido TAC recebeu a numeração interna de "TAC.INEA.02/19".

No que tange ao item 5.2.5 da Cláusula Segunda, esclarecemos que a obrigação foi atendida pela Petrobrás por meio da carta SMS/LARE 0209/2019, protocolada em 11/10/2019 (fl. 325 do processo E07/026.228/2019), com os arquivos correspondentes em CD.

Ademais, foi informado pela Petrobras que todos os arquivos enviados ao Inea foram concomitantemente enviados ao Ministério Público nas mesmas datas de atendimento ao TAC, sendo assim e considerando o tamanho dos referidos arquivos, não estamos reenviando esses documentos.

No referido ofício, foi solicitada a análise do INEA nos termos dos itens 6.2.1 e 6.2.2 da Cláusula Terceira do TAC, porém não vislumbramos como realizar vistoria in loco e uma análise detida da obrigação, uma vez que a mesma consistia apenas na apresentação de comprovantes de repasses de recursos financeiros. **Neste sentido, vimos questionar se podemos dar esse item 5.2.5 como atendido.**

No que tange ao item 6.9 da Cláusula Terceira, vimos encaminhar cópia dos três processos administrativos abertos no âmbito da SEAS referente aos convênios firmados para cumprimento por parte da Petrobrás das condicionantes 32 e 34 da Licença de Instalação nº IN001540, e informar que foi aberto processo de sindicância para esclarecer os fatos dos referidos convênios e apurar responsabilidades, conforme Resolução SEAS nº 026/2019.

Segue a relação dos processos ora encaminhados:

1) **Processo nº E-07/000.017/2012 - convênio nº 6000.0074450.12.4;**

2) **Processo nº E-07/000.016/2012 - convênio nº 6000.00.74451.12.4**

3) **Processo nº E-07/000.015/2012 - convênio nº 6000.0074452.12.4;**

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Maria Helena da Costa Chianca
Coordenadora do TAC.INEA.02/19

Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena da Costa Chianca**, **Assessora**, em 07/02/2020, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3120876** e o código CRC **FA814E83**.

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

ATA DE REUNIÃO

63.01.01.01

ATA da 461ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 09/01/2020

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos, em sua sede na Avenida Venezuela, cento e dez, segundo andar, na sala de reuniões da presidência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a quadringentésima sexagésima primeira Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Conselho Diretor do INEA (CONDIR), na forma instituída pelo Decreto Estadual nº 46.619, de dois de abril de dois mil e dezenove. Na Reunião, estavam presentes os Senhores Conselheiros: Carlos Henrique Netto Vaz, Presidente; Márcio de Azevedo Beranger, Diretor Adjunto de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIBAPE); Fernando Gouveia de Holanda, Diretor Adjunto de Gente e Gestão (DIGGES); Fabio Dalmasso Coutinho, Diretor de Licenciamento Ambiental (DILAM); Julia Kishida Bochner, Diretora Adjunta de Pós-Licença (DIPOS); e Renata da Matta dos Santos, Diretora Adjunta de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DISEQ). **I. Abertura:** Abrindo os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião. **II.** Requerimento: Definição dos segundos substitutos eventuais da DILAM e da DIRAM para as reuniões do CONDIR. Decisão: O Conselho Diretor determinou que os segundos substitutos eventuais das Diretorias para as reuniões do CONDIR serão: Cauê Bielschowsky, id. funcional 4359412-3, da DILAM e Renata de Oliveira e Oliveira, id. funcional 5097894-2, da DIRAM. **III. E-07/026.228/19 - Solicitação de Informação.** Requerimento: Solicitação de substituição da servidora Flávia de Oliveira, id. funcional 580926-6, na coordenação do Grupo de Trabalho criado por meio da Resolução Conjunta SEAS/INEA 12/19 e alterado pela Resolução Conjunta SEAS/INEA 14/19, de 14/11/19, para acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC.INEA.02/19) celebrado em 09/08/19 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), referente ao COMPERJ, homologado pela juíza em 13/08/2019. Decisão: Conforme considerações do Presidente, os Conselheiros deliberaram por nomear a servidora Maria Helena da Costa Chianca, id. funcional 4423210-1, como coordenadora do referido TAC. O CONDIR determinou, ainda, a alteração da composição do Grupo de Trabalho criado por meio da Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 12, de 23/09/19, alterada pela Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 14, de 19/11/19, para: (i) excluir os servidores Pierre Alex Domiciano Batista, id funcional 5101278-2 e Flávia de Oliveira Teixeira, id funcional 580926-6; (ii) incluir os servidores a seguir: Maria Helena da Costa Chianca, id. funcional 4423210-1, como coordenadora, Flavio Dias Wanderley Valente, id. funcional 4347916-2; Victor Abreu de Araujo, id. funcional 4461242-7; Alexandre Cruz, id. funcional 4351452-9; Paulina Maria Porto Silva Cavalcanti, id. funcional 2151026-1, Ricardo Marcelo da Silva, id. funcional 4459432-1, Cláudio Nogueira Vignoli, id. funcional 4326641-0 e Flávia de Carvalho Dias Monteiro, id. 4315394-1; e (iii) manter os servidores Cauê Bielschowsky, id funcional nº 4359412-3, Cristiane Fernandes Nunes Moragas Madeira, id funcional nº 4366903-4 e Giselle Fundão de Menezes Lousada, id funcional nº 4347792-5. Essa alteração do GT será realizada por meio de Resolução Conjunta SEAS/INEA, a ser publicada no Diário Oficial do Estado. **IV. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos. Em seguida, lavrou a presente ata que vai assinada por ele e por todos os Conselheiros do Instituto Estadual do Ambiente presentes nesta data.

CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ

Presidente

Id. f. 5101549-8

MÁRCIO DE AZEVEDO BERANGER

Diretor Adjunto de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Id. f. 4348049-7

FERNANDO GOUVEIA DE HOLANDA

Diretor Adjunto de Gente e Gestão

Id. f. 4355791-0

FABIO DALMASSO COUTINHO

Diretor de Licenciamento Ambiental

Id. f. 570451-0

JULIA KISHIDA BOCHNER

Diretora Adjunta de Pós-Licença

Id. f. 4347935-9

RENATA DA MATTA DOS SANTOS

Diretora Adjunta de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

Id. f. 4276575-7

Documento assinado eletronicamente por **Renata da Matta dos Santos, Diretora Adjunta,** em 13/01/2020, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Fernando Gouveia de Holanda, Diretor Adjunto,** em 13/01/2020, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Márcio de Azevedo Beranger, Diretor Adjunto,** em 13/01/2020, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Julia Kishida Bochner, Diretora Adjunta,** em 13/01/2020, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Dalmasso Coutinho, Diretor**, em 14/01/2020, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

56

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Netto Vaz, Presidente**, em 14/01/2020, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2657435** e o código CRC **E5F45BAF**.

Referência: Processo nº SEI-070002/000163/2020 SEI nº 2657435

SERVIÇO PUBLICO ESTADUAL
Processo nº E-07/026/295/19
Data: 31/07/19 fls. 16
Rubrica: ID: 4279782

54

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Gabinete da Secretária

RESOLUÇÃO SEAS Nº. 026 DE 01 DE AGOSTO DE 2019

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS RELATADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E-07/026/295/2019, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4, do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Sindicância para esclarecer os fatos, termos do convênio nº 6000.0074450.12.4, convênio nº 6000.0074451.12.4 e convênio nº 6000.0074452.12.4, formalizado entre Petrobras e o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com a participação da Fundação BIO-RIO para atendimento de condicionantes do Licenciamento Ambiental do COMPERJ e apurar responsabilidade da ocorrência apontada no referido processo E-07/026/295/2019.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- Sidnei Nazare de Oliveira – ID Funcional nº 5029166-1
- Tatiana Almeida dos Santos Coutinho – ID Funcional nº 5100146-2
- Eduardo Gomes da Silva – ID Funcional nº 5097716-4

Art. 3º - A comissão terá o prazo de 30(trinta) dias a contar da data da publicação da presente Resolução, para apresentar a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2019

ANA LÚCIA SANTORO
Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID Funcional: 5097813-6

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº E-07/026/295/19
Data: 31/07/19 Fls. 17
Rubrica: Id. 5014241-0

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Gabinete da Secretária

À Diretoria Geral de Administração e Finanças – DGAF/SEAS

Em prosseguimento, encaminhamos o presente expediente para conhecimento e providências acerca da publicação da Resolução em questão.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2019.

MICHAEL ALVES
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID Funcional: 5014241-0

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº E-07/026/295/2019
Data: 31/07/19 Fls. 03
Rubrica:

base de 03.05.2014 a 01.05.2016.

PROCESSO Nº E-26/71.730/2004 - CLÁUDIA DA CRUZ - ORIENTADOR EDUCACIONAL - mat. nº 0823.113-6, período base de 23.11.2012 a 31.12.2017.

PROCESSO Nº E-26/38568/2010 - CLEIS PINTO PEREIRA - PROFESSOR FAETEC I - mat. nº 0222.435-2, período base de 31.03.2010 a 29.03.2015.

PROCESSO Nº E-26/005/8181/2015 - ELSY GRAFFIUS FERREIRA - PROFESSOR FAETEC II - mat. nº 0290.173-4, período base de 30.09.2011 a 27.09.2016.

PROCESSO Nº E-26/78.547/2003 - JOSÉ DAMIÃO FERREIRA MACHADO - INSPETOR DE ALUNOS I - mat. nº 0220.299-2, período base de 01.03.2013 a 27.02.2018.

PROCESSO Nº E-26/75.009/2006 - MARCO AURÉLIO DE SOUZA BIANCOVILLI - PROFESSOR FAETEC I - mat. nº 0221.955-8, período base de 30.05.2014 a 28.05.2019.

PROCESSO Nº E-26/31.185/2007 - MARIA CRISTINA VIANA FERNANDES PEREIRA DOS SANTOS - PROFESSOR FAETEC I - mat. nº 0221.821-2, período base de 13.05.2014 a 11.05.2019.

PROCESSO Nº E-26/30887/2009 - RÚBIA ELIZABETH DA SILVA - PROFESSOR FAETEC I - mat. nº 0220.605-0, período base de 03.03.2013 a 01.03.2018.

PROCESSO Nº E-26/30886/2009 - RÚBIA ELIZABETH DA SILVA - PROFESSOR FAETEC I - mat. nº 0223.350-0, período base de 08.05.2014 a 06.05.2019.

PROCESSO Nº E-26/005/3454/2014 - WESLENS CONCEIÇÃO MOTA - INSPETOR DE ALUNOS II - mat. nº 0224.532-2, período base de 06.01.2013 a 04.01.2018.

RECONHEÇO DIREITO A 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL.

Id: 2197749

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APOSTILA DO REITOR
DE 30.07.2019

PORTARIA Nº 154/2014 - GABRIEL HENRIQUE TORRES DO PATROCÍNIO, matr. nº 31.936-8 - A referida Portaria fica apostilada para fazer constar que a promoção passa a ser em caráter definitivo.

Id: 2197663

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO REITOR
DE 25.07.2019

PROCESSO Nº E-26/007/5032/2019/UERJ - RATIFICO a dispensa de licitação, em conformidade com o artigo 26 da Lei nº 3666/93 em favor de KIARASH ERTEBATI 01649986750, no valor de R$ 74.000,00, com fulcro no artigo 24, XXI do citado diploma legal, nos termos da autorização do Ordenador de Despesas.

Id: 2197739

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA

ATO DO DIRETOR
DE 25/06/2019

DISPENSA a servidora **ANGÉLICA DIAS RIBEIRO**, matrícula nº 34221-2, ID 4141812, da responsabilidade pela guarda e conservação dos bens inventariados pela DIBENI e localizados no Depart. de Sistemas de Informação - DSI, tendo em vista a constatação da inexistência de bens patrimoniais na unidade. (CI DINFO 089/2019)

Id: 2197794

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS DO SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO
DE 31.07.2019

PORTARIA Nº 414/2019 - APOSENTA ARISA VIEIRA DE ASSIS, matr. nº 27.716-0, ID Funcional 2560754-4, Técnico Universitário II/Técnico em Enfermagem, com padrão de vencimentos XVI, com 30 horas semanais, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PORTARIA Nº 415/2019 - EXONERA, a pedido, **CHRISTIANE VICENTE DE FARIAS RODRIGUES**, matr. nº 37.809-7, Técnico Universitário II/Técnico em Enfermagem, lotada no Hospital Universitário Pedro Ernesto, do Quadro de Servidores da Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a contar de 13/06/2019.

Id: 2197664

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO
DE 31.07.2019

PROCESSO Nº E-29/007/2271/2019 - De acordo com as informações prestadas no presente processo, **DECLARO LÍCITA** a acumulação de cargos de AIDA DE OLIVEIRA ALVES, Técnico Universitário Superior/Treinamento, matr. nº 07.129-0 - UERJ, e Professor I matr. nº 10/166.637 - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na forma do art. 1º do AEDA/UERJ nº 49/2012.

Id: 2197666

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSTILA DO SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO
DE 31.07.2019

PORTARIA Nº 401/2019 - TALIRES PIMENTA DA CHAGA, matr. nº 33.122-3 - A referida Portaria fica apostilada para fazer constar que onde se lê "TALIRES PIMENTA CHAGA", leia-se: "TALIRES PIMENTA DA CHAGA".

Id: 2197685

Secretaria de Estado de Transportes

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRANS Nº 1371 DE 31 DE JULHO DE 2019

INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE CORRECIONAL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DAS LINHAS 1, 2 E 4 DO SISTEMA METROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, E DE GERENCIAMENTO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA 4.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- as irregularidades nos Contratos de Concessão das Linhas 1, 2 e 4 do Sistema Metroviário do Rio de Janeiro delineadas nos inquéritos MPRJ nº 2017.00208551 e outros;

- a importância de estabelecer padrões de integridade profissional e desenvolver políticas correcionais voltadas às boas práticas da Administração Pública;

- a condição de interveniente técnica da Companhia de Transportes sobre Trilhos Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS nos aludidos contratos nos quais o Governo do Estado é poder Concedente; e

- o que consta no Processo Administrativo nº E-10/001/372/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir, sem aumento de despesa, no âmbito da Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS, Grupo de Trabalho para análise correcional dos contratos de concessão das linhas 1, 2 e 4 do Sistema metroviário do Rio de Janeiro, e de gerenciamento das Obras de Implantação da Linha 4, com vistas ao estabelecimento de regras de conduta e de orientações normativas, sob a ótica de integridade, em apoio às soluções de pendências referentes aos aludidos contratos.

Parágrafo Único - As atividades do Grupo de Trabalho deverão ter como base os apontamentos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e outros documentos correlatos delineados no processo administrativo acima referenciado.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho, ora instituído, será integrado pelos seguintes membros:

I - Michelle Chagas da Silveira Schiesari, ID Funcional nº 5099605-3, da SETRANS;

II - Eduardo Duprat Ferreira de Mello, ID Funcional nº 3214784-8, da SETRANS;

III - José Carlos de soares Leitão Filho, Matricula nº99000841, da CENTRAL Logística;

IV - Jorge Manuel Teixeira de Carvalho, Matrícula nº 965, da RIOTRILHOS; e

V - Paulo Alves Calão, Matrícula nº 1002, da RIOTRILHOS.

§ 1º - O Grupo de Trabalho será coordenado por Michelle Chagas da Silveira Schiesari.

§ 2º - Os integrantes designados desempenharão suas funções no Grupo de Trabalho sem prejuízo do exercício das atividades que desempenham regularmente.

§ 3º - Em caso de impedimento, a suplência será indicada pelo membro efetivo do Grupo de Trabalho, sendo outorgado ao representante poder opinativo e decisório sobre os assuntos a serem deliberados nas reuniões.

§ 4º - O coordenador do Grupo de Trabalho poderá, sempre que necessário, convocar representantes das entidades vinculadas à SETRANS para participarem das reuniões e atividades durante a execução dos trabalhos.

Art. 3º - Os relatórios com as atividades do Grupo de Trabalho deverão ser encaminhados mensalmente para a Controladoria geral do Estado com cópia para o Ministério Público do Estado.

Art. 4º - O grupo de trabalho deverá apresentar relatório final em 30 de novembro de 2019, admitindo-se a prorrogação por ato do Secretário;.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2019

DELMO PINHO
Secretário de Estado de Transportes

Id: 2197660

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRANS Nº 1372 DE 31 DE JULHO 2019

INSTITUI A CORREGEDORIA COMO UNIDADE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o que dispõe a Lei Estadual nº 7.753, de 17 de outubro de 2017, acerca da Instituição do Programa de Integridade nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

- o que dispões a Lei Estadual nº 7.989, de 14 de junho de 2018, acerca do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e da criação das Unidades de Corregedoria Setorial;

- o Decreto Estadual nº 46.607, de 21 de março de 2019, que alterou a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Transportes do Rio de Janeiro - SETRANS; e

- a importância de estabelecer padrões de integridade profissional e desenvolver políticas de combate à corrupção, em observância aos compromissos firmados na "Declaração de Transparência, Governança e Anticorrupção - Governo Um Novo Rio Começa Agora", publicada no Diário Oficial de 03 de janeiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a Corregedoria como Unidade Responsável pela estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS, e designar MICHELLE CHAGAS DA SILVEIRA SCHIESARI, ID Funcional nº 5099605-3, como responsável.

Art. 2º - Compete à Corregedoria, sem prejuízo de suas competências delineadas no art. 7º, inciso IV, da Lei Estadual nº 7.989, de 14 de junho de 2018,

I - coordenar a implementação do Programa de Integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;

II - atuar na orientação e treinamento dos servidores da SETRANS com relação aos temas atinentes ao programa de integridade; e

III - promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas da SETRANS.

Art. 3º - São atribuições da Unidade Responsável:

I - submeter a aprovação do Secretário de Estado de Transportes a proposta de Programa de Integridade e revisá-lo periodicamente;

II - identificar eventuais vulnerabilidades e irregularidades nos trabalhos desenvolvidos pela Organização propondo ações conjuntas com outras unidades, medidas para mitigação dos riscos;

III - apoiar as atividades da Auditoria, em relação aos tratamentos de riscos para integridade, e da Ouvidoria, na fomentação da transparência e proposição de tratamento;

IV - apoiar as atividades das Subsecretarias e do Departamento Geral de Administração e Finanças nos processos de Due Diligence de fornecedores e terceiros.

Art. 4º - Recomendar aos agentes públicos, gestores, dirigentes e unidades organizacionais da SETRANS que prestem, no âmbito das respectivas competências e atribuições, apoio aos trabalhos desenvolvidos pela Unidade Responsável pelo Programa de Integridade.

Art. 5º - Cabará ao Secretário de Estado de Transportes prover o apoio técnico e administrativo ao pleno funcionamento da Unidade Responsável pelo Programa de Integridade.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2019

DELMO PINHO
Secretário de Estado de Transportes

Id: 2197661

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 26.07.2019

PROC. Nº E-10/005/11159/2018 - DEFIRO, com base no parecer da área técnica, às fls. 09.

Id: 2197810

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 26.07.2019

PROCESSO Nº E-10/004/64/2019 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 30, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, e **ADJUDICO** a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, para fazer face ao pagamento das despesas estimadas com o consumo de água e esgoto, relativo ao período de julho a dezembro de 2019, para o Edifício Sede da Companhia, Área de Estacionamento Miguel Couto, Centro de Manutenção (Canteiro de Obras), bem como para os Terminais Rodoviários de Vassouras e Itaperuna, no valor de R$ 87.174,00 (oitenta e sete mil cento e setenta e quatro reais), conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

Id: 2197525

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 26.07.2018

PROCESSO Nº E-10/004/456/2019 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 30, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, e **ADJUDICO** ao SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA para fazer face ao pagamento de aquisição de recargas nos cartões eletrônicos SINDICARD dos extraquadros Edileine dos Santos, matrícula nº 29945 e Marcos Cezar Souza, matrícula nº 29958, para os meses de agosto a dezembro de 2019, no valor de R$ 1.180,00 (mil cento e oitenta reais), conforme autorizo do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

Id: 2197523

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

ATOS DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEAS Nº 25 DE 01 DE AGOSTO DE 2019

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS RELATADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-07/026/294/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4, do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUIR Comissão de Sindicância para esclarecer os fatos, termos do convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, formalizado entre a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS e a Petrobras, com a participação da Fundação BIO-RIO para atendimento, decorrente do Termo de Ajuste de Conduta - TAC nº 06/2011, e seus aditivos, firmado entre esta SEAS, Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA e o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a própria Petrobras para implantação da Estação de Tratamento do Rio Irajá e apurar responsabilidade da ocorrência apontada no referido Processo nº E-07/026/294/2019.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos servidores, abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- CLÁUDIA ESTELLITA LINS VIDAL - ID Funcional nº 5097710-5

- CAIQUE CESAR DIAS CASTRO OLIVEIRA - ID Funcional nº 5102250-8

- CARLOS EDUARDO DOS SANTOS SILVA - ID Funcional nº 4394838-0

Art. 3º - A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da presente Resolução, para apresentar a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2019

ANA LÚCIA SANTORO
Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

RESOLUÇÃO SEAS Nº 26 DE 01 DE AGOSTO DE 2019

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS RELATADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E-07/026/295/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Imprensa Oficial | Governo do Rio de Janeiro | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 02 de Agosto de 2019 às 02:32:34 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº E-07/026/295/19
Data: 31/07/19 Ms. 09
Rubrica:
ID: 4216643

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4, do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984;

RESOLVE:

Art. 1º - **INSTITUIR** Comissão de Sindicância para esclarecer os fatos, termos do convênio nº 6000.0074450.12.4, convênio nº 6000.0074451.12.4 e convênio nº 6000.0074452.12.4, formalizado entre Petrobras e o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS e do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, com a participação da Fundação BIO-RIO para atendimento de condicionantes do Licenciamento Ambiental do COMPERJ e apurar responsabilidade da ocorrência apontada no referido Processo nº E-07/026/295/2019,

Art. 2º - A Comissão será composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- SIDNEI NAZARE DE OLIVEIRA - ID Funcional nº 5028166-1

- TATIANA ALMEIDA DOS SANTOS COUTINHO - ID Funcional nº 5100146-2

- EDUARDO GOMES DA SILVA - ID Funcional nº 5097716-4

Art. 3º - A comissão terá o prazo de 30(trinta) dias a contar da data da publicação da presente Resolução, para apresentar a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2019

ANA LÚCIA SANTORO
Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Id: 2197870

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DA GERENTE
DE 31.07.2019

PROCESSO Nº E-07/002.7885/2019- Procedemos a apuração de Tempo de Serviço para fim de Licença Prêmio do servidor ALEXANDRE CRUZ ID nº 4351452-9, Geólogo. Sendo assim, **AUTORIZO** a concessão de 06 (SEIS) meses do benefício, tendo em vista o direito relativo ao período-base de 01/05/2003 a 29/04/2014 e 30/04/2014 a 28/04/2019.

DE 01.08.2019

PROCESSO Nº E-07/101.180/1994- Procedemos a apuração de Tempo de Serviço para fim de Licença Prêmio do servidor JOÃO CARLOS DA SILVA ID nº 2868594-6, Ajudante Operacional. Sendo assim, **AUTORIZO** a concessão de 03 (três) meses do benefício, tendo em vista o direito relativo ao período-base de 22/05/2011 a 19/05/2016.

Id: 2197545

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPGEAI/00153084

RAZÃO SOCIAL: Gardel Turismo Ltda. **CNPJ Nº:** 28.726.669/0001-84. **ENDEREÇO:** Estrada do Lazareto, 1003 - Ponte Preta - Queimados - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** R$ 2.077,85. **PROCESSO Nº E-07/002.6551/2019.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152717

NOME: Guilherme Martins Araújo. **CNPJ Nº:** 055.925.567-56. **ENDEREÇO:** Rua Benedito Pereira de Souza nº183, Centro, Itaocara - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 07 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO Nº E-07/002.3693/2019.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152716

NOME: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua. **CNPJ Nº:** 29.114.139/0001-48. **ENDEREÇO:** Monte Alegre, Zona Rural - Santo Antônio de Pádua - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 85 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO Nº E-07/002.4223/2019.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152837

NOME: R.F. Comércio de Petróleo LTDA - ME. **CNPJ Nº:** 02.141.433/0001-92. **ENDEREÇO:** Rod. Campos Itaperuna, Cachoeiro, Cardoso Moreira - RJ **INFRAÇÃO:** Artigo 83 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Multa Simples R$ 13.956,03. **PROCESSO Nº E-07/002.104551/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152845

NOME: Pádua Automóveis LTDA. **CNPJ Nº:** 31.590.888/0001-93. **ENDEREÇO:** Rodovia RJ 186 KM 23 Nº 2005, Centro, Santo Antônio de Pádua - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO Nº E-07/002.3568/2019.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152712

NOME: Charque 2000 Itaperuna Indústria, Comércio e Distribuição de Charques LTDA. **CNPJ Nº:** 08.029.430/0001-48. **ENDEREÇO:** Rua Antônio Cunha, nº 345, Presidente Kennedy - Itaperuna, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 96 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Multa Simples R$ 75.000,00. **PROCESSO Nº E-07/002.7950/2017.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152668

NOME: 3N Empreendimentos LTDA - ME. **CNPJ Nº:** 17.815.086/0001-60. **ENDEREÇO:** Rua Manoel Custódio, Aeroporto - Itaperuna, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 83 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Multa Simples R$ 11.684,87. **PROCESSO Nº E-07/002.1955/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152713

NOME: Posto e Restaurante Do Papa LTDA - ME. **CNPJ Nº:** 05.408.399/0001-29. **ENDEREÇO:** Rua Jacinto Garcia Bastos, nº 500, Castelo Branco - Itaperuna, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 83 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Multa Simples R$ 5.000,00. **PROCESSO Nº E-07/002.104554/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152709

NOME: KM4 Indústria e Comércio de Bebidas LTDA. **CNPJ Nº:** 10.481.074/0001-40. **ENDEREÇO:** Rodovia RJ 118 s/nº, km 04, Polo Industrial - Santo Antônio de Pádua, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 86 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Multa Simples R$ 6.000,00. **PROCESSO Nº E-07/002.4340/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152685

NOME: Pedras Decorativas Emerson LTDA-ME. **CNPJ Nº:** 01.283.030/0001-10. **ENDEREÇO:** Rodovia Pádua x Piraretinga, KM 12, s/nº - Santo Antônio de Pádua, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Multa Simples R$ 2.060,28. **PROCESSO Nº E-07/002.2549/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152682

NOME: Uni-Pedras Decorativas LTDA - ME. **CNPJ Nº:** 01.340.571/0001-38. **ENDEREÇO:** Estrada Pádua Marangatu, s/nº, km 10 - Marangatu - Santo Antônio de Pádua, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO Nº E-07/002.107046/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152684

NOME: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua. **CNPJ Nº:** 29.114.139/0001-48. **ENDEREÇO:** Estrada Pádua x Pirapetinga, Santa Afra - Santo Antônio de Pádua, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 94 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Multa Simples - R$ 17.480,32. **PROCESSO Nº E-07/002.1766/19**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00152714

NOME: BR Brasil Transporte e Logística LTDA - ME. **CNPJ Nº:** 16.529.692/0001-08. **ENDEREÇO:** Rua José Homem da Costa, nº 577, Beira Rio - Santo Antônio de Pádua, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 85 da Lei nº 3.467 de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Multa Simples - R$ 5.000,00. **PROCESSO Nº E-07/002.106259/2018**

Id: 2197539

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

ATO DO SUPERINTENDENTE
DE 31.07.2019

Em cumprimento ao estabelecido no art.11, da Resolução Conjunta SEAPEC/SEPLAG nº 25, de 27 de abril de 2015, relaciono a pontuação final obtida após avaliação de produtividade dos servidores, no período de 15.06.2019 a 14.07.2019.**PROCESSO Nº SEI-02/007/000479 /2019.**

Avaliação de produtividade - GAF

ID FUNCIONAL	NOTA PRODUTIVIDADE
5691956	1400
5691974	1450
5691982	1990
5692008	0
5692016	1800
5692024	1530
5692032	1700
5692040	1620
5692059	0
5704073	2070
5704090	1400
5716489	1000
19312130	900
19319940	1000
19320167	1268
19320531	1200
19321759	0
19321864	1000
19322070	1200
19322143	1800
19322372	1171
19323662	1400
19324182	1400
19324464	2240
19324901	1500
19325150	2600
19325380	1650
19325452	812
19325711	1300
19327854	0
19328125	451
19329415	1367
19329830	1000
19329946	1350
19330057	2100
19330359	2250
19330537	1300
19331150	1000
19331274	1200
19331940	1000
19332033	0
19332149	1810
19332865	1604
19334678	1800
19334696	3200
19335342	2067
19335695	1200
19335717	1200
19335946	1300
19336080	1150
19336152	1200
19336756	1509
19337329	1370
19337515	1700
19337850	2530
19338015	1410
19338139	1430
19338317	1260
19338848	1535
19339054	20
19339127	2100
19339656	0
19340052	1734
19340125	1450
19340540	1450
19341164	1000
19341571	1400
19341644	1740
19342039	3500
19342268	1200
19342330	1700
19342455	1400
19342560	1800
19342683	1500
19342756	1700
19342985	1177
19343078	2537
19343140	1816
19343256	1440
19343442	1150
19343558	410
19343671	1240
19344171	1800
19344910	1750
19345054	500
19345283	2060
19345585	1755
19345720	1310
19345950	3300
19346271	1800
19346522	830
19346719	0
19346948	1800
19347073	1000
19347197	0
19347219	1000
19348029	1200
19348134	3250
19348258	1250
19348550	1200
19348622	1800
19348738	610
19349122	2340
19349424	2540
19349653	1730
19349726	2500
19351160	2979
20348053	1200
20465556	0
35770767	654
41818334	1500
41818342	1100
41818350	2050
41818369	1257
41818377	1200
41818385	798
41818407	1600
41818415	2000
42196108	1600
42196140	1300
42196205	1500
42196248	1400
42196272	1050
42196418	1650
42196442	1410
42196450	1410
42196469	1200
42196477	1950
42196485	1700
42513085	1400
42513136	1300
42514002	1200
42514150	4020
42514169	1430
42514401	1300
42514479	1600
42514509	550
42537592	1750

Id: 2197910

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

ATO DA DIRETORA-PRESIDENTE

PORTARIA PRESI CEASA Nº 245 DE 24 DE JULHO DE 2019

ALTERA A PORTARIA PRESI CEASA Nº 021 DE 21 DE AGOSTO DE 2018, QUE INSTITUIU COMISSÃO INTERNA, TRANSITÓRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, AS COMPETÊNCIAS DO COMITÊ DE ELEGIBILIDADE PREVISTO NO DECRETO ESTADUAL Nº 46.188, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - CEASA/RJ, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Comissão Interna, Transitória e não estatutária anteriormente composta pelos empregados AROLDO RODRIGUES GONÇALVES NETO (ID nº 50142720), VANESSA DE MATTOS RODRIGUES MARTINS (ID nº 50916840) e Jeniffer Pereira Nery (ex-Assessora Jurídica Chefe - ID nº 4424458-4), mantendo esta (atual Chefe de Gabinete) e substituindo os dois primeiros por MARCO AURÉLIO DE LUCENA (Assessor de Controle Interno - ID nº 5089076-0), WALTER JOSÉ VIEITAS SARAIVA (Assessor Jurídico Chefe - ID nº 5090894-4).

Art. 2º - A presidência da atual Comissão de Elegibilidade passa, na presente data, a ser exercida pelo Senhor MARCO AURÉLIO DE LUCENA, Assessor de Controle Interno da Ceasa-RJ.

Art. 3º - A referida comissão permanece com a competência de opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições, além de verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2019

BIANCA DE CARVALHO
Diretora-Presidente

Id: 2197915

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DA DIRETORA-PRESIDENTE

PORTARIA PRESI CASERJ Nº 28 DE 31 DE JULHO DE 2019

CRIA COMISSÃO INTERNA, TRANSITÓRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, AS COMPETÊNCIAS DO COMITÊ DE ELEGIBILIDADE PREVISTO NO DECRETO ESTADUAL Nº 46.188 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CASERJ, no uso de suas atribuições estatutárias,

Imprensa Oficial Rio de Janeiro documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 02 de Agosto de 2019 às 02:32:37 -0300.

59

PETROBRAS

CÓPIA

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2019

SMS/LARE 0209/2019

Ao
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Coordenação de Estudos Ambientais - CEAM
Av. Venezuela, 110, 2° andar - Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

A/C: Ilmo Sr. João Eustáquio Nacif Xavier
Coordenador

Assunto: Atendimento à Obrigação 5.2.5. do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC do Comperj.

Referência: Processo nº E-07/026.228/2019.

Prezado Senhor,

Em referência ao Processo nº E-07/026.228/2019, segue evidência de atendimento à obrigação 5.2.5. do TAC do Comperj, referente à condicionante 34 - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio.

Em atendimento aos Convênios de Esgotamento Sanitário em Itaboraí e Maricá, a Petrobras realizou depósitos dos valores acordados na conta da Fundação Bio-Rio. Os comprovantes de depósitos e extratos bancários referente aos convênios seguem nos Anexos I, II e III. Para melhor rastreabilidade, enviamos tabela relacionando os valores com a identificação das evidências (Anexo IV).

Ademais, seguem também os convênios celebrados para o Esgotamento Sanitário de Maricá (ANexo V) e Esgotamento Sanitário de Itaboraí (Anexo VI).

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

DEIVIS APARECIDO DE ARAUJO
Gerente de Licenciamento Ambiental
SMS/LARE/LIRGNC
Matrícula: 2471200

Daniele Lomba Zaneti Puelker
Gerente Geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo

Anderson Morais A. de Lima
Adjunto II
ID 5087956-1
Gerência de Atendimento – inea

Anexo(s): Evidência de Atendimento à Obrigação 5.2.5 do TAC do Comperj.

COMPRS 3

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº89 Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020

MPRJ:SP2TC01TB 202000196084 020320 10:08:38

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 1674/19.
PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em cumprimento à obrigação contida no item 5.2.5 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a Petrobrás, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, foi apresentado no dia 11/10/2019 pela Petrobrás ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA a carta SMS/LARE 0209/2019, de cópia em anexo, a qual, segundo informado por aquele Instituto, veio instruída com mídia digital contendo os documentos citados nela.

No ofício ministerial, foi solicitada que a resposta apresentada fosse encaminhada contendo os documentos mencionados nos itens 6.2.1 e 6.2.2 da Cláusula Terceira do TAC. No entanto, foi informado por aquele Instituto que não se vislumbra como realizar vistoria *in loco* e uma análise detida da obrigação, uma vez que a mesma consistia apenas na apresentação de comprovantes de repasses de recursos financeiros.

Dessa forma, inquire-se quanto a possibilidade de entendermos que houve atendimento da solicitação ministerial.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EDUARDO PIRES GAMELEIRO
Subsecretário Executivo
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID. Funcional 3219466-8

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pires Gameleiro, Subsecretário de Estado**, em 11/02/2020, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3182828** e o código CRC **BC0A34D3**.

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

PETROBRAS

CÓPIA

62
9

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2019

SMS/LARE 0209/2019

Ao
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Coordenação de Estudos Ambientais - CEAM
Av. Venezuela, 110, 2° andar - Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

A/C: Ilmo Sr. João Eustáquio Nacif Xavier
Coordenador

Assunto: Atendimento à Obrigação 5.2.5. do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC do Comperj.

Referência: Processo nº E-07/026.228/2019.

Prezado Senhor,

Em referência ao Processo nº E-07/026.228/2019, segue evidência de atendimento à obrigação 5.2.5. do TAC do Comperj, referente à condicionante 34 - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio.

Em atendimento aos Convênios de Esgotamento Sanitário em Itaboraí e Maricá, a Petrobras realizou depósitos dos valores acordados na conta da Fundação Bio-Rio. Os comprovantes de depósitos e extratos bancários referente aos convênios seguem nos Anexos I, II e III. Para melhor rastreabilidade, enviamos tabela relacionando os valores com a identificação das evidências (Anexo IV).

Ademais, seguem também os convênios celebrados para o Esgotamento Sanitário de Maricá (ANexo V) e Esgotamento Sanitário de Itaboraí (Anexo VI).

No mais, ficamos à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente,

DEIVIS APARECIDO DE ARAUJO
Gerente de Licenciamento Ambiental
SMS/LARE/LIRGNC
Matrícula: 2471200

Daniele Lomba Zaneti Puelker
Gerente Geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo

Anderson Morais A. de Lima
Adjunto II
ID 5087956-1
Gerência de Atendimento – inea

Anexo(s): Evidência de Atendimento à Obrigação 5.2.5 do TAC do Comperj.

VISTA
Nesta data, faço vista dos
à(ao) Exmo Dr Tiago Veras
Em 09 / 10 / 20

Promoção em separado, impressa em 05 lauda (s).

Itaboraí, 28 / 10 /2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 63 RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1923/20 *Itaboraí*, 16 de novembro de 2020.
Ref: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria da existência do procedimento em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem este Órgão Ministerial acusar o recebimento do Of.INEA/ASSPRE SEI nº 13/2020, bem como solicitar que informe o andamento do processo de sindicância para apurar os fatos relatos no Processo Administrativo E-07/026/295/2019. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ

Expedido em 18/11/20

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.11.17 21:39:06 -03'00'

AO SR.
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, nº 110, Centro – RJ
CEP: 20081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 64 RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1924/20 *Itaboraí*, 16 de novembro de 2020.
Ref: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria da existência do procedimento em referência que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem este Órgão Ministerial acusar o recebimento do Of.SEAS/SUBEXEC SEI nº 89, bem como informar que a obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC, na qual a PETROBRAS em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ

Expedido em 19/11/20

esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio", por sua natureza, de fato, prescinde da vistoria *in loco.*

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.11.17 21:39:32 -03'00'

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 65
RJ

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Dr. Tiago Veras
Em 06 / 07 / 21

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 15/07/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 19 / 07 / 21.

Ref.: Procedimento Administrativo n. 177/2019 (MPRJ n. 2019.00978799)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga"

Portaria de aditamento de PA à fl. 02-A, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02A-verso/04A-verso, instruído de documentos de fls. 05/37.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 38/40.

Ofício da Petrobras à fl. 42, instruído de fls. 43/46, contendo mídia digital (fl. 47), informando sobre o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC I.

Ofício da SEAS à fl. 48, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 49/51, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA à fl. 54, instruído de fls. 55/59, contendo mídia digital (fl. 60), informando que foi aberto o Processo Administrativo nº E07/026.228/2019 no âmbito da SEAS/INEA. No que tange ao item 6.9 da cláusula terceira foi aberto processo de sindicância para esclarecer os fatos dos referidos convênios e apurar responsabilidades.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão*", sendo certo que "*Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação*

há mais de 12 (doze) meses (...)", nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*";

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Reiterem-se** os ofícios não respondidos (fls. 63 e 64);

2- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 14 de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.07.15 10:20:59 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO 67 RJ

Ofício 2ª PJTC n° 787/2021

Itaboraí, 28 de abril de 2021

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 382 (trezentos e oitenta e dois) inquéritos civis e 141 (cento e quarenta e um) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.04.28 19:49:12 -03'00'

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 69 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1486/2021

Itaboraí, 23 de julho de 2021.

Ref.: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** *(Favor mencionar na resposta)*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça reiterar os termos do Ofício 2ª PJTC nº 1923/20, acusando o recebimento do Of.INEA/ASSPRE SEI nº 13/2020, bem como solicitar que informe o andamento do processo de sindicância para apurar os fatos relatados no Processo Administrativo E-07/026/295/2019. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da Portaria de Instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Expedido em 29/07/21 Servidor

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
PHILIPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Avenida Venezuela, nº 110, Centro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/07/2021, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0828929** e o código CRC **0714B80D**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 69 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1487/2021 *Itaboraí*, 23 de julho de 2021.

Ref.: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** *(Favor mencionar na resposta)*

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ões realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça reiterar os termos do Ofício 2ª PJTC nº 1924/20, acusando o recebimento do Of.SEAS/SUBEXEC SEI nº 89, bem como informar que a obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC, na qual a PETROBRAS em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio", por sua natureza, de fato, prescinde da vistoria *in loco*.

Segue anexa cópia da Portaria de Instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Expedido em 29/07/21
Servidor

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
THIAGO PAMPOLHA
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
Av. Venezuela, 110, 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/07/2021, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0828958** e o código CRC **B1F3559A**.

https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem...

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 10
RJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
DO NÚCLEO ITABORAÍ
MEIO AMBIENTE*ORDEM URBANÍSTICA*PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL*CONSUMIDOR
Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito
Rua João Caetano 207, sala 606, centro – Itaboraí/RJ,
CEP: 24800-113

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos à(ao) Exmo. Dr. Tiago Veras
Em 05/08/21
Cristiane B. Almeida
Mat. 3062.7.77

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 06/08/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 17 RJ

Ref.: Procedimento Administrativo n. 177/2019 (MPRJ n. 2019.00978799)

PROMOÇÃO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga"

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Oficie-se ao Secretário da SEAS e ao Presidente do INEA** requisitando: **(i)** remeter cópia integral do processo de sindicância instaurado para apurar os fatos relatados no Processo Administrativo E-07/026/295/2019; **(ii)** informar todos os negócios jurídicos (convênios e contratos) que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio, bem como todos os TAC's que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio, devendo encaminhar cópia integral de todos os negócios jurídicos e TAC's que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio;

2- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Itaboraí, 05 de agosto de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.08.06 09:59:11 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 73 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1741/2021	*Itaboraí*, 09 de agosto de 2021.

Ref.: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** *(Favor mencionar na resposta)*

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça requisitar: (i) que remeta cópia integral do processo de sindicância instaurado para apurar os fatos relatados no Processo Administrativo E-07/026/295/2019; (ii) que informe todos os negócios jurídicos (convênios e contratos) que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio, bem como todos os TAC's que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio, devendo encaminhar cópia integral de todos os negócios jurídicos e TAC's que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da Portaria de Instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Expedido em 25/08/21

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
THIAGO PAMPOLHA
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
Av. Venezuela, 110, 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 10/08/2021, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0865362** e o código CRC **E5212565**.

https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_d

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO FI. 73 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1742/2021	*Itaboraí*, 09 de agosto de 2021.

Ref.: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** *(Favor mencionar na resposta)*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça requisitar: (i) que remeta cópia integral do processo de sindicância instaurado para apurar os fatos relatados no Processo Administrativo E-07/026/295/2019; (ii) que informe todos os negócios jurídicos (convênios e contratos) que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio, bem como todos os TAC's que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio, devendo encaminhar cópia integral de todos os negócios jurídicos e TAC's que foram assinados pela SEAS, INEA e Fundação Bio-Rio. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da Portaria de Instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Expedido em 25/08/21 Servidor

(assinado eletronicamente)

PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
PHILIPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Avenida Venezuela, nº 110, Centro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 10/08/2021, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0865374** e o código CRC **B73E0792**.

https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem...

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
DO NÚCLEO ITABORAÍ
MEIO AMBIENTE * ORDEM URBANÍSTICA * PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL * CONSUMIDOR

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
Of. Seas / Subsea
Sei nº 455
Em 01 / 10 / 21

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 75
RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº455 Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021

MPRJSP2TCOITB 202100795725 300921 11:04:47

Exmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 1924/2020, Ofício 2ª PJTC nº 1486/2021, Ofício 2ª PJTC nº 1487/2021, Ofício 2ª PJTC nº 1742/2021, Ofício 2ª PJTC nº 1741/2021

PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, os quais visam apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a Petrobrás, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, vimos tecer as considerações que seguem.

Em atendimento à solicitação nos ofícios em referência, servimo-nos do presente para encaminhar cópia do processo administrativo E-07/026/295/2019 e dos convênios Reduc nº 1050.0077961.12.4 e nº 1050.0077962.12.4.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Compert 3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado**, em 27/09/2021, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **22482323** e o código CRC **48827F36**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004704/2019 SEI nº 22482323

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

C E07/000 237/11

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 16 RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SUA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ E A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, COM A PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO BIO-RIO PARA O TRATAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO IRAJÁ, NA FORMA ABAIXO,

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n..º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Minc Baumfeld, Casado, Economista, RG.: 02381459-3, CPF: 694816527-34, a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN**, brasileiro, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade n.º 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente Ângelo Luiz Monteiro de Barros, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20 e,

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 06/2011, celebrado em 18 de outubro de 2011, entre o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente – **SEA**, a Comissão Estadual de Controle Ambiental – **CECA** e o Instituto Estadual do Ambiente – **INEA** e **PETROBRAS**, que em seu aditivo nº 2 alterou a redação da cláusula 4.1 do documento original, previu a implantação de Estação de Tratamento do Rio Irajá como medida de colaboração para a melhoria da qualidade ambiental do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de redução da carga poluidora que aporta à Baía da Guanabara;

CONSIDERANDO o interesse do Estado do Rio de Janeiro na implantação do projeto de tratamento das águas do Rio Irajá, afluente da Baía da Guanabara;

CONSIDERANDO que a **PETROBRAS**, dentro do conceito de Responsabilidade Social e Ambiental que marca sua atuação, se propõe a prover os recursos necessários à execução das obras de construção da estação de tratamento das águas do Rio Irajá.

ASSESSORIA JURÍDICA

E071000 237/11 :
fls 35

PETROBRAS

A **PETROBRAS**, a **SEA**, e a **FUNDAÇÃO** denominadas conjuntamente por **PARTÍCIPES** e separadamente por partícipe repassador e partícipes beneficiários, respectivamente, RESOLVEM celebrar este **CONVÊNIO**, que será regido em relação à **PETROBRAS** pelas normas constantes no Decreto n.º 2.745/98 e do seu Manual de Procedimentos Contratuais – MPC e, em relação ao Estado do Rio de Janeiro, através da **SEA**, pelos preceitos do direito público e, em especial, pela Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 116, com alterações introduzidas pelas Leis Federais n.º 8.883/94 e 9.648/98, conforme cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto estabelecer a cooperação entre os partícipes, visando à implantação do Projeto de Tratamento das Águas do Rio Irajá ('Projeto'), mediante recursos repassados pela **PETROBRAS** à **FUNDAÇÃO**, que executará as obras do Projeto sob a supervisão, fiscalização e coordenação da **SEA**.

1.2. Após a conclusão da implantação do Projeto, a operação e a manutenção da Unidade de Tratamento de Rio (UTR) do Rio Irajá será de responsabilidade da **FUNDAÇÃO** durante o período de 18 (dezoito) meses. Após esse período, o Estado do Rio de Janeiro ficará responsável pela operação e manutenção da Unidade de Tratamento de Rio do Rio Irajá.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODO DE EXECUÇÃO

O Projeto será implantado em conformidade com o Plano de Trabalho, a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro, anexos, que são parte integrante do presente documento.

2.1 - As atividades a serem executadas pela **FUNDAÇÃO** serão planejadas, coordenadas e supervisionadas pela **SEA**, por intermédio de um Coordenador Geral.

2.2 – A **PETROBRAS** poderá, sem prejuízo de sua prerrogativa de fiscalização direta, contratar e/ou solicitar, às suas expensas, a contratação de auditorias de terceira parte, por empresa por ela indicada, se assim desejar, objetivando o acompanhamento e/ou a verificação do cumprimento do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS

3.1 – Compete à **PETROBRAS**

a) Efetuar a transferência de recursos financeiros necessários para a execução das ações previstas neste Convênio para a **FUNDAÇÃO**, de acordo com a Cláusula Quinta – Do Aporte Financeiro.

SEA ASSESSORIA JURÍDICA

E07/000252/12
fls 36

PETROBRAS

b) Disponibilizar os padrões e regras de uso de sua logomarca;

c) Citar o nome da **SEA** como integrante deste Convênio, nos depoimentos e entrevistas, bem como expor a logomarca dos mesmos em todos os materiais de divulgação e peças promocionais referentes ao objeto deste Convênio.

d) Acompanhar a execução do Convênio e a correta aplicação dos recursos, conforme previsto no Plano de Trabalho.

3.2 – Compete à **SEA**:

a) Coordenar e fiscalizar as atividades previstas no Plano de Trabalho e as atividades inerentes à implantação do presente Convênio, bem como adequar o escopo do Projeto que será desenvolvido de acordo com as condições estabelecidas neste Convênio, bem como responsabilizar-se técnica e operacionalmente pelas atividades descritas no presente instrumento e Anexos, de forma a permitir a consecução do seu objeto;

b) Dar destino final adequado ao lodo gerado pela UTR Irajá;

c) Fornecer à **PETROBRAS**, sempre que solicitado, os dados e informações gerados e obtidos durante o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho;

d) Providenciar as licenças ambientais pertinentes;

e) Em caso de assoreamento, a **SEA** deverá manter a profundidade da calha de tratamento da Unidade de Tratamento de Rio (UTR) do Rio Irajá na área operacional da estação, de forma a manter os parâmetros para o bom funcionamento, eficiência e eficácia da UTR;

f) Avaliar e encaminhar os relatórios físico-financeiros parciais e relatório físico-financeiro final da **FUNDAÇÃO** à **PETROBRAS** conforme periodicidade apresentada no Plano de Trabalho anexo a este Convênio;

g) Operar o sistema após o decurso do prazo de 18 (dezoito) meses de pré-operação da UTR Irajá;

h) Utilizar as logomarcas da **PETROBRAS** consoante o padrão definido pela **PETROBRAS**;

i) Citar o nome da **PETROBRAS** como integrante deste Convênio, nos depoimentos e entrevistas, bem como expor a logomarca da **PETROBRAS** em todos os materiais de divulgação e peças promocionais referentes ao objeto deste Convênio;

j) Arcar com os custos do seu pessoal (salários, encargos, benefícios, vantagens e vencimentos) envolvido no objeto deste Convênio;

ASSESSORIA JURÍDICA ADJUNTA SEA

PETROBRAS

k) Não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste Convênio, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art 7º da Constituição da República, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, relacionados com o presente convênio, sob pena de extinção deste.

3.3 – Compete à **FUNDAÇÃO BIO-RIO**:

a) A responsabilidade técnica e operacional pelas atividades descritas no presente instrumento e Anexos, de forma a permitir a consecução do seu objeto;

b) Disponibilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução das atividades elencadas no Plano de Trabalho;

c) Contratar os serviços, obras e fornecer os produtos e utensílios para a execução dos objetivos descritos na Cláusula Primeira do presente Convênio, visando ao desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho;

d) Para fins de cumprimento das contratações a que se refere o item anterior, a **FUNDAÇÃO** deverá obedecer, no que couber, ao disposto no Manual de Procedimentos Contratuais, complementar ao Regulamento do Procedimento Licitatório da **PETROBRAS**, conforme consta no Decreto n.º 2.745, de 24 de agosto de 1998 e aos princípios licitatórios pertinentes;

e) Providenciar a aplicação dos recursos repassados pela **PETROBRAS** exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Convênio e de acordo com o Plano de Trabalho;

f) Não utilizar os recursos repassados pela **PETROBRAS** em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter emergencial;

g) Permitir o acesso dos auditores próprios ou contratados pela **PETROBRAS** para acompanhamento da execução do presente convênio, conforme previsto o item 2.2, colocando a inteira disposição dos mesmos todos os documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de auditoria;

h) Prestar contas da utilização dos repasses e do andamento do cronograma e atividades descritos nos termos deste instrumento e Anexos;

i) Enviar à **SEA** relatórios físico-financeiros parciais mensais e relatório físico-financeiro final, relativos à prestação de contas dos recursos repassados, visando o encaminhamento à **PETROBRAS**;

j) Apresentar, a qualquer tempo, documentação solicitada para esclarecimentos que se façam necessários;

k) Estruturar a base administrativa para o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho;

ASSESSORIA JURÍDICA

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 78
RJ

l) Informar a **PETROBRAS** sobre eventuais mudanças em seus atos constitutivos, especialmente as que se refiram à representação da pessoa jurídica, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da respectiva data de alteração do contrato ou estatuto social.

m) Utilizar as logomarcas da **PETROBRAS**, consoante o padrão definido pela **PETROBRAS**;

n) Citar o nome da **PETROBRAS** e demais partícipes como integrantes deste Convênio, nos depoimentos e entrevistas, bem como expor a logomarca da **PETROBRAS** e demais partícipes em todos os materiais de divulgação e peças promocionais referentes ao objeto deste Convênio;

o) Arcar com os custos de seu pessoal (salários, encargos, benefícios e vantagens) envolvido no objeto deste Convênio;

p) Não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste Convênio, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, relacionados com o presente Convênio, sob pena de extinção deste;

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência deste convênio é de 870 (oitocentos e setenta) dias a partir de sua assinatura, podendo ser antecipado ou prorrogado, por termo aditivo, mediante comunicação das partes signatárias, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu término.

4.1.1 – Independente do prazo descrito no item 4.1 acima, deverá ser observado o cronograma definido no Plano de Trabalho que poderá sofrer adequações mediante acordo entre as partes, desde que previsto em aditivo celebrado por escrito.

CLÁUSULA QUINTA – DO APORTE FINANCEIRO

5.1 – A **PETROBRAS** efetuará um aporte financeiro no montante de **R$ 40.021.223,23** (quarenta milhões, vinte e um mil, duzentos e vinte e três reais e vinte e três centavos).

5.1.1 – O aporte financeiro do presente Convênio inclui todos os recursos materiais e humanos necessários para a implantação das atividades previstas no Plano de Trabalho e sustentação da base administrativa.

5.1.2 – Os valores apresentados no Plano de Trabalho anexo referem-se aos valores de participação da **PETROBRAS** no Projeto durante a vigência do convênio. Caso alguma das rubricas do referido plano ultrapassem seu valor, caberá à **SEA** arcar com o ônus da diferença.

ASSESSORIA JURÍDICA
ASSESSORIA
SEA

PETROBRAS

a) Cada desembolso, com exceção do primeiro, será liberado mediante a entrega de relatórios de evolução das obras, emitidos pela **FUNDAÇÃO**, aprovados pela **SEA** e cujo parecer dos auditores contratados pela **PETROBRAS** ateste a sua conformidade.

b) As parcelas seguirão os períodos de desembolso abaixo relacionados, sendo que a terceira parcela fica condicionada à efetiva entrega dos equipamentos e materiais na área de implantação da estação de tratamento, além da entrega de relatórios.

Para o período relativo à implantação e operação por 540 (quinhentos e quarenta) dias:

Parcela	Número de dias após a assinatura do Convênio	Valor Desembolsado (R$)
1ª.	30	6.346.736,77
2ª.	90	11.083.280,45
3ª.	180	9.903.996,58
4ª.	270	2.854.166,69
5ª.	360	2.199.292,58
6ª.	450	1.347.132,51
7ª.	540	1.347.132,51
8ª.	630	1.347.132,51
9ª.	720	1.347.132,51
10ª.	810	1.347.132,51
11ª.	870	898.088,34
TOTAL	870 dias	R$ 40.021.223,23

c) **FUNDAÇÃO** deverá prestar contas do repasse anterior para liberação do subsequente.

5.2 – O aporte financeiro será repassado ao partícipe beneficiário nos seguintes termos:

a) Em conformidade com o explicitado no Plano de Trabalho;

b) Após a aceitação por parte da **PETROBRAS** do relatório de prestação de contas devidamente aprovado pela **SEA**, nos termos do item 5.1.2.a.

c) A liberação dos repasses decorrentes dos encargos do presente convênio, atendendo ao critério de aprovação do repasse anterior, ocorrerá 5 (cinco) dias úteis após a entrada dos documentos de cobrança no órgão de pagamento da **PETROBRAS.**

5.3 – Após a conclusão do presente convênio, reconhecida oficialmente pela **PETROBRAS** e pela **SEA**, a **FUNDAÇÃO** apresentará, em no máximo 30 (trinta) dias, a prestação de contas e relatório final.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 49
RJ

PETROBRAS

5.4 – Os repasses da **PETROBRAS** serão efetuados por crédito em conta bancária específica para a execução deste Convênio, a ser aberta pela **FUNDAÇÃO** e indicada no prazo máximo de 30 dias da assinatura deste instrumento.

a) Caso a **FUNDAÇÃO** queira efetuar mudança na conta de depósito dos repasses, deverá notificar a **PETROBRAS** por escrito e em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para que nela sejam efetuadas as alterações;

b) O comprovante de depósito bancário do repasse terá caráter de instrumento de quitação.

5.5 – As parcelas de repasse serão liberadas em estrita conformidade com os ítens 5.1 e 5.2, exceto nos casos a seguir, em que os repasses ficarão retidos até serem sanadas as impropriedades:

a) quando não tiver havido comprovação de boa e regular aplicação do repasse anterior;

b) quando houver inadimplemento do partícipe beneficiário com relação a outras cláusulas conveniais;

c) quando o partícipe beneficiário deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador.

d) quando houver atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases do Plano de Trabalho;

e) quando se verificar desvio de finalidade na aplicação do repasse.

f) quando a **FUNDAÇÃO** deixar de prestar contas do repasse anterior para liberação do subseqüente.

5.6 – Os saldos dos repasses do Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em:

a) Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês;

b) As receitas financeiras auferidas consoantes aplicações previstas neste item serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

c) Caso os partícipes logrem seus objetivos conveniais sem que todo recurso financeiro provisionado seja aplicado, os valores manter-se-ão em propriedade da **PETROBRAS**, sem que caiba qualquer reclamação por parte dos demais partícipes.

PETROBRAS

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Ocorrerá reajustamento anual do Convênio após cada período de 12 (doze) meses a contar da data base de referência do cronograma físico-financeiro. Os valores serão reajustados de acordo com a legislação vigente na data de sua aplicação, quando será adotada a variação do IGPM/FGV, calculada através da seguinte fórmula:

$$R = Po\ [(I-Io)/Io]$$

onde:

R = valor do reajuste;
I = índice IGPM/FGV relativo ao mês anterior ao mês em que for devido o reajustamento
Io = índice IGPM/FGV relativo ao mês anterior ao mês de referência do cronograma físico-financeiro
Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ENCERRAMENTO E DA DENÚNCIA

7.1 – Qualquer dos partícipes poderá, a qualquer tempo, denunciar sua participação no presente Convênio, mediante notificação por escrito, operando a denúncia e seus efeitos após 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento.

7.2 – O presente Convênio estará encerrado de pleno direito pelo advento do termo, sem prorrogação, pela impossibilidade jurídica da consecução de seu objeto, pelo mútuo consentimento dos partícipes ou quando a **SEA** ou a **FUNDAÇÃO**:

7.2.1- Deixarem de cumprir qualquer cláusula ou condição do presente Convênio

7.2.2- Transferirem seus encargos, ajustados neste Convênio, a terceiros, sem a prévia e expressa autorização da **PETROBRAS**

7.2.3- Fizer uso promocional do objeto deste Convênio em favor de candidato, partido político ou coligação.

7.3 – No caso de ocorrência dos casos acima, ficam resguardadas as cláusulas de sigilo, direito autoral e divulgação, bem como eventuais aportes financeiros já compromissados.

7.4 – Em caso de extinção ou encerramento do Convênio por qualquer das causas previstas nos itens 5.5 e 7.2 o partícipe beneficiário deverá:

a) Prestar conta final, sob pena de legitimar o partícipe repassador a exigí-la judicialmente;

b) Restituir no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de término deste Convênio, os saldos do aporte financeiro em seu poder, inclusive as receitas financeiras

42
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
80
R.J.

auferidas em virtude do estipulado no item 5.6, que apesar de repassados, não foram utilizados ou que foram indevidamente utilizados.

CLÁUSULA OITAVA– DA PUBLICAÇÃO

8.1 - O extrato deste **CONVÊNIO** será publicado pelo **ESTADO** em até 5 (cinco) dias úteis após sua assinatura no Diário Oficial do Estado, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

8.2 - O **ESTADO** providenciará o encaminhamento de cópia do presente instrumento juntamente com a comprovação de sua publicação oficial, no prazo legal, ao Colendo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

9.1. A divulgação dos atos, programas, obras e campanhas publicitárias pelos **PARTÍCIPES** deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolo ou imagens que caracterizem promoção pessoal, ou de autoridades ou de servidores públicos, informando-se o apoio da **PETROBRAS** e da **SEA** na realização do objeto do Convênio. Caso os partícipes beneficiário utilize o projeto e/ou procedimento elaborado em razão deste instrumento, qualquer divulgação deverá informar a participação da **PETROBRAS**, com uso de logomarca e informações previamente aprovada pela **PETROBRAS**:

9.1.1. Os **PARTÍCIPES** poderão utilizar-se de imagens, relatórios ou outros documentos referentes a este Convênio, bem como elaborar textos sobre a consecução de seus objetos, visando às suas atividades de publicidade e propaganda, devendo-se obter aprovação prévia quando do uso da logomarca dos outros partícipes.

CLAÚSULA DÉCIMA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

10.1 – Os **PARTÍCIPES** obrigam-se, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a manter sob sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas pela **PETROBRAS**, visando à execução do objeto do presente instrumento jurídico.

10.1.1 – Os **PARTÍCIPES**, para fins de sigilo, obrigam-se por seus administradores, empregados, prepostos, a qualquer título, e comitentes.

10.1.2 – Quaisquer informações obtidas pelos **PARTÍCIPES** durante a execução do objeto convenial, nas dependências da **PETROBRAS** ou dela originárias, ainda que não diretamente envolvidas com a mencionada execução, devem ser mantidas em sigilo nos termos e prazos da presente cláusula.

SEA ASSESSORIA JURÍDICA

PETROBRAS

10.2 – Os **PARTÍCIPES** reconhecem que as especificações técnicas, para fins de execução deste instrumento, não são passíveis de apropriação, estando titularizadas pela **PETROBRAS**.

10.3 – O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará:

a) a extinção do Convênio, se ainda vigente, na forma do item 7.1.

b) a responsabilidade por perdas e danos;

c) adoção das medidas judiciais cabíveis por força da Lei n.º 9.279/96 e legislação aplicável;

d) aplicação de multa compensatória no montante de 10% (dez por cento) do valor total do Convênio, sem prejuízo de indenização suplementar na forma da lei.

10.3.1 – Para fins de sanção administrativa interna, o descumprimento da obrigação de sigilo tem caráter de irregularidade grave.

10.4 – Só configuram exceção à obrigatoriedade de sigilo e confidencialidade as seguintes hipóteses:

a) informação comprovadamente conhecida antes das tratativas do presente Convênio;

b) prévia e expressa anuência do titular das informações, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pelo presente Convênio;

c) informação comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente Convênio;

d) determinação judicial e/ou administrativa para conhecimento das informações, desde que notificado imediatamente o respectivo titular, previamente à liberação, e sendo requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo.

10.5 – Toda divulgação sobre qualquer informação ou dado, relacionados com o presente Convênio, dependerá de prévia autorização da **PETROBRAS**, ressalvada a mera notícia de sua existência.

10.6- São considerados confidenciais, informações ou dados armazenados a que a **SEA** e a **FUNDAÇÃO** tenham acesso, e também aqueles transmitidos oralmente, por escrito ou eletronicamente, em razão da execução deste Convênio, independentemente da expressa menção a sua confidencialidade.

10.7- A **SEA** e a **FUNDAÇÃO**, para fins de sigilo, obriga-se por seus administradores, empregados, servidores, prepostos, a qualquer título, sucessores e comissionários.

ASSESSORIA JURÍDICA

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 81
RJ

PETROBRAS

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE

11.1 – Os **PARTÍCIPES** são responsáveis por danos causados aos demais **PARTÍCIPES** ou a terceiros, garantido, neste último caso, o direito de regresso, na forma da lei, inclusive a denunciação da lide, na medida e decorrentes da execução de seus encargos e obrigações definidos no presente Convênio, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução pela **PETROBRAS.**

11.2 – Os **PARTÍCIPES** não responderão por quaisquer inadimplementos ou prejuízos oriundos de situações de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO

12.1 - Fica vedado a qualquer dos **PARTÍCIPES**, sem a expressa anuência dos demais, transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos, deveres, benefícios e encargos assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO DA MEDIDA DE COLABORAÇÃO PREVISTA NO TAC

13.1 Com a celebração do presente Convênio, o Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Estado do Ambiente – **SEA**, declara que a **PETROBRAS** dá início ao cumprimento da medida de colaboração prevista na cláusula quarta do TAC conjunto SEA/INEA nº 06/2011, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e Petróleo Brasileiro S/A., conforme redação dada pelo Termo Aditivo nº 2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- As comunicações entre os **PARTÍCIPES** deverão ser feitas através dos responsáveis técnicos nomeados sempre de maneira formal, nos seguintes endereços:

a) **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**

REFINARIA DUQUE DE CAXIAS – REDUC
Rodovia Washington Luiz, km 113,7, Campos Elíseos, Duque de Caxias – RJ
Nome do representante: Cândido Luis Queiroz da Silva – Gerente de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da REDUC
Telefone: (21) 2677-4025
Fax: (21) 2677-2159

ASSESSORIA JURÍDICA

PETROBRAS

b) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA/RJ**

Endereço: Av. Venezuela, nº 110, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ
Nome do representante: Antônio Ferreira da Hora – Subsecretário de Estado de Projetos e Intervenções Especiais
Telefone: (21) 2332-5627 e 2334-5903
Fax: (21) 2334-5903

c) **FUNDAÇÃO BIO-RIO**

Endereço: Av. Carlos Chagas Filho, 791, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro - RJ
Nome do representante: Ângelo Luiz Monteiro de Barros, Vice – Presidente, Fundação Bio- Rio
Telefone: (21) 3525-2400

14.2 – Toda e qualquer alteração do Plano de Trabalho deverá ser solicitada à **PETROBRAS**, pela **SEA**, devidamente justificada, que poderá anuir ou não.

14.3 – Em função da complexidade e abrangência do Projeto, objeto deste convênio, a qualquer tempo, se achar necessário ou conveniente, poderá a **PETROBRAS** exigir maior detalhamento do Plano de Trabalho à **SEA**, em consonância com o que dispõe o item 3.2, "c".

14.4 – A **PETROBRAS** poderá credenciar, junto aos **PARTÍCIPES**, um ou mais empregados para acompanhar a execução do objeto do presente Convênio.

14.5 – A **PETROBRAS**, através de seus credenciados, poderá acompanhar a execução das etapas do presente Convênio, podendo exigir a correção ou refazimento do que foi realizado em desconformidade com o Plano de Trabalho (e demais anexos deste Convênio), sem aumento do aporte financeiro de que trata o 5.1.

14.6 - As condições constantes no presente instrumento devem ser objeto de alteração, mediante Termo Aditivo.

14.7 – A ação ou omissão das pessoas credenciadas pela **PETROBRAS** não exime os **PARTÍCIPES** da responsabilidade pelo cumprimento do Plano de Trabalho e demais encargos, necessários ao bom e fiel desenvolvimento do objeto do presente Convênio.

14.8 – Os **PARTÍCIPES** se comprometem a não fazer uso promocional do objeto deste Convênio em favor de candidato, partido político ou coligação.

14.9 - Os tributos de qualquer natureza, porventura devidos em decorrência deste Convênio, incluindo aqueles sobre a contratação junto a terceiros, que sejam necessários à realização do objeto deste Convênio são de exclusiva responsabilidade do contribuinte ou responsável, assim definido na legislação tributária, sem direito a reembolso.

SEA ASSESSORIA JURÍDICA

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
82
R.

PETROBRAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Os **PARTÍCIPES** elegem o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, como competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, renunciando expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e combinados, os representantes dos **PARTÍCIPES** firmam, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, o presente Convênio, que segue ainda subscrito por duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 23 de AGOSTO de 2012.

Pela SEA

CARLOS MINC BAUMFELD
Secretário

Pela PETROBRAS

JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN
Gerente Geral da REDUC

Pela FUNDAÇÃO BIO-RIO

ÂNGELO LUIZ MONTEIRO DE BARROS
Vice-presidente

Gilberto Lima de Freitas
Secretário Geral

TESTEMUNHAS:

Candido Luis Queiroz da Silva
CPF 839732577-87

CPF 428753747/53

PETROBRAS

ANEXO 1
UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO IRAJÁ
PLANO DE TRABALHO

1 - Objeto

Implantação de Unidade de Tratamento de Rio-UTR no Rio Irajá e operação por 18 (dezoito) meses. As instalações de apoio à Estação de Tratamento de Rio deverão ocupar área sobre um trecho do Rio Irajá onde será instalada unidade para tratamento de vazão de até 1.750 l/s.
A UTR-Unidade de Tratamento de Rio será localizada em trecho da Avenida Shultz Wenk próximo à Rua Louis Braille.

2 - Metas

A operação da UTR Rio Irajá levará à melhoria da qualidade das águas do rio, medida em eficiência de remoção, conforme tabela abaixo:

Parâmetro	Eficiência de Remoção (%)
DBO	70
DQO	65
Sólidos em suspensão	90
Turbidez e cor	90
Coliformes totais	98
Fósforo Total	90

3 - Etapas e fases de execução

3.1 - Implantação

A UTR do Rio Irajá será executada em 11 (onze) meses. Após este período será iniciada a pré-operação da UTR, onde os parâmetros de operação são ajustados e os equipamentos regulados para a obtenção da eficiência esperada pelo processo durante a fase de operação propriamente dita.
A UTR é composta pelas seguintes instalações:

- Caixa de Areia
- Cerca de Lixo Flutuante (Eco-Barreira);
- Pátio de Armazenamento de Produtos Químicos
- Módulo de Equipamentos
- Bacias de Floculação e Flotação com respectivos sistemas de aeração e recirculação
- Retenção e Remoção de Lodo Flotado
- Administração/Laboratório

ASSESSORIA JURÍDICA SGA

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
83
RJ

- Captação e Bombeamento de água

3.1.1 – Serviços de Engenharia – Levantamento de informações

Nesta etapa serão realizados levantamentos de campo, ensaios e visitas técnicas:

- Levantamento Topográfico da área de implantação da unidade de tratamento;
- Sondagens e ensaios geotécnicos;
- Análises de qualidade da água bruta e ensaios de tratabilidade com amostras coletadas no Canal do Irajá;
- Vistorias técnicas e inventário de informações secundárias necessárias para a elaboração do projeto da unidade de tratamento.

3.1.2 – Serviços de Engenharia – Execução de projeto básico e executivo

Nesta etapa serão realizados os Projetos Básico e Executivo com base nos dados apropriados durante a etapa de levantamento de informações.

Os equipamentos e instalações de apoio serão localizados em edificações dispostas sobre laje de concreto armado acima do Canal do Irajá, sem que haja a necessidade de maiores intervenções nas vias laterais.

3.1.3 – Obras Civis – Serviços preliminares, fundações e estruturas

O trecho do Canal do Irajá, onde será implantada a UTR, possui uma lâmina d'água mínima de 1,60m. Com o objetivo de evitar a necessidade de dragagem do Canal, a UTR será dimensionada considerando a lâmina d'água existente de 1,60m. Os serviços de dragagem, bem como a remoção de lixo das eco-barreiras vem sendo executados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro através do INEA e, portanto considera-se que tais atividades serão continuadas.

As Fundações e Estruturas serão executadas de acordo com os estudos geotécnicos de forma a atender aos esforços aplicados. Tais estruturas serão executadas com materiais adequados permitindo a proteção em função de cada ambiente de agressividade em que estiverem expostos.

3.1.4 – Obras Civis – Encerramento e fornecimento de equipamentos e materiais

Nesta etapa serão executados os serviços de vedações, esquadrias e revestimentos para permitir a entrega dos equipamentos de operação e controle da Estação.

3.1.5 – Montagem hidráulica, elétrica e hidromecânica

Os sistemas a serem montados compreendem:

- Remoção de sólidos
- Armazenamento, dosagem e aplicação de produtos químicos
- Bacia de floculação
- Bacia de flotação
- Sistema de remoção de lodo flotado
- Descarte do lodo flotado
  Está previsto o descarte do lodo flotado diretamente na rede de esgoto.
- Módulo de equipamentos e casa de bombas
  Este módulo, além de considerarem sopradores, sistema de dosagem de produtos químicos e bombas para coleta da água bruta, também possuem a Central de Automação. Além dos equipamentos, a Casa de Bombas, onde

ASSESSORIA JURÍDICA
SGA

estarão os compressores, misturadores e bombas de recirculação, será dotada de Laboratório para monitoramento da unidade, Supervisório, Sanitário, Almoxarifado, Vestiário, Escritório, Cozinha e Copa.
A UTR contará com sistemas de medição e controle: coagulantes, pH, turbidez, medidores de vazão.

- Automação da operação da estação
  A Unidade é projetada para operação tanto manual quanto automatizada.

3.2 – Operação
A UTR compõe-se pelos seguintes sistemas de operação:
a) SISTEMA DE RETENÇÃO E REMOÇÃO DE RESÍDUOS FLUTUANTES
A função é reter os resíduos flutuantes transportados pelo Canal do Irajá, para que não interfiram no processo de floculação e flotação.
A operação de remoção dos resíduos ocorrerá através de pessoal e/ou equipamentos da de responsabilidade do INEA à montante do local de implantação da UTR do Canal do Irajá.

b) SISTEMA DE OPERAÇÃO HIDRÁULICA DO CANAL – COMPORTAS ONE-WAY DE JUSANTE
O sistema de operações hidráulicas será composto por comportas unidirecionais tipo FLAP, localizadas à jusante da UTR. Estas comportas serão utilizadas para isolar o canal de tratamento quando da ocorrência de altos índices de maré. Em operação normal e em vazões de cheia as comportas se abrem automaticamente não causando qualquer represamento do Canal.

c) SISTEMAS DE FLOCULAÇÃO E FLOTAÇÃO
Esse sistema é composto pelos seguintes elementos:

- Tanques de armazenamento de coagulante, acoplados à bombas dosadoras;
- Equipamento de diluição e dosagem de polieletrólito;
- Sopradores e tubulação com difusores;
- Bombas Centrífugas;
- Compressores de Ar;
- Misturadores Água / Ar.

Os tanques de coagulante funcionarão em sistema de rodízio, em conjunto com as bombas dosadoras.
Com relação ao processo de armazenamento e dosagem do polieletrólito, será utilizado um equipamento que recalcará o polímero concentrado e fará sua diluição através da água de tratamento fornecida pelo próprio sistema com opção não preferencial de uso de água da própria rede.
A dosagem de coagulante para a obtenção da coagulação ideal será obtida através da leitura do controlador de coagulação que fará leitura da amostra coletada da bacia de floculação.
O sistema permite uma reserva de equipamentos e a programação de rodízio na utilização dos mesmos.
O acionamento de cada conjunto Bomba / Compressor será controlado em função da vazão de tratamento. Os conjuntos são modulados com capacidade para tratar a vazão total da UTR.

d) SISTEMA DE RETENÇÃO, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE LODO FLOTADO
O sistema é composto pelos seguintes equipamentos:

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
84
R.

- Rodas de dragagem;
- Bombas helicoidais para transporte do lodo;

A roda de dragagem de remoção de lodo será posicionada no final da Bacia de Flotação, e será acionada conjuntamente de forma escalonada com a bomba de lodo. O equipamento terá um sensor controlando o nível de lodo dentro da caixa de coleta da roda de dragagem. O medidor de nível será calibrado para desligamento da roda de dragagem quando o lodo na caixa de coleta atingir o nível máximo pré-estabelecido. A bomba helicoidal continuará em funcionamento até que o nível da caixa volte para o mínimo pré-estabelecido.

3.2.1 – Início da Operação

O bom funcionamento da Estação vincular-se-á sempre às seguintes verificações nas instalações e no canal de tratamento antes do início dos trabalhos de operação:

a) Os tanques de armazenamento de coagulante deverão estar preenchidos com a quantidade suficiente do produto para a operação. Sempre que o primeiro tanque estiver operando, o segundo tanque deverá estar cheio.

b) A bomba de fornecimento de água para a diluição do polímero deverá estar operando ou poderá se utilizar da água da rede. A vazão de água deverá ser regulada manualmente através do rotâmetro, devendo ser mantida fixa durante a operação. A concentração do polímero deverá variar em função da vazão e da qualidade do tratamento.

c) Deve ser verificada a eventual presença de corpos estranhos no canal de tratamento que possa a vir interferir na operação dos equipamentos. Caso seja constatada a ocorrência, deverá ser providenciada a remoção antes do início da operação.

d) Todas as comportas deverão estar abertas.

e) As tubulações e registros instalados em locais não abrigados deverão estar em perfeitas condições de uso para o início das operações.

f) Os filtros tipo bag instalados nas bombas helicoidais deverão ser permanentemente limpos. Existe um vacuostato instalado na tubulação de sucção que deverá ser regulado para ser acionado quando ocorrer entupimento no filtro. Isso provocará um aviso na tela de comando do sistema, ocasionando o desligamento do equipamento.

3.2.2 – Ensaios preliminares

Após a realização das verificações e procedimentos iniciais descritos anteriormente, deverão ser efetuados ensaios preliminares com o afluente a ser tratado de modo a verificar e aferir a dosagem adequada de produtos químicos a ser aplicada no tratamento.

Os ensaios nesta fase deverão ser manuais e consistem em: coletar a amostra de água bruta do canal de acordo com procedimentos padrões para esse tipo de atividade, medir o pH, o Fator Zeta de coagulação e a Turbidez da amostra retirada do canal, aplicar diferentes dosagens de coagulante, aplicar o polieletrólito, medir o pH, a cor e a turbidez das amostras tratadas.

ASSESSORIA JURÍDICA

Deverá ser adotado o melhor resultado obtido para regulagem, na dosagem adequada, das bombas dosadoras. Em seguida, calibrar o Controlador de Coagulante.

3.2.3 – Monitoramento

O monitoramento do afluente em tratamento deverá ser feito através da medição dos parâmetros de Ph, Turbidez, Cor e Fator Zeta.

3.2.4 – Início da Operação

a) Comportas de Jusante deverão estar abertas, caso esteja fechadas, significa que a maré está alta;

b) Deverá ser feita a leitura dos parâmetros de entrada e vazão do efluente;

c) Em função dos parâmetros de entrada e vazão deverão ser acionados automaticamente os seguintes equipamentos, na sequência:
   - Bombas de Recirculação
   - Soprador
   - Compressor

d) Após regulagem e estabilização da microaeração pelo operador, o mesmo deverá acionar manualmente os equipamentos de dosagem de produtos químicos.

e) Após regulagem e calibração da dosagem de coagulante e de informar o set-point para o Controlador de Coagulação, a operação deverá passar para o automático, com o acionamento das bombas de coleta, phmetros e turbidímetro.

f) Deverá ser acionado em seguida, pelo operador o equipamento de preparo do polímero e a bomba de diluição de polímero. Após ajustada a dosagem de polímero, a mesma deverá ser regulada automaticamente em função da vazão pelo PLC.

g) Por último deverá ser acionado pelo operador o sistema de retenção e remoção do lodo através da roda de dragagem e bomba de lodo.

3.2.4.1 - Para a operação do Sistema de Flotação consideram-se os seguintes procedimentos:

a) Verificação se estão abertos dos registros e válvulas da tubulação de injeção água/ar micropulverizado instalados no canal;

b) Acionamento da bomba de recirculação;

c) Acionamento do compressor;

d) Abertura total da válvula globo situada na saída do Misturador AGUA/AR;

e) Ajuste da pressão da linha de ar através do regulador de pressão;

f) Ajuste da vazão de ar através dos rotâmetros;

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 85
RJ

g) Ajuste da pressão do misturador através da válvula globo instalada próximo a saída de injeção água/ar micropulverizado;

h) Ajuste da pressão da moto bomba de pressurização através da válvula de descarga. A diferença de pressão da bomba e do misturador deverá variar e ser controlada.

i) Verificação da pressão de entrada na tubulação de microaeração instalada no canal.

j) Após o ajuste das pressões de entrada e saída do misturador AGUA/AR, proceder à verificação da microaeração, cuidando para que ocorra um aspecto leitoso na água do canal a ser tratado;

k) Ajuste dos registros da tubulação de microaeração, para que ocorra uma distribuição uniforme da mistura água/ar em toda seção do canal;

3.2.5 – Operação automática

a) Com o início da operação da estação os seguintes equipamentos deverão ter suas vazões controladas pelo operador, através de indicações em telas: soprador e roda de dragagem.

b) O seguinte equipamento deverá ter liga/desliga pelo operador através de indicações de telas: Bomba Multiuso.

c) Os seguintes equipamentos deverão ter liga/desliga controlado pelo PLC em função da vazão de tratamento: Bomba de Recirculação e Compressor.

d) Os seguintes equipamentos deverão ter seu controle de dosagem controlados pelo PLC: Bomba Dosadora de Coagulante, Bomba Dosadora de Polímero.

e) Os seguintes equipamentos deverão ter seu controle de liga/desliga controlado pelo PLC em função de leitura de instrumentação: Roda de Dragagem e Bomba de Lodo.

f) Acima de vazão de projeto, que indique um crescente de vazão, e essa vazão após 1 minuto continue aumentando em valores superiores aos limites estabelecidos a estação entrará em processo de desligamento. Esses parâmetros iniciais poderão ser ajustados no período de pré- operação.

3.2.6 – Parada da UTR

Caso ocorra vazões superiores ao limite de projeto deverão ser seguidos os seguintes procedimentos operacionais de parada:

a) Desligamento dos sistemas de dosagem, Dosadoras de Coagulante, Polímero, bombas de coleta, bomba de diluição de polímero, instrumentação (phmetro, controlador de coagulação e turbidímetro).

b) Os Sistemas de Aeração (Sopradores), Microaeração (Bombas de Recirculação e Compressores), Sistema de Arraste, Sistema de Remoçãode Lodo (Roda de Dragagem e Bomba de Lodo) deverão continuar funcionando até o desligamento pelo operador.

c) Apos verificação que todo o lodo flotado foi removido e que as vazões continuam altas no cana, o operador deverá desligar todos os sistemas restantes.

3.3 - Manutenção

Para todos os equipamentos, deverá haver um Plano de Manutenção, baseado nos manuais dos fabricantes que contemplem:
- Cuidados na instalação
- Rotinas de lubrificação
- Procedimentos de regulagem e ajustes
- Problemas operacionais e prováveis causas
- Critérios para desmontagem
- Critérios para montagem após manutenção
- Critérios para partida após manutenção
- Cuidados na operação

4) Plano de aplicação do aporte financeiro/cronograma de repasses financeiros
Vide adendo.

5) Previsão do início e término da execução do objeto e dos prazos de conclusão das etapas programadas
O início da execução do objeto ocorrerá 30 (trinta) dias após a assinatura do convênio. As etapas e respectivos prazos estão discriminados no adendo.

PETROBRAS

IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE RIO - RIO IRAJÁ - RIO DE JANEIRO

VAZÃO DE TRATAMENTO: 1.750 l/s

BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: OUT/2011

	1ª Parcela - 30 dias	2ª Parcela - 90 dias		3ª Parcela - 180 dias			4ª Parcela - 270 dias			5ª Parcela - 360 dias			6ª Parcela - 450 dias		
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15
1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA															
1.1 LEVANTAMENTOS DE CAMPO/ENSAIOS E VISITAS TÉCNICAS	R$ 95.793,46														
1.2 VISITAS DE RECONHECIMENTO E INVENTÁRIO DE INF. SEC	R$ 63.412,98														
1.3 PROJETO BÁSICO	R$ 76.095,09	R$ 304.380,36													
1.4 PROJETO EXECUTIVO	R$ 161.904,45	R$ 647.617,78													
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R$ 397.205,98	R$ 951.998,14													
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	29,44%	70,56%													
2. OBRAS CIVIS															
2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES	R$ 28.159,64		R$ 112.614,56												
2.2 FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	R$ 170.020,71		R$ 680.082,85												
2.3 ASSENTAMENTOS	R$ 38.216,16			R$ 152.872,63											
2.4 ALVENARIA	R$ 33.606,83			R$ 133.427,33											
2.5 PORTAS, ESQUADRIAS	R$ 11.114,11				R$ 44.456,43										
2.6 FERRAGENS	R$ 29.310,59				R$ 117.242,11										
2.7 REVESTIMENTOS	R$ 11.277,35				R$ 45.110,20										
2.8 PINTURAS	R$ 22.636,62					R$ 90.547,28									
2.9 PEÇAS E APARELHOS SANITÁRIOS	R$ 2.382,18					R$ 9.528,72									
2.10 PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO	R$ 67.886,59					R$ 34.191,17	R$ 217.354,37								
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS	R$ 406.606,91		R$ 792.697,39	R$ 283.299,96	R$ 206.808,74	R$ 134.267,17	R$ 217.354,37								
% DE OBRAS CIVIS	20,00%		38,60%	13,67%	10,12%	6,57%	10,64%								
3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS															
3.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS	R$ 2.728.405,00	R$ 5.456.810,00			R$ 5.456.810,00										
3.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO	R$ 1.187.667,07	R$ 2.375.334,14			R$ 2.375.334,14										
3.3 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO	R$ 197.220,16	R$ 394.440,32			R$ 394.440,32										
3.4 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO	R$ 72.559,45	R$ 145.118,90			R$ 145.118,90										
3.5 AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO	R$ 146.287,91	R$ 292.575,83			R$ 292.575,83										
3.6 AQUISIÇÃO DA AUTOMAÇÃO	R$ 60.870,36	R$ 120.340,72			R$ 120.340,72										
3.7 MONTAGEM HIDRÁULICA/ELÉTRICA/HIDROMECÂNICA	R$ 831.369,00						R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00				
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	R$ 5.233.587,64	R$ 8.784.420,00			R$ 8.784.420,00		R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00				
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	16,39%	32,60%			32,60%		3,08%	3,08%	3,08%	3,08%	3,08%				
4. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO															
4.1 MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO												R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10
4.2 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS												R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53
4.3 CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES												R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33
4.4 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS												R$ 19.025,96	R$ 19.025,96	R$ 19.025,96	R$ 19.025,96
4.5 PRODUTOS QUÍMICOS PARA OPERAÇÃO												R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 181.000,00
4.6 ENERGIA ELÉTRICA COM PLANO DE DEMANDA E CONSUMO												R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
SUBTOTAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO												R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92
% DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO												6,56%	6,56%	6,56%	6,56%
SUBTOTAL BIENAL	R$ 6.028.399,93	R$ 9.736.418,03	R$ 792.697,39	R$ 283.299,96	R$ 8.991.229,63	R$ 134.267,17	R$ 1.048.722,37	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 831.369,00	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92
FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL	317.336,84	512.443,11	41.720,92	14.910,53	473.222,51	7.066,68	55.195,91	43.756,21	43.756,21	43.756,21	43.756,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21
VALOR TOTAL BIENAL	6.346.736,77	10.248.862,14	834.418,31	298.210,48	9.464.452,24	141.333,85	1.103.918,28	875.124,21	875.124,21	875.124,21	875.124,21	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13
DESEMBOLSO PETROBRAS	6.346.736,77	11.083.280,45		9.963.896,58			2.894.189,89			2.199.282,64			1.347.132,39		
ACUMULADO TOTAL	6.346.736,77	17.430.017,22		27.394.913,80			30.289.103,69			32.387.473,83			33.734.606,21		
	19%	44%		69%			91%			97%			99%		

ASSESSORIA JURÍDICA SEA

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ Fl. 108

PETROBRAS

IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE RIO - RIO IRAJÁ - RIO DE JANEIRO

VAZÃO DE TRATAMENTO: 1.750 l/s

BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: OUT/2011

	7ª Parcela - 510 dias			8ª Parcela - 630 dias			9ª Parcela - 720 dias			10ª Parcela - 810 dias			11ª Parcela - 870 dias		
	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18	MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24	MÊS 25	MÊS 26	MÊS 27	MÊS 28	MÊS 29	TOTAL (R$)
1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA															
1.1 LEVANTAMENTOS DE CAMPO/ENSAIOS E VISITAS TÉCNICAS															R$ 95.793,46
1.2 VISITAS DE RECONHECIMENTO E INVENTÁRIO DE INF. SEC															R$ 63.422,58
1.3 PROJETO BÁSICO															R$ 380.475,40
1.4 PROJETO EXECUTIVO															R$ 809.522,21
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA															R$ 1.349.203,73
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA															100,00%
2. OBRAS CIVIS															
2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES															R$ 140.768,18
2.2 FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS															R$ 898.103,56
2.3 ASSENTAMENTOS															R$ 193.090,79
2.4 ALVENARIA															R$ 163.036,10
2.5 PORTAS, ESQUADRIAS															R$ 55.570,54
2.6 FERRAGENS															R$ 146.592,64
2.7 REVESTIMENTOS															R$ 56.387,75
2.8 PINTURAS															R$ 133.184,30
2.9 PEÇAS E APARELHOS SANITÁRIOS															R$ 31.910,90
2.10 PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO															R$ 314.431,93
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS															R$ 2.043.894,84
% DE OBRAS CIVIS															100,00%
3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS															
3.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS															R$ 13.642.027,64
3.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO															R$ 5.938.335,35
3.3 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO															R$ 985.109,87
3.4 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO															R$ 362.806,25
3.5 AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO															R$ 781.439,57
3.6 AQUISIÇÃO DA AUTOMAÇÃO															R$ 309.353,29
3.7 MONTAGEM HIDRÁULICA/ELÉTRICA/HIDROMECÂNICA															R$ 4.988.207,97
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS															R$ 28.048.280,18
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS															100,00%
4. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO															
4.1 MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 116.772,10	R$ 2.101.897,80
4.2 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 3.550,53	R$ 63.909,54
4.3 CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 2.243,33	R$ 40.379,94
4.4 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 19.045,96	R$ 342.467,28
4.5 PRODUTOS QUÍMICOS PARA OPERAÇÃO	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 185.000,00	R$ 3.330.000,00
4.6 ENERGIA ELÉTRICA COM PLANO DE DEMANDA E CONSUMO	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 1.800.000,00
SUBTOTAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 7.679.854,56
% DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	100,00%
SUBTOTAL MENSAL	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 426.591,92	R$ 40.691.783,53
FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS FINAL	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	22.452,21	R$ 3.804.467,20
VALOR TOTAL MENSAL	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,13	449.044,12	449.044,12	R$ 44.496.250,73
DESEMBOLSO PETROBRAS	1.347.132,39			1.347.132,39			1.347.132,39			1.347.132,39			898.088,26		R$ 44.496.250,73
ACUMULADO TOTAL	30.991.137,41			34.684.475,11			37.778.610,30			40.123.742,97			41.021.831,23		R$ 44.496.250,73
	70%			78%			85%			90%			92%		100%

ASSESSORIA JURÍDICA ADJUNTO SFA

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 87 RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 1

PRIMEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE O TRATAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO IRAJÁ, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n..º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **Carlos Francisco Portinho**, Casado, Advogado, Identidade: 91945 OAB/RJ, CPF: 025.229.117-40 e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **Ângelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo, modificar a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, renumerar a CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, incluir a CLÁUSULA – PERÍODO ELEITORAL e modificar o ANEXO I – PLANO DE TRABALHO do Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, visando sua utilização até o dia **17.11.2015.**

1.1.1 - Na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, do Convênio ora aditado, ficam acrescidos **312 (trezentos e doze) dias**, passando o item 4.1 da citada Cláusula a conter a seguinte redação:

"**4.1** - O prazo de vigência deste convênio é de **1.182 (mil, cento e oitenta e dois) dias**, compreendendo o período de 23 de agosto de 2012 a 17 de novembro de 2015.

1.1.2 - A CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO, do Convênio ora aditado, passa a ser a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.

1.1.3 - No Convênio ora aditado fica incluída a CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PERÍODO ELEITORAL, conforme a seguir:

1.1.3.1 - **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PERÍODO ELEITORAL.**

"15.1 – A Participe Beneficiária compromete-se a cumprir a legislação eleitoral em vigor (Lei n.º 9504/97) e demais atos normativos correlatos, inclusive a Instrução Normativa n.º 06/14 da Secretaria de Comunicação da Presidência da República –SECOM-PR, publicada no D.O.U. (17/03/2014).

15.2 – Fica a Participe Beneficiária ciente que durante o período eleitoral deverá ser suspensa toda e qualquer forma de aplicação da marca do Governo Federal ("BRASIL. PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA") na publicidade ou em qualquer forma de divulgação e de comunicação do projeto. A suspensão se estende à divulgação da marca em quaisquer suportes utilizados como meios de divulgação, seja meio impresso, gráfico, digital (inclusive sítios da internet, redes sociais, portais, aplicativos móveis e totens), audiovisual, radiofônico, sonoro, incluindo placas de obras e afins.

15.3 – A vedação quanto à utilização da marca do Governo Federal engloba slogans e elementos que possam constituir sinal distintivo de ação de publicidade objeto de controle da legislação eleitoral. "

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização da titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 1

1.1.4 - No PLANO DE TRABALHO – ANEXO Nº 1, do Contrato ora aditado, o adendo do item 4 – Plano de aplicação do aporte financeiro/cronograma de repasses financeiros, passa a denominar-se " REVISÃO B", conforme anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 03 de junho de 2014

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Carlos Francisco Portinho
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Ângelo Luiz Monteiro de Barros
Vice-presidente

TESTEMUNHAS:

Silvio Alberto Thorlay
CPF (MF): 801.742.058-72

Marcus dos Santos Pereira
CPF (MF): 924.656.847-87

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização da titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº1

REVISÃO A

IMPLANTAÇÃO DA UTR RIO IRAJÁ -RJ
VAZÃO DE TRATAMENTO: 1.760 L/SEG
BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: OUT/2011

	1ª Parcela	2ª Parcela		3ª Parcela			4ª Parcela				5ª Parcela			6ª Parcela			7ª Parcela		
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9		Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18
1 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA																			
LEVANTAMENTOS DE CAMPO E VISITAS TÉCNICAS	95.793,46																		
VISITAS DE RECONHECIMENTO E INVENTÁRIO DE INF. SEC.	63.412,58																		
PROJETO BÁSICO	78.095,09	204.380,16																	
PROJETO EXECUTIVO	161.904,45	647.617,78																	
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	397.205,58	851.998,14																	
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	29,44%																		
2 - OBRAS CIVIS																			
SERVIÇOS PRELIMINARES	78.153,64		112.614,54																
FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	170.020,71		680.082,85																
ASSENTAMENTOS	38.218,16			152.872,63															
ALVENARIA	32.606,83			130.427,33															
PORTAS, ESQUADRIAS	11.114,11				44.456,43														
FERRAGENS	29.310,53				117.242,11														
REVESTIMENTOS	11.277,55				45.110,20														
PINTURAS	22.636,87					90.547,28													
PEÇAS E APARELHOS SANITÁRIOS	2.382,18					9.528,72													
PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO	62.886,38					34.191,17	217.354,37												
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS	468.606,91		792.697,39	283.299,96	206.808,74	134.267,17	217.354,37												
% DE OBRAS CIVIS	28,09%																		
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS																			
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS	2.728.405,49	5.456.810,98			5.456.810,98														
AQUISIÇÃO MATERIAL HIDRÁULICO	1.187.667,07	2.375.334,14			2.375.334,14														
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO	197.220,16	394.440,33			394.440,33														
AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO	72.568,45	145.118,90			145.118,90														
AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO	146.287,91	292.575,81			292.575,81														
AQUISIÇÃO DA AUTOMAÇÃO	60.070,36	120.140,72			120.140,72														
MONTAGEM HIDRÁULICA, HIDRÁULICA E HIDROMECÂNICA	831.368,00						831.368,00	831.368,00	831.368,00		831.368,00	831.368,00							
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	5.223.587,64	8.784.420,88			8.784.420,88		831.368,00	831.368,00	831.368,00		831.368,00	831.368,00							
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	19,88%																		
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO																			
MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO															116.722,10	116.722,10	116.722,10	116.722,10	116.722,10
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS															3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53
CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES															2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33
MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS															19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96
PRODUTOS QUÍMICOS PARA OPERAÇÃO															185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00
ENERGIA ELÉTRICA COM PLANO DE DEMANDA E CONSUMO															100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
SUBTOTAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO															426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92
% DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO																			
ALTEAMENTO EM 1 METRO DOS MÓDULOS E PASSARELAS													434.826,25	434.826,25					
SUBTOTAL DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS													434.826,25	434.826,25					
% DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS																			
SUBTOTAL MENSAL	6.029.399,93	9.736.419,04	792.697,39	283.299,96	8.991.229,64	134.267,17	1.048.722,37	831.368,00	831.368,00		831.868,00	831.368,00	434.826,25	434.826,25	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92
FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL	917.336,84	512.443,11	41.720,02	14.910,52	473.222,61	7.066,69	55.195,91	43.756,21	43.756,21		43.756,21	43.756,21	22.871,86	22.871,86	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.436,10
VALOR TOTAL MENSAL	6.946.736,77	10.248.862,15	834.417,41	298.210,48	9.464.452,25	141.333,86	1.103.918,29	875.124,21	875.124,21		875.124,21	875.124,21	457.698,11	457.698,11	448.978,02	448.978,02	448.978,02	448.978,02	448.978,02
DESEMBOLSO PETROBRAS	6.946.736,77		11.029.279,56			9.903.096,58			2.654.166,78				2.207.946,53			1.355.654,16			1.346.934,07
ACUMULADO TOTAL	6.946.736,77		17.430.016,33			27.334.013,92			30.188.179,62				32.396.126,15			33.751.780,31			35.098.714,39
	10%	64%		68%			75%				81%			84%			88%		

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 128
R.J.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº1

IMPLANTAÇÃO DA UTR RIO IRAJÁ -RJ
VAZÃO DE TRATAMENTO: 1.750 L/SEG
BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: OUT/2011

	5ª Parcela			6ª Parcela			10ª Parcela			11ª Parcela		TOTAL R$
1 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24	Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	
LEVANTAMENTOS DE CAMPO E VISITAS TÉCNICAS												95.793,46
VISITAS DE RECONHECIMENTO E INVENTÁRIO DE INF. SEC.												53.412,58
PROJETO BÁSICO												180.475,45
PROJETO EXECUTIVO												809.572,73
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA												1.349.308,72
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA												
2 - OBRAS CIVIS												140.766,19
SERVIÇOS PRELIMINARES												850.108,56
FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS												191.090,79
ASSENTAMENTOS												183.094,18
ALVENARIA												55.370,54
PORTAIS, ESQUADRIAS												146.553,64
FERRAGENS												58.387,75
REVESTIMENTOS												119.186,10
PINTURAS												21.910,80
PEÇAS E APARELHOS SANITÁRIOS												314.431,92
PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO												2.049.858,54
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS												
% DE OBRAS CIVIS												13.842.027,44
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS												5.958.335,15
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS												986.100,83
AQUISIÇÃO MATERIAL HIDRÁULICO												362.806,25
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO												731.489,57
AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO												300.351,75
AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO												4.868.207,87
AQUISIÇÃO DA AUTOMAÇÃO												26.949.309,19
MONTAGEM HIDRÁULICA, HIDRÁULICA E HIDROMECÂNICA												
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS												
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS												
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO												
MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO	116.722,10	116.722,10	116.722,10	116.722,10	116.722,10	116.722,10	116.722,10	116.722,10	116.722,10	108.917,69	108.847,77	1.851.884,66
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	3.550,53	56.808,48
CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	2.243,33	35.893,28
MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	19.025,96	304.415,36
PRODUTOS QUÍMICOS PARA OPERAÇÃO	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	185.000,00	2.960.000,00
ENERGIA ELÉTRICA COM PLANO DE DEMANDA E CONSUMO	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	1.600.000,00
SUBTOTAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	418.747,51	418.667,59	6.809.001,78
% DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO												
ALTEAMENTO EM 1 METRO DOS MÓDULOS E PASSARELAS												888.453,50
SUBTOTAL DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS												
% DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS												
SUBTOTAL MENSAL	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	426.541,92	418.747,51	418.667,59	38.039.182,02
FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.436,10	22.028,12	22.023,93	2.001.041,23
VALOR TOTAL MENSAL	448.978,02	448.978,02	448.978,02	448.978,02	448.978,02	448.978,02	448.978,02	448.978,02	448.978,02	440.774,68	440.689,51	40.040.223,25
DESEMBOLSO PETROBRAS			1.346.934,07			1.346.934,07			1.346.934,07		881.463,19	40.040.223,25
ACUMULADO TOTAL			30.641.448,46			37.792.582,54			50.139.338,61		60.021.333,33	40.040.223,25
		91%			94%			99%			100%	100%

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 2

SEGUNDO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE O TRATAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO IRAJÁ, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n..º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **Carlos Francisco Portinho**, Casado, Advogado, Identidade: 91945 OAB/RJ, CPF: 025.229.117-40 e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Presidente **Angelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, na forma abaixo:

CONSIDERANDO:

- Que a reprogramação das parcelas subsequentes possibilitará a inclusão do sistema de centrifugação do lodo, que será compensado pela supressão das parcelas 10 e 11 do convênio (operação e manutenção), sendo os seus valores redistribuídos nas parcelas 07, 08 e 09, portanto as parcelas previstas na clausula quinta do convênio a serem repassadas pela Petrobras a SEA se limitará a um total de 09 (nove) parcelas.

têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, o que fazem mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo, modificar o ANEXO N° 1 – PLANO DE TRABALHO do Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4.

1.1.2 – No PLANO DE TRABALHO – ANEXO N° 1, do convênio ora aditado, fica incluído o Anexo 1A – ORÇAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO, conforme anexo.

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 2

1.1.3 - No PLANO DE TRABALHO – ANEXO Nº 1, do Convênio ora aditado, o adendo do item 4 – Plano de aplicação do aporte financeiro/cronograma de repasses financeiros, passa a denominar-se "REVISÃO B", conforme anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 27 de outubro de 2014

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Carlos Francisco Portinho
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Angelo Luiz Monteiro de Barros
Presidente

TESTEMUNHAS:

Sílvio Alberto Thorlay
CPF (MF): 801.742.058-72

Márcio Daniel da Costa
CPF (MF): 016.338.667-69

ASSESSORIA JURÍDICA ASJUR

C:\Users\uf1s\AppData\Local\Temp\notesCF539C\~4344598.doc
O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC N° 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 2

ANEXO N° 1 A

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 90
RJ

CANAL DO IRAJÁ



ORÇAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO

JUNHO 2013

1 APRESENTAÇÃO

Estão incluídos no orçamento os seguintes serviços de engenharia:

- Análises do lodo gerado no tratamento;
- Vistorias técnicas e inventário de informações secundárias necessárias para a elaboração dos projetos;
- Projetos Básicos e Executivos do Sistema de Centrifugação de Lodo e rede de coleta de lodo complementar ao sistema.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 91
RJ

2 ESCOPO DOS SERVIÇOS ORÇADOS

2.1 OBJETIVO:

O objeto do orçamento apresentado é a Implantação de Sistema de Desidratação de Lodo na UTR do Rio Irajá, ora em execução pela Fundação Bio Rio, com vista a possibilitar a disposição do lodo e desidratar em aterro sanitário devidamente licenciado.

2.2 DESCRIÇÃO DO SISTEMA ORÇADO

Em uma única edificação estarão dispostos todos equipamentos do sistema, conforme descriminado abaixo:

- 2 (dois) Decantadores Centrífugos em aço inoxidável com vazão de até 18 m³/h;
- 2 (duas) Bombas Helicoidais de lodo com vazão de até 20 m³/h;
- 2 (duas) Bombas Booster para preparo do polieletrólito com vazão de até 16 m³/h;
- 2 (dois) Sistemas de dosagem de polieletrólito com vazão de até 4 m³/h;
- 2 (duas) Bombas de lavagem com vazão de até 16 m³/h;
- 2 (dois) Tanques de homogeneização pneumática do lodo com volume de 25.000 l;
- 2 (dois) Tanques de polieletrólito com volume de 100 l;
- 6 (seis) Trituradores de lixo com diâmetro de tubulação de 4", para vazão de 34 m³/h e perda de carga de até 0,68 psi;
- 2 (dois) Quadros Elétricos de força, comando e operação (CLP);
- 2 (duas) Caçambas de Lixo para armazenamento do lodo centrifugado;
- 1 (um) Serviço de Start-up com fornecedor dos equipamentos para ajustes e comissionamentos da pré-operação.

As válvulas e tubulações serão executadas em aço inoxidável, bem como, todos acessórios de montagem.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 2

ANEXO Nº1 A

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO - UNIDADE DE TRATAMENTO DE RIO - RIO IRAJÁ - RIO DE JANEIRO

	nov/14	dez/14	jan/15	TOTAL (R$)
1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA				
[illegible]	R$ 90.434,10			[illegible]
[illegible]	R$ 194.031,20			[illegible]
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R$ 284.971,01			R$ 284.979,41
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	100,00%			100,00%
2. OBRAS CIVIS				
[illegible]	R$ 602.061,10			[illegible]
[illegible]				
[illegible]	R$ 48.534,50	R$ 63.776,60		[illegible]
[illegible]	R$ 66.961,28	R$ 66.961,28		[illegible]
[illegible]	R$ 62,50	R$ 766,93		[illegible]
[illegible]	R$ 18.080,40	R$ 18.648,70		[illegible]
[illegible]	R$ 6.404,82		R$ 40.788,88	[illegible]
[illegible]	R$ 3.311,59		R$ [illegible]	[illegible]
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS	R$ 602.104,75	R$ 162.666,70	R$ 11.642,46	R$ 764.564,90
% DE OBRAS CIVIS	77,04%	21,20%	1,70%	100,00%
3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	R$ 848.905,69	R$ 635.181,02	R$ 631.491,43	R$ 3.117.271,73
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	40,00%	30,00%	30,00%	100,00%
5.4. BDI ITEM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO				R$ 0,00
[illegible]	R$ 349.999,99	R$ 337.994,01	R$ 331.795,94	[illegible]
SUBTOTAL DE BDI	R$ 253.038,27	R$ 137.994,01	R$ 93.795,94	R$ 484.828,22
% DO TOTAL DO ITEM BDI	52,19%	28,62%	20,00%	100,00%
VALOR TOTAL MENSAL	R$ 1.907.031,94	R$ 926.786,91	R$ 703.519,83	R$ 3.585.337,68
% DO VALOR TOTAL DO CONVÊNIO	53,19%	25,62%	20,00%	
VALOR ACUMULADO MENSAL	R$ 1.907.031,94	R$ 2.832.917,85	R$ 3.585.337,68	

CONVÊNIO REDUC Nº 1950.0077962.12.4
ADITIVO Nº 2
IMPLANTAÇÃO DA UTR RIO IRAJÁ-RJ
VAZÃO DE TRATAMENTO: 1.750 L/SEG
BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: OUT/2011

REVISÃO 8

	1ª Parcela	2ª Parcela		3ª Parcela			4ª Parcela				5ª Parcela		
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9		MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
	15/10 a 14/11	15/11 a 14/12	15/12 a 13/01	14/01 a 12/02	13/02 a 14/03	15/03 a 13/04	14/04 a 13/07	14/07 a 13/10	14/10 a 08/01		28/03 a 28/04	29/04 a 29/06	30/06 a 28/09
1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13 - mai/13 - jun/13	jul/13 - ago/13 - set/13	out/13 - nov/13 - dez/13		abr/14	mai/14	jun/14
1.1 LEVANTAMENTOS DE CAMPO ENSAIOS E VISITAS TÉCNICAS	R$ 95.393,40												
1.2 VISITAS DE RECONHECIMENTO E INVENTÁRIO DE INF. SEC	R$ 63.412,16												
1.3 PROJETO BÁSICO	R$ 76.095,09	R$ 304.380,36											
1.4 PROJETO EXECUTIVO	R$ 161.964,45	R$ 647.857,78											
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R$ 397.265,09	R$ 961.089,14											
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	29,44%	70,56%											
2. OBRAS CIVIS													
2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES	R$ 56.153,46		R$ 112.618,54										
2.2 FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	R$ 370.000,73		R$ 680.962,85										
2.3 ASSENTAMENTOS	R$ 99.236,10			R$ 152.872,63									
2.4 ALVENARIA	R$ 82.600,83			R$ 130.477,13									
2.5 PORTAS, ESQUADRIAS	R$ 12.134,13				R$ 84.290,61								
2.6 FERRAGENS	R$ 29.339,54				R$ 11.282,31								
2.7 REVESTIMENTOS	R$ 11.277,51				R$ 45.109,99								
2.8 PINTURAS	R$ 32.688,82					R$ 99.347,28							
2.9 PEÇAS E APARELHOS SANITÁRIOS	R$ 1.352,18					R$ 9.521,12							
2.10 PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO	R$ 52.699,18					R$ 34.391,12	R$ 217.394,37	R$ 217.394,37					
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS	R$ 499.648,31		R$ 793.697,39	R$ 283.339,66	R$ 324.900,14	R$ 134.257,17	R$ 217.394,37						
% DE OBRAS CIVIS	22,09%		35,80%	13,07%	19,12%	6,17%	15,64%						
3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS													
3.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS	R$ 2.724.405,89	R$ 5.450.810,66			R$ 5.464.462,24								
3.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO	R$ 1.787.887,07	R$ 2.675.355,14			R$ 2.371.455,51								
3.3 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO	R$ 197.270,10	R$ 394.540,21			R$ 394.540,21								
3.4 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO	R$ 72.508,40	R$ 145.016,80			R$ 145.016,80								
3.5 AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO	R$ 146.287,01	R$ 287.575,81			R$ 287.575,81								
3.6 AQUISIÇÃO DA AUTOMAÇÃO	R$ 69.670,10	R$ 139.340,21			R$ 139.340,21								
3.7 MONTAGEM HIDRÁULICA/ELÉTRICA/HIDROMECÂNICA	R$ 831.340,00						R$ 831.340,00	R$ 831.367,00	R$ 831.367,00		R$ 831.340,00	R$ 831.340,00	
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	R$ 6.223.507,46	R$ 9.794.439,00			R$ 8.794.439,00		R$ 831.367,00	R$ 831.367,00	R$ 831.367,00		R$ 831.340,00	R$ 831.340,00	
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	19,24%	22,66%			23,60%		3,06%	3,06%	3,06%		3,06%	3,06%	
4. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO													
4.1 MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO													
4.2 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS													
4.3 CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES													
4.4 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS													
4.5 PRODUTOS QUÍMICOS PARA OPERAÇÃO													
4.6 ENERGIA ELÉTRICA COM PLANO DE DEMANDA E CONSUMO													
SUBTOTAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO													
% DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO													
5. ALTEAMENTO EM 1 METRO DOS MÓDULOS E PASSARELAS													
5.1 ALTEAMENTO EM 1 METRO DOS MÓDULOS E PASSARELAS													R$ 439.691,09
SUBTOTAL DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS													R$ 439.691,09
% DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS													49,06%
6. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO													
6.1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA													
6.1.1 PROJETO BÁSICO													
6.1.2 PROJETO EXECUTIVO													
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA													
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA													
6.2. OBRAS CIVIS													
6.2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES													
6.2.2 FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS													
6.2.3 ASSENTAMENTOS													
6.2.4 ALVENARIA													
6.2.5 PORTAS, ESQUADRIAS													
6.2.6 FERRAGENS													
6.2.7 REVESTIMENTOS													
6.2.8 PINTURAS													
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS													
% DE OBRAS CIVIS													
6.3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS													
6.3.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS													
6.3.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO													
6.3.3 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO													
6.3.4 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO													
6.3.5 AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO													
6.3.6 AQUISIÇÃO DE AUTOMAÇÃO													
6.3.7 MONTAGEM HIDRÁULICA/ELÉTRICA/HIDROMECÂNICA													
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS													
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS													
6.4. BDI ITEM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO													
6.4.1 18% DE BDI SOBRE OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO													
SUBTOTAL DO BDI													
% DO TOTAL DO ITEM BDI													
SUBTOTAL MENSAL	R$ 6.619.389,83	R$ 9.794.439,00	R$ 793.697,39	R$ 283.339,66	R$ 9.091.223,63	R$ 134.257,17	R$ 1.048.732,37	R$ 831.367,00	R$ 831.367,00		R$ 831.340,00	R$ 831.340,00	R$ 439.691,09
FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL	R$ 317.336,84	R$ 612.465,11	R$ 41.720,83	R$ 14.910,82	R$ 478.222,01	R$ 7.066,69	R$ 48.186,91	R$ 43.708,21	R$ 43.708,21		R$ 43.706,21	R$ 43.706,21	R$ 23.468,31
VALOR TOTAL MENSAL	R$ 6.346.730,77	R$ 10.386.802,16	R$ 814.418,31	R$ 298.310,48	R$ 9.464.462,24	R$ 141.323,86	R$ 1.193.919,28	R$ 875.124,21	R$ 875.124,21		R$ 875.124,21	R$ 875.124,21	R$ 440.644,11
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9		MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
DESEMBOLSO PETROBRAS	R$ 6.346.730,77	R$ 11.040.269,49			R$ 9.464.462,24		R$ 1.193.919,28	R$ 875.124,21	R$ 875.124,21		R$ 875.124,21	R$ 875.124,21	R$ 440.644,11
ACUMULADO TOTAL	R$ 6.346.730,77	R$ 17.430.017,33			R$ 27.334.813,81			R$ 30.105.196,09				R$ 32.387.473,08	
	19%	44%			69%			76%				81%	

EMBARGO 31 JAN 14 A 30 MAR 14

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ Fl. 92

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 2
IMPLANTAÇÃO DA ETE RIO IRAJÁ-RJ
VAZÃO DE TRATAMENTO: 1.750 (l/sec)
BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: OUT/2011

	6ª Parcela			7ª Parcela			8ª Parcela			9ª Parcela			TOTAL (R$)
	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18	MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24	
	26/06 a 30/07	01/08 a 31/08	01/09 a 01/10	02/10 a 01/11	02/11 a 02/12	03/12 a 03/01/2015	04/01 a 03/02/2015	04/02 a 05/03/2015	06/03 a 05/04/2015	06/04 a 06/05/2015	07/05 a 05/06/2015	07/06 a 26/06/2015	
1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	
1.1 LEVANTAMENTOS DE CAMPO TERRAÇO E VISTAS TÉCNICAS													R$ 95.783,80
1.2 VISTORIA DE RECONHECIMENTO E INVENTÁRIO DE SIT. SEC													R$ 63.837,53
1.3 PROJETO BÁSICO													R$ 380.475,43
1.4 PROJETO EXECUTIVO													R$ 809.527,21
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA													R$ 1.249.283,77
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA													100,00%
2. OBRAS CIVIS													
2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES													R$ 140.768,13
2.2 FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS													R$ 850.303,54
2.3 ASSENTAMENTOS													R$ 134.093,73
2.4 ALVENARIA													R$ 161.034,54
2.5 PORTAIS, ESQUADRIAS													R$ 15.170,54
2.6 PINTURAS													R$ 116.552,64
2.7 REVESTIMENTOS													R$ 16.387,75
2.8 PEÇAS E APARELHOS SANITÁRIOS													R$ 113.194,10
2.10 PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO													R$ 11.910,00
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS													R$ 514.431,83
% DE OBRAS CIVIS													R$ 2.041.836,04
3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS													100,00%
3.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS													R$ 33.649.437,64
3.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO													R$ 3.938.133,30
3.3 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO													R$ 986.300,80
3.4 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO													R$ 363.486,24
3.5 AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO													R$ 733.439,57
3.6 AQUISIÇÃO DE AUTOMAÇÃO													R$ 300.353,80
3.7 MONTAGEM HIDRÁULICA ELÉTRICA MECÂNICA													R$ 4.958.207,99
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS													R$ 45.948.359,21
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS													100,00%
4. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO													
4.1 MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO					R$ 139.772,20	R$ 139.772,20	R$ 139.772,20	R$ 139.772,20	R$ 139.772,20	R$ 139.772,20	R$ 139.772,20	R$ 139.772,20	R$ 862.496,67
4.2 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS					R$ 3.720,63	R$ 3.720,63	R$ 3.720,63	R$ 3.720,63	R$ 3.720,63	R$ 3.720,63	R$ 3.720,63	R$ 3.720,63	R$ 26.832,27
4.3 CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS					R$ 2.241,33	R$ 2.241,33	R$ 2.241,33	R$ 2.241,33	R$ 2.241,33	R$ 2.241,33	R$ 2.241,33	R$ 2.241,33	R$ 16.953,81
4.4 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS					R$ 19.021,94	R$ 19.021,94	R$ 19.021,94	R$ 19.021,94	R$ 19.021,94	R$ 19.021,94	R$ 19.021,94	R$ 19.021,94	R$ 133.153,58
4.5 PRODUTOS QUÍMICOS PARA OPERAÇÃO					R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 181.000,00	R$ 1.308.000,00
4.6 ENERGIA ELÉTRICA COMPLANO DE DEMANDA E CONSUMO					R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.725,61	R$ 705.725,61
SUBTOTAL DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO					R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 427.220,84	R$ 2.922.864,41
% DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO					14,57%	14,57%	14,57%	14,57%	14,57%	14,57%	14,57%	7,57%	100,00%
5. ALTEAMENTO EM 3 METROS DOS MÓDULOS E PAISAGISMO													
5.1 ALTEAMENTO EM 3 METROS DOS MÓDULOS E PAISAGISMO	R$ 221.430,30	R$ 221.430,30											R$ 886.452,90
SUBTOTAL DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS	R$ 221.430,30	R$ 221.430,30											R$ 886.452,90
% DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS	25,00%	25,00%											50,00%
6. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO													
6.1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA													
6.1.1 PROJETO BÁSICO			R$ 50.406,93										R$ 50.406,93
6.1.2 PROJETO EXECUTIVO			R$ 133.981,96										R$ 154.003,29
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA			R$ 204.503,61										R$ 204.570,61
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA			100,00%										100,00%
6.2. OBRAS CIVIS													
6.2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES			R$ 83.468,20	R$ 309.995,52									R$ 403.453,72
6.2.2 FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS													R$ 0,00
6.2.3 ASSENTAMENTOS				R$ 48.324,52	R$ 61.776,66								R$ 112.101,18
6.2.4 ALVENARIA				R$ 64.992,58	R$ 82.737,83								R$ 147.730,41
6.2.5 PORTAIS, ESQUADRIAS				R$ 677,58	R$ 722,67								R$ 1.360,61
6.2.6 PERFIL AGENS				R$ 13.000,00	R$ 16.648,90								R$ 29.720,21
6.2.7 REVESTIMENTOS				R$ 6.424,21	R$ 10.700,00								R$ 19.124,00
6.2.8 PINTURAS				R$ 2.735,00	R$ 3.871,00								R$ 6.605,16
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS			R$ 83.468,20	R$ 550.654,03	R$ 178.403,24								R$ 708.696,99
% DE OBRAS CIVIS			8,20%	67,79%	23,99%								99,97%
6.3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS													
6.3.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS			R$ 337.530,72	R$ 393.791,84	R$ 393.791,84								R$ 1.125.102,44
6.3.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO			R$ 11.385,47	R$ 14.081,11	R$ 14.081,11								R$ 40.552,00
6.3.3 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO			R$ 68.[illegible]	R$ 80.[illegible]	R$ 80.[illegible]								R$ 229.677,00
6.3.4 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO			R$ 3.[illegible]	R$ 3.[illegible]	R$ 3.[illegible]								R$ 10.480,00
6.3.5 AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO			R$ 14.001,00	R$ 16.[illegible]	R$ 16.[illegible]								R$ 46.670,00
6.3.6 AQUISIÇÃO DE AUTOMAÇÃO			R$ 11.066,00	R$ 13.[illegible]	R$ 13.[illegible]								R$ 32.220,00
6.3.7 MONTAGEM HIDRÁULICA ELÉTRICA MECÂNICA				R$ 404.584,40	R$ 404.584,40								R$ 809.168,80
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS			R$ 445.036,89	R$ 933.159,43	R$ 933.126,44								R$ 2.117.871,24
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS			21,01%	39,30%	39,30%								100,00%
6.4. SISTEMA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO													
6.4.1 TRECHO DE RIO SOBRE O SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO			R$ 115.436,59	R$ 217.721,13	R$ 161.271,62								R$ 494.329,33
SUBTOTAL DE BDI			R$ 116.494,89	R$ 217.721,13	R$ 101.271,63								R$ 494.599,31
% DO TOTAL DO ITEM BDI			23,54%	44,03%	20,43%								100,00%
SUBTOTAL MENSAL	R$ 221.430,30	R$ 221.430,30	R$ 836.916,30	R$ 1.878.479,69	R$ 1.859.834,33	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 426.031,83	R$ 427.220,84	R$ 10.028.169,89
FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL	R$ 11.054,73	R$ 11.054,73	R$ 46.668,12	R$ 93.877,79	R$ 94.808,13	R$ 22.402,21	R$ 22.402,21	R$ 22.402,21	R$ 22.402,21	R$ 22.402,21	R$ 22.402,21	R$ 13.911,83	R$ 3.091.043,19
VALOR TOTAL MENSAL	R$ 232.484,63	R$ 232.484,63	R$ 883.584,48	R$ 1.972.357,48	R$ 1.954.642,46	R$ 448.434,13	R$ 448.434,13	R$ 448.434,13	R$ 448.434,13	R$ 448.434,13	R$ 448.434,13	R$ 441.132,67	R$ 13.119.212,38
%	1,77%	1,77%	6,73%	15,03%	14,89%	3,42%	3,42%	3,42%	3,42%	3,42%	3,42%	3,36%	100,00%
EM REAIS DO PETROBRAS	R$ 1.741.784,67			R$ 3.731.784,67			R$ 1.987.784,67			R$ 1.987.784,67			R$ 13.119.212,38
ACUMULADO TOTAL	R$ 13.234.038,63			R$ 17.826.784,63			R$ 19.977.907,30			R$ 22.093.239,97			R$ 45.091.333,31
	29%			84%			97%			100%			100%

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL
93
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 3

TERCEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE O TRATAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO IRAJÁ, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n..º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **André Gustavo Pereira Correa da Silva**, Casado, Administrador, Identidade: 348832 Ministério da Marinha/RJ, CPF: 758.614.537-76 e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **Ângelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo, modificar a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA do Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, visando sua utilização até o dia **15.05.2016.**

1.1.1 - Na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, do Convênio ora aditado, ficam acrescidos **180 (cento e oitenta) dias**, passando o item 4.1 da citada Cláusula a conter a seguinte redação:

"4.1 - O prazo de vigência deste convênio é de **1.362 (mil, trezentos e sessenta e dois) dias**, compreendendo o período de 23 de agosto de 2012 a 15 de maio de 2016.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 3

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 19 de outubro de 2015

P/

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
André Gustavo Pereira Correa da Silva
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Ângelo Luiz Monteiro de Barros
Vice-presidente

TESTEMUNHAS:

Sílvio Alberto Thorlay
CPF (MF): 801.742.058-72

Maria Gabriela da Silva Escada
CPF (MF): 055.404.287-81

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular.

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 94

Secretaria de Estado do Ambiente

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEA Nº 443 DE 27 DE JANEIRO DE 2015

DELEGA COMPETÊNCIA PARA ASSINATURA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de segregar as atribuições das subsecretarias desta Pasta Ambiental em função das suas atividades específicas; e

- ainda o que dispõe a Lei estadual nº 5.427, de 01 de abril de 2009, especialmente em seus arts. 11 e 12;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar aos Subsecretários desta Secretaria, e ao Diretor Geral de Administração e Finanças (DGAF), no âmbito de suas respectivas áreas e na forma disciplinada nesta resolução, competência para a assinatura de contratos, convênios e outros congêneres.

Art. 2º - Os contratos e demais instrumentos jurídicos que tenham por objeto, direta ou indiretamente, a execução de obras e serviços relativos a intervenções em saneamento ambiental serão assinados pelo titular da Subsecretaria de Projetos e Intervenções Especiais.

Art. 3º - Os termos de ajustamento de conduta e demais instrumentos jurídicos relativos a medidas compensatórias e socioambientais serão assinados pelo titular da Subsecretaria Executiva e da Economia Verde.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto no art. 101 da Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, os termos de compromisso ou de ajuste ambiental, ali previstos, serão assinados pelo titular da Subsecretaria Executiva e da Economia Verde.

Art. 4º - Os Contratos administrativos e termos aditivos serão assinados pelo Diretor Geral de Administração e Finanças.

Art. 5º - O exercício da competência delegada do que trata esta resolução presupõe em qualquer caso, a integral atendimento às recomendações formalizadas em parecer da Assessoria Jurídica desta Secretaria.

Art. 6º - O disposto na presente resolução não implica na delegação da competência prevista no art. 91, § 1º, da Lei Estadual nº 287, de 20 de dezembro de 1979.

Art. 7º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2015

ANDRÉ CORRÊA
Secretário de Estado do Ambiente

Id: 1769459

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

APOSTILA DO DIRETOR
DE 02.01.2015

CONTRATO SEA Nº 282/2014, celebrado em 11/09/2014, publicado no D.O. de 15/09/2014 - AUTORIZO a inclusão da Dotação Orçamentária abaixo relacionada para o pagamento do direito previsto, além daquele já previsto no contrato original, firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Wisborg Express Central de Serviços - EIRELI. Processo nº E-07/002.1084/2013.
Programa de Trabalho: 2403.1512200002.2015
Fonte de Recursos: 10
Natureza da Despesa: 3390

Id: 1767781

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DA GERENTE
DE 23.01.2015

PROC. Nº E-07/201.640/2012 - CARLOS ANTÔNIO CARNEIRO LIMA, Técnico em Desenho, ID funcional nº. 2145174-5. CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio referente ao quinquênio de 16/07/2006 a 06/11/2011.

PROC. Nº E-07/500.609/2012 - ANA LUCIA MARCHON LEÃO RAMALHO, Biólogo, ID funcional nº. 2145157-1. CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio referente ao quinquênio de 27/02/2007 a 26/02/2012.

PROC. Nº E-07/500.549/2013 - WALMÍRIO COUTO CÉSAR JÚNIOR, Engenheiro, ID funcional nº. 2146164-4. CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio referente ao quinquênio de 14/01/2010 a 13/01/2015.

Id: 1767555

Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 30.12.2014

"AUTORIZO, conforme dispõe a Resolução SEAPPA nº 63, de 08 de março de 2000, publicada no D.O. de 14.06.2000, o recesso dos Médicos Veterinários abaixo relacionados, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPEC, para realização de vacinação contra brucelose:

PROCESSOS Nºs	MÉDICOS VETERINÁRIOS
E-02/001/03292/2014	Ragar Cardoso Maia
E-02/001/03294/2014	Fábio de Oliveira Nogueira

"Republicado por incorreções no original publicado no D.O. de 14.01.2015.

Id: 1767555

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 15.01.2015

PROCESSO Nº E-02/001/00288/2014 - AUTORIZO a inclusão do produto "PONCHO(CIDEWIRU N.º 600) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela empresa BAYER S.A., CNPJ 18.459.628/0001-15, em cumprimento ao art. 9º, § 1º da Lei 5414/2013.

DE 23.01.2015

PROCESSO Nº E-02/001/00482/2013 - LUIZ ROBERTO HANFF - AUTORIZO o registro do estabelecimento classificado como Fábrica de Laticínios, pelo Programa Prosperar Agroindústria.

PROCESSO Nº E-02/001/00284/2014 - LUIZ ROBERTO HANFF - AUTORIZO o registro dos produtos Manteiga extra e Queijo ramdo.

PROCESSO Nº E-02/001/00285/2013 - BRUNO MIRANDA GOMES

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 27.01.2015
PÁGINA 44 - 3ª COLUNA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 21.01.2015

Onde se lê: Processo nº E-02/001/000143/2015 - Autorizo a inclusão do produto POQUER...

Leia-se: Processo nº E-02/001/000144/2015 - Autorizo a inclusão do produto POQUER...

Id: 1767554

Secretaria de Estado de Cultura

ATO DA SECRETÁRIA
DE 29/01/2015

APOSENTA RIVA SINGER, Professor Docente I C, Referência E, Id Funcional nº 20301360, nos termos do art. 8º, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo nº E-18/000167/2010.

Id: 1767711

Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 625 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE O AUXÍLIO-ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando os termos da Lei nº 3.489, de 08 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844 de 18 de julho de 2001, e o que consta do Processo Administrativo nº E-23/001/1777/2014,

RESOLVE:

ART.1º - Conceder à FERNANDA GOMES DA PAZ, servidora pública estadual, Id Funcional nº 2044174-8, o auxílio-adoção criado pelo Programa "Um Lar Para Mim", na forma do art. 3º, alínea "a", 10 e 11 da Lei Estadual nº 3.489/2000 e do art. 8º do Decreto Estadual nº 27.776/2001, para a menor ESTER RIBEIRO SALUSTRIANO referente à guarda provisória.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015

TERESA CRISTINA COSENTINO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Id: 1767478

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 627 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE O AUXÍLIO-ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando os termos da Lei nº 3.489, de 08 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844 de 18 de julho de 2001 e o que consta do Processo Administrativo nº E-23/001/1160/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao PAULO ROBERTO DA SILVA, servidor público estadual, Id Funcional nº 2033694-3, o auxílio-adoção criado pelo Programa "Um Lar Para Mim", na forma do art. 3º, alínea "a", da Lei Estadual nº 3.489/2000, para o menor MARWIN SILVA E SILVA referente à adoção.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015

TERESA CRISTINA COSENTINO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Id: 1767487

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 628 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE O AUXÍLIO-ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando os termos da Lei nº 3.489, de 08 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844, de 18 de julho de 2001, e o que consta do Processo Administrativo nº E-23/001/1204/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor público estadual JORGE ANDRÉ SILVEIRA DA COSTA, Id Funcional nº 20164661, o auxílio-adoção criado pelo Programa "Um Lar Para Mim", dele ser deferido em relação a todos, em caráter provisório, na forma do art. 3º, alínea "a", 10 e 11 da Lei Estadual 3.489/2000 e do art. 2º do Decreto Estadual nº 27.776/2001, para os menores SAMUEL RIBEIRO SILVEIRO, SABRINA RIBEIRO SILVEIRO e THIAGO RIBEIRO SILVEIRO referentes às guardas provisórias.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015

TERESA CRISTINA COSENTINO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Id: 1767488

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 629 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR IDENTIFICADO PARA A PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, Inciso VII, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e tendo em vista o disposto no § 1º do mesmo preceito legal, cumprindo o estabelecido nos arts. 227, caput e § 7º, e 204 da Constituição Federal e nos arts. 4º, alínea d; 88, incisos II e IV; 260, caput e § 2º, 3º e 4º e 261, Parágrafo Único, do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência a SUZANA PACHECO PARAGUAI, Diretora Geral do Departamento Geral de Administração e Finanças, Id Funcional nº 4361139-4, para no que dispõe a legislação vigente, os seguintes atos, praticar nos termos da legislação vigente, os seguintes atos de gestão orçamentária e financeira, compromissando:

I - autorizar os atos relativos às dispensas de licitação do Fundo Orçamentário 22010 e 33010, praticados nos incisos I e II do art. 24 e os inexigibilidades do art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, atendendo, exclusivamente, os itens de despesa abaixo relacionados: 3201.08.122.0002.2010 e 3201.08.122.0002.2487, nos termos do Decreto Estadual nº 257/79 e suas respectivas alterações regulamentadoras;

II - autorizar as descentralizações de crédito ao Tesouro do Estado para pagamento de concessionárias de serviços públicos e outras administrações vinculadas à SEASDH;

III - autorizar as concessões de adiantamentos e o pagamento dos mesmos;

IV - autorizar a requisição de transporte aéreo de passageiros e carga;

V - solicitar a emissão de reserva orçamentária e/ou financeira;

VI - emitir ofício à Secretaria de Estado de Segurança - SESEG, solicitando a emissão de credenciais;

VII - emitir ofício à Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, solicitando as abertura de contas correntes de acordo com o Convênio firmado com a União Federal e seus órgãos; solicitando as providências junto ao Tesouro do Estado para pagamento de despesas em caráter de urgência; movimentação de cotas financeiras entre as UO's da SEASDH;

VIII - emitir ofícios aos contratados e conveniados deste órgão;

IX - emitir ofícios à Secretaria de Estado de Saúde - SES para solicitação de cotas financeiras;

X - emitir ofícios ao Secretário de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro - GEPRO.

Art. 2º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Procuradoria Geral do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 78-B, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Nos limites da competência ora delegada, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 07 de janeiro de 2015, revogando-se a Resolução SEASDH nº 582, de 24 de abril de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015

TERESA CRISTINA COSENTINO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Id: 1767489

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 630 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

DELEGA COMPETÊNCIA PARA PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 3º do mesmo preceito legal,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência a SUZANA PACHECO PARAGUAI, Diretora Geral do Departamento Geral de Administração e Finanças, Id Funcional nº 4361139-4, para no que dispõe a legislação vigente, os seguintes atos, praticar nos termos da legislação vigente, os seguintes atos de gestão orçamentária e financeira, compromissando:

I - autorizar os atos relativos às dispensas de licitação do Fundo Orçamentário 22010 e 33010, praticados nos incisos I e II do art. 24 e os inexigibilidades do art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, atendendo, exclusivamente, os itens de despesa abaixo relacionados: 3201.08.122.0002.2010 e 3201.08.122.0002.2487, nos termos do Decreto Estadual nº 257/79 e suas respectivas alterações regulamentadoras;

II - autorizar as descentralizações de crédito ao Tesouro do Estado para pagamento de concessionárias de serviços públicos e outras administrações vinculadas à SEASDH;

III - autorizar as concessões de adiantamentos e o pagamento dos mesmos;

IV - autorizar a requisição de transporte aéreo de passageiros e carga;

V - solicitar a emissão de reserva orçamentária e/ou financeira;

VI - emitir ofício à Secretaria de Estado de Segurança - SESEG, solicitando a emissão de credenciais;

VII - emitir ofício à Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, solicitando as abertura de contas correntes de acordo com o Convênio firmado com a União Federal e seus órgãos; solicitando as providências junto ao Tesouro do Estado para pagamento de despesas em caráter de urgência; movimentação de cotas financeiras entre as UO's da SEASDH;

VIII - emitir ofícios aos contratados e conveniados deste órgão;

IX - emitir ofícios à Secretaria de Estado de Saúde - SES para solicitação de cotas financeiras;

X - emitir ofícios ao Secretário de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro - GEPRO.

Art. 2º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Procuradoria Geral do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 78-B, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Nos limites da competência ora delegada, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 07 de janeiro de 2015, revogando-se a Resolução SEASDH nº 582, de 24 de abril de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015

TERESA CRISTINA COSENTINO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Id: 1767490

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 626 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR IDENTIFICADO PARA A PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e tendo em vista o disposto no § 1º do mesmo preceito legal,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência ao Subsecretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração - MARCOS ANTONIO VIEIRA, Id. Funcional nº 4367539-3, para, no que dispõe a legislação vigente, praticar nos termos da legislação vigente, os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito da SEASDH;

I - autorizar despesas, movimentar as cotas e transferências financeiras em nome da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Fundo para o Infância e o Adolescente - FUNDO, bem como as despesas oriundas de Convênios firmados pela SEASDH;

II - solicitar a emissão de reserva orçamentária e/ou financeira;

III - aprovar, homologar, adjudicar os resultados das licitações, bem como anulá-las em caso de ilegalidade;

IV - autorizar os atos relativos às dispensas e inexigibilidades de licitação;

V- assinar editais de licitação, contratos, acordos e outros instrumentos congêneres;

VI - celebrar convênios, bem como, retificar termo de aditamento, alterar técnica, prazos, respectivo plano de trabalho e demais documentos, sempre respeitando o princípio da vantagem e economicidade à luz do interesse público, em consonância ao art. 4º, §1º, IX, primeira parte, do Decreto nº 41.581/09 e Resolução Casa Civil nº 217, de 11/03/2011;

VII - autorizar as descentralizações de crédito ao Tesouro do Estado para pagamento de concessionárias de serviços públicos de água, luz, gás e telefonia;

VIII - autorizar as concessões de adiantamentos e o pagamento dos mesmos;

IX - autorizar a requisição de transporte aéreo de passageiros e carga dentro do território brasileiro;

X - receber documentos, intimações e notificações do Tribunal de Contas;

XI - elaborar e remeter ao Tribunal de Contas respostas, esclarecimentos, defesas, recursos e petições;

XII - aprovar prestações de contas nos termos das convênios;

Art. 2º - Os poderes delegados nesta Resolução não poderão ser objeto de subdelegação.

Art. 3º - A competência de ordenação de empenhos, liquidação e autorização de pagamento de despesas ligadas ao Fundo para a Infância e o Adolescente - Fundo FIA, observará o art. 5º, da Resolução CEDCA/RJ nº 15, de 24/09/2008.

Art. 4º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Procuradoria Geral do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 78-B, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 07 de janeiro de 2015, revogando-se a Resolução SEASDH nº 594, de 01 de janeiro de 2015.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015

TERESA CRISTINA COSENTINO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Id:

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 629 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

DELEGA COMPETÊNCIA PARA PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 3º do mesmo preceito legal,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência a SUZANA PACHECO PARAGUAI, Diretora Geral do Departamento Geral de Administração e Finanças, Id Funcional nº 4361139-4, para no que dispõe a legislação vigente, os seguintes atos, praticar nos termos da legislação vigente, os seguintes atos de gestão orçamentária e financeira, compromissando:

I - autorizar os atos relativos às dispensas de licitação do Fundo Orçamentário 22010 e 33010, praticados nos incisos I e II do art. 24 e os inexigibilidades do art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, atendendo, exclusivamente, os itens de despesa abaixo relacionados: 3201.08.122.0002.2010 e 3201.08.122.0002.2487, nos termos do Decreto Estadual nº 257/79 e suas respectivas alterações regulamentadoras;

II - autorizar as descentralizações de crédito ao Tesouro do Estado para pagamento de concessionárias de serviços públicos e outras administrações vinculadas à SEASDH;

III - autorizar as concessões de adiantamentos e o pagamento dos mesmos;

IV - autorizar a requisição de transporte aéreo de passageiros e carga;

V - solicitar a emissão de reserva orçamentária e/ou financeira;

VI - emitir ofício à Secretaria de Estado de Segurança - SESEG, solicitando a emissão de credenciais;

VII - emitir ofício à Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, solicitando as abertura de contas correntes de acordo com o Convênio firmado com a União Federal e seus órgãos; solicitando as providências junto ao Tesouro do Estado para pagamento de despesas em caráter de urgência; movimentação de cotas financeiras entre as UO's da SEASDH;

VIII - emitir ofícios aos contratados e conveniados deste órgão;

IX - emitir ofícios à Secretaria de Estado de Saúde - SES para solicitação de cotas financeiras;

X - emitir ofícios ao Secretário de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro - GEPRO.

Art. 2º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Procuradoria Geral do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 78-B, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Nos limites da competência ora delegada, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 07 de janeiro de 2015, revogando-se a Resolução SEASDH nº 582, de 24 de abril de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015

TERESA CRISTINA COSENTINO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Id: 1767491

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEASDH Nº 630 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR IDENTIFICADO PARA A PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e tendo em vista o disposto no § 1º do mesmo preceito legal,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência ao Subsecretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração - MARCOS ANTONIO VIEIRA, Id. Funcional nº 4367539-3, para, no que dispõe a legislação vigente, praticar nos termos da legislação vigente, os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito da SEASDH;

I - autorizar despesas, movimentar as cotas e transferências financeiras em nome da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Fundo para o Infância e o Adolescente - FUNDO, bem como as despesas oriundas de Convênios firmados pela SEASDH;

II - solicitar a emissão de reserva orçamentária e/ou financeira;

III - aprovar, homologar, adjudicar os resultados das licitações, bem como anulá-las em caso de ilegalidade;

IV - autorizar os atos relativos às dispensas e inexigibilidades de licitação;

V- assinar editais de licitação, contratos, acordos e outros instrumentos congêneres;

VI - celebrar convênios, bem como, retificar termo de aditamento, alterar técnica, prazos, respectivo plano de trabalho e demais documentos, sempre respeitando o princípio da vantagem e economicidade à luz do interesse público, em consonância ao art. 4º, §1º, IX, primeira parte, do Decreto nº 41.581/09 e Resolução Casa Civil nº 217, de 11/03/2011;

VII - autorizar as descentralizações de crédito ao Tesouro do Estado para pagamento de concessionárias de serviços públicos de água, luz, gás e telefonia;

VIII - autorizar as concessões de adiantamentos e o pagamento dos mesmos;

IX - autorizar a requisição de transporte aéreo de passageiros e carga dentro do território brasileiro;

X - receber documentos, intimações e notificações do Tribunal de Contas;

XI - elaborar e remeter ao Tribunal de Contas respostas, esclarecimentos, defesas, recursos e petições;

XII - aprovar prestações de contas nos termos das convênios;

Art. 2º - Os poderes delegados nesta Resolução não poderão ser objeto de subdelegação.

Art. 3º - A competência de ordenação de empenhos, liquidação e autorização de pagamento de despesas ligadas ao Fundo para a Infância e o Adolescente - Fundo FIA, observará o art. 5º, da Resolução CEDCA/RJ nº 15, de 24/09/2008.

Art. 4º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Procuradoria Geral do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 78-B, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 07 de janeiro de 2015, revogando-se a Resolução SEASDH nº 594, de 01 de janeiro de 2015.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2015

TERESA CRISTINA COSENTINO
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Id:

Wordflow III - Registro de Reunião - Protocolo 1524736

Data:17/12/2015 - Hora: 15:00

Gerência Responsável: GG-MAT/JCIVEL/CJ-REDUC

Participantes: Bernardo Soares Barros,

DEMANDA:

A REDUC/SMS/MA nos apresentou Resolução sea nº 443 de 27 de janeiro de 2015, publicada no DO do Estado do RJ do dia 30/01/2015, pela qual o secretário de Estado do Ambiente DELEGA ao Subsecretario de Projetos e Intervenções Especiais PODERES para assinar "contratos e demais instrumentos jurídicos, que tenham por objeto direta ou indiretamente a execução de obra e serviços relativos a intervenções em saneamento ambiental".

Com base nesse documento, a REDUC/SMS/MA indaga se o Sr. Antonio da Hora, titular da subsecretaria mencionada, poderia assinar o aditivo ao convênio da UTR do Rio Irajá pactuado com o ESTADO DO RJ E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não informado

ORIENTAÇÕES:

Com base nas informações prestadas e considerando que a delegação de competência é instituto PRESENTE no direto administrativo, nos termos dos arts. 11 e 12 da lei 9.784/99, nos parece que o subsecretario, o Sr. Antonio da Hora, assinou o aditivo devidamente delegado pelo seu superior hierárquico.

Ressaltamos que a presente opinião jurídica poderá ser alterada face a ocorrência de outros fatos ou documentos, nesse sentido, nos colocamos à disposição para reanálise do caso caso surjam outras informações ou documentos a ele relativas.

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL 95
RJ

QUARTO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE O TRATAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO IRAJÁ, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n..º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **André Gustavo Pereira Correa da Silva**, Casado, Administrador, Identidade: 348832 Ministério da Marinha/RJ, CPF: 758.614.537-76 e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Presidente **Angelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, na forma abaixo:

CONSIDERANDO:

- Que a reprogramação das parcelas subsequentes possibilitará a inclusão do **Sistema de Beneficiamento e Peneiramento de Lodo para Destinação à CEDAE (ϕ = 1MM)**, além do pagamento da etapa de **Modificações Construtivas em Virtude do Alteamento da UTR Irajá**, que serão compensados pela supressão **R$2.964.991,20** da etapa de **Operação e Manutenção**, sendo seus valores redistribuídos nas parcelas 07 e 08, portanto as parcelas previstas na clausula quinta do convênio a serem repassadas pela Petrobras a SEA se limitará a um total de 08 (oito) parcelas.

têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, o que fazem mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo, modificar o ANEXO N° 1 – PLANO DE TRABALHO do Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4.

1.1.2 – No PLANO DE TRABALHO – ANEXO N° 1, DO CONVÊNIO ORA ADITADO, FICA INCLUÍDO O ANEXO 1B – SISTEMA DE BENEFICIAMENTO E PENEIRAMENTO DE LODO PARA DESTINAÇÃO À CEDAE (ϕ = 1MM), conforme anexo.

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização de titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 4

1.1.3 - No PLANO DE TRABALHO – ANEXO Nº 1, do Convênio ora aditado, o adendo do item 4 – Plano de aplicação do aporte financeiro/cronograma de repasses financeiros, passa a denominar-se "REVISÃO C", conforme anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 15 de março de 2016

P/

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
André Gustavo Pereira Correa da Silva
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Angelo Luiz Monteiro de Barros
Presidente

TESTEMUNHAS:

Sílvio Alberto Thorlay
CPF (MF): 801.742.058-72

Márcio Daniel da Costa
CPF (MF): 016.338.667-69

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 96
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4

ADITIVO Nº 4

ANEXO Nº1 B



PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO
SISTEMA DE BENEFICIAMENTO E
PENEIRAMENTO DE LODO PARA
DESTINAÇÃO À CEDAE (Φ = 1MM)

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4

ADITIVO Nº 4

ANEXO Nº1 B

1 OBJETO DA PROPOSTA 2

2 ESCOPO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS 3

3 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE IMPLANTAÇÃO 4

4 PROJETO DE ENGENHARIA 4

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 97
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4

ADITIVO Nº 4

ANEXO Nº1 B

1 OBJETO DA PROPOSTA

O objeto da Proposta Técnico-Comercial ora sistematizada refere-se à elaboração dos serviços de engenharia, execução de obras e serviços e fornecimento de equipamentos necessários para Implantação do Sistema de Beneficiamento e Peneiramento de Lodo para Destinação à CEDAE (ϕ = 1mm) na Unidade FLOTFLUX® de Tratamento do Rio Irajá, com vista à possibilitar o descarte do lodo gerado no tratamento, já beneficiado e peneirado, na rede de esgotamento sanitário da CEDAE com destino final para a ETE Penha.

Estão incluídos no objeto dessa proposta os seguintes serviços de engenharia e projetos necessários à Implantação do Sistema de Beneficiamento e Peneiramento de Lodo para Destinação à CEDAE (ϕ = 1mm):

- Vistorias técnicas e inventário de informações secundárias necessárias para a elaboração dos projetos;
- Projetos Básicos e Executivos do Sistema de Beneficiamento e Peneiramento de Lodo para Destinação à CEDAE (ϕ = 1mm);
- Obras Civis das Edificações e da Interligação dos Sistemas, contendo:
  - Material Metálico, Hidráulico e Elétrico de Interligação dos Sistemas com a Rede da CEDAE;
  - Construção de Tanque de Amortização em concreto armado de 08 m³ para descarte do lodo beneficiado e peneirado na rede de esgotamento sanitário da CEDAE;
  - Pinturas e Acabamentos;

2 ESCOPO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS

Em duas edificações estarão dispostos os equipamentos do sistema, conforme descriminado abaixo:

- 1 (um) Sistema de Peneira Rotativa de Lodo composta por duas unidades de 200 m³/h, 0,37kW, Malha da Peneira: 1mm, Tambor e Tela de Filtração: Aço Inoxidável AISI 304;
- 6 (seis) Sistemas Trituradores de Lodo com vazão de 120m³/h, pressão 2,0bar e DN6";
- 2 (dois) Painéis de Comando de Motores PCM - Triturador de Lodo ;
- 2 (duas) Caçambas estacionária em chapa de aço carbono com fundo Epóxi. Capacidade 5m³;
- 01 (um) Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA;

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 98
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4

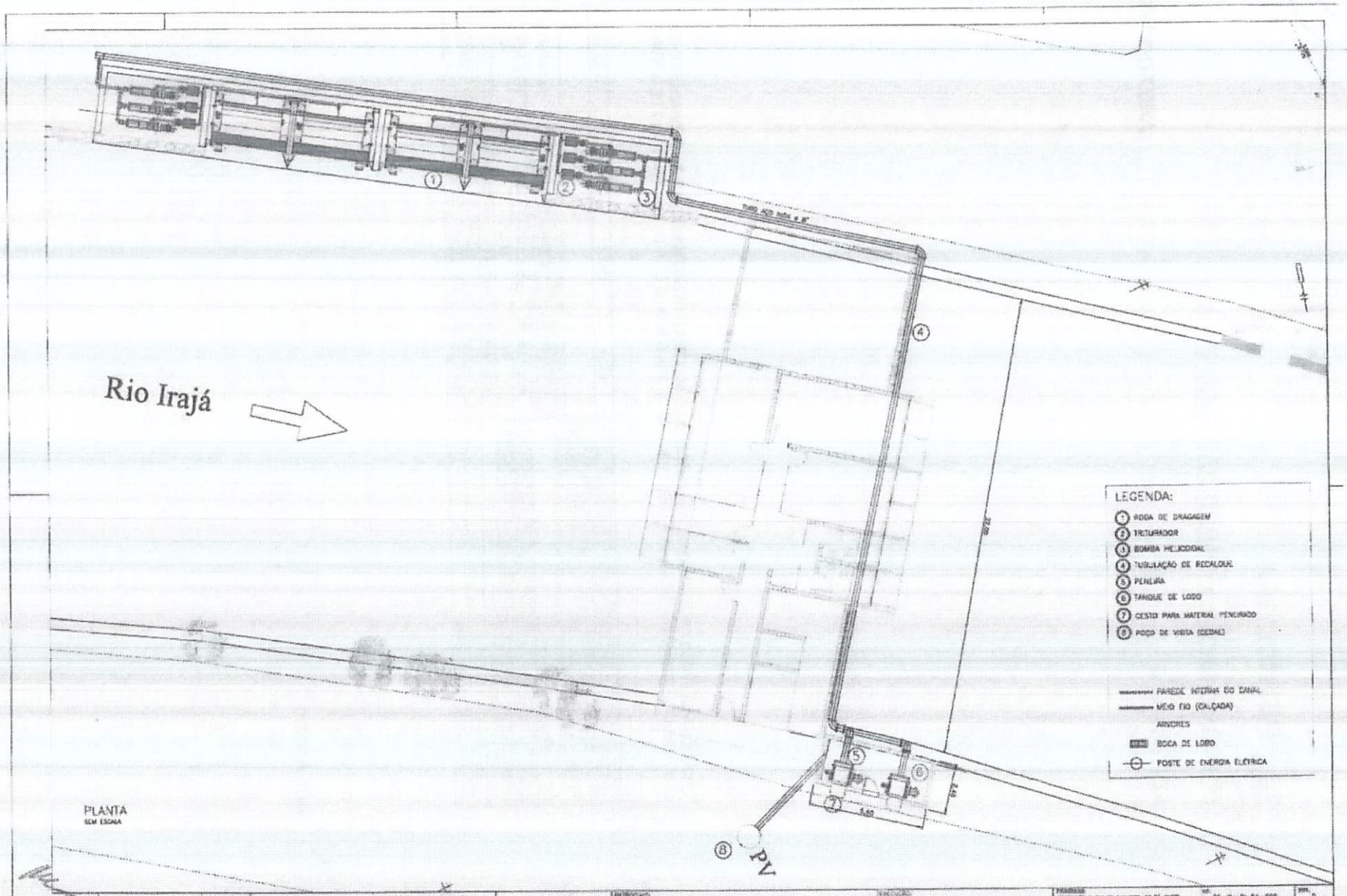
ADITIVO Nº 4

ANEXO Nº1 B

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE BENEFICIAMENTO E PENEIRAMENTO DE LODO PARA DESTINAÇÃO À CEDAE (ϕ = 1MM) - UNIDADE DE TRATAMENTO DE RIO - RIO IRAJÁ - RIO DE JANEIRO

	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	TOTAL (R$)
SISTEMA DE BENEFICIAMENTO E PENEIRAMENTO DE LODO PARA DESTINAÇÃO À CEDAE (ϕ = 1MM)				
SISTEMA DE BENEFICIAMENTO E PENEIRAMENTO DE LODO PARA DESTINAÇÃO À CEDAE (ϕ = 1MM)	R$ 637.880,58	R$ 318.940,29	R$ 318.940,29	R$ 1.275.761,15
SUBTOTAL DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS	R$ 637.880,58	R$ 318.940,29	R$ 318.940,29	R$ 1.275.761,15
% DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS	50,00%	25,00%	25,00%	100,00%
VALOR TOTAL MENSAL	R$ 637.880,58	R$ 318.940,29	R$ 318.940,29	R$ 1.275.761,15
% DO VALOR DO CONTRATO	50,00%	25,00%	25,00%	
VALOR ACUMULADO MENSAL	R$ 637.880,58	R$ 956.820,86	R$ 1.275.761,15	

VIDE ANEXO


Rio Irajá
LEGENDA:
1 RODA DE DRAGAGEM
2 TRITURADOR
3 BOMBA HELICOIDAL
4 TUBULAÇÃO DE RECALQUE
5 PENEIRA
6 TANQUE DE LODO
7 CESTO PARA MATERIAL PENEIRADO
8 POÇO DE VISITA (EXISTE)
PAREDE INTERNA DO CANAL
MEIO FIO (CALÇADA)
ARVORES
BOCA DE LOBO
POSTE DE ENERGIA ELETRICA
PLANTA
SEM ESCALA
PV
PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1068.0077902.12.4
ADITIVO Nº4
IMPLANTAÇÃO DA UTR RIO BRAJÁ-RJ
VAZÃO DE TRATAMENTO: 1.750 l/SEG
BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: OUT/2011

REVISÃO C

	1º Parcela	2º Parcela		3º Parcela			4º Parcela			EMBARQUE 01 JAN 14 A 28 MAR 14	5º Parcela			6º Parcela			7º Parcela			8º Parcela			TOTAL (R$)
	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9		mês 10	mês 11	mês 12	mês 13	mês 14	mês 15	mês 16	mês 17	mês 18	mês 19	mês 20	mês 21	
	12/13 a 12/13	13/13 a 14/13	15/13 a 13/13	14/13 a 13/13	13/13 a 14/13	15/13 a 13/14	14/14 a 13/07	13/07 a 13/13	13/13 a 25/07		26/13 a 25/01	26/01 a 25/05	26/05 a 25/09	26/09 a 25/01	26/01 a 25/05	26/05 a 31/08	01/06 a 30/09	01/09 a 31/12	01/01/15 a 31/05	01/06 a 30/08	01/09 a 31/12	01/01/16 a 31/05	
1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13 - mai/13 - jun/13	jul/13 - ago/13 - set/13	out/13 - nov/13 - dez/13		out/14	nov/14	dez/14	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14 - mai/14 - jun/14	jul/14 - ago/14 - set/14	out/14 - nov/14 - dez/14	jan/15 a jul/15	ago/15 a nov/15	dez/15 a mai/16	jun/16 a out/16	
1.1 LEVANTAMENTOS DE CAMPO/MANUAL E VISTORIAS TÉCNICOS	R$ 93.799,46																						R$ 93.799,46
1.2 VISTAS DE RECONHECIMENTO E ACOMPANHAMENTO MENSAL	R$ 67.462,50																						R$ 67.462,50
1.3 PROJETO BÁSICO	R$ 76.000,00	R$ 356.592,50																					R$ 432.592,50
1.4 PROJETO EXECUTIVO	R$ 181.994,00	R$ 947.617,50																					R$ 1.129.611,50
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R$ 287.255,50	R$ 1.304.210,00																					R$ 1.729.865,50
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	16,60%	75,40%																					100,00%
2. OBRAS CIVIS																							
2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES	R$ 23.424,04			R$ 122.616,96																			R$ 146.041,00
2.2 FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	R$ 320.000,01			R$ 480.000,01																			R$ 800.000,02
2.3 ASSENTAMENTOS	R$ 58.224,00				R$ 232.896,00																		R$ 291.120,00
2.4 ALVENARIA	R$ 32.000,00				R$ 160.000,00																		R$ 192.000,00
2.5 PORTAS E GUILHOTINAS	R$ 11.564,00					R$ 44.456,00																	R$ 56.020,00
2.6 FERRAGENS	R$ 29.400,00					R$ 117.542,00																	R$ 146.942,00
2.7 PINTURA EPOXÍDICA	R$ 31.677,00					R$ 95.031,00																	R$ 126.708,00
2.8 PINTURAS	R$ 27.696,92						R$ 83.087,76																R$ 110.784,68
2.9 PEÇAS E APARELHOS SANITÁRIOS	R$ 2.392,00						R$ 9.568,72																R$ 11.960,72
2.10 PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO	R$ 62.666,56						R$ 84.181,12	R$ 212.856,81															R$ 359.704,49
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS	R$ 601.605,11		R$ 602.697,39	R$ 602.705,65	R$ 392.896,00	R$ 341.029,84	R$ 176.837,60	R$ 212.856,81															R$ 2.930.628,39
% DE OBRAS CIVIS	20,53%		20,56%	20,56%	13,41%	11,64%	6,03%	7,26%															100,00%
3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS																							
3.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS	R$ 2.318.405,00	R$ 5.408.612,00			R$ 3.472.810,00																		R$ 11.199.827,00
3.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO	R$ 2.561.809,07	R$ 2.975.594,54			R$ 1.281.594,54																		R$ 6.819.998,15
3.3 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO	R$ 977.200,00	R$ 1.598.960,00			R$ 399.740,00																		R$ 2.975.900,00
3.4 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO	R$ 72.000,00	R$ 288.000,00			R$ 360.000,00																		R$ 720.000,00
3.5 AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO	R$ 841.387,20	R$ 1.261.375,80			R$ 280.275,00																		R$ 2.383.038,00
3.6 AQUISIÇÃO DA AUTOMAÇÃO	R$ 90.000,00	R$ 360.000,00			R$ 180.000,00																		R$ 630.000,00
3.7 MONTAGEM HIDRÁULICA/ELETROMECÂNICA	R$ 821.156,81						R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20		R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20							R$ 10.264.196,01
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	R$ 9.023.537,44	R$ 9.894.429,00			R$ 6.744.429,54		R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20		R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20							R$ 38.684.260,31
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	23,33%	25,58%			17,44%		2,12%	2,12%	2,12%		2,12%	2,12%	2,12%	2,12%	2,12%	2,12%							100,00%
4. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO																							
4.1 MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO																						R$ 20.800,00	R$ 20.800,00
4.2 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS																						R$ 3.154,61	R$ 3.154,61
4.3 CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES																						R$ 1.331,34	R$ 1.331,34
4.4 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS																						R$ 15.500,21	R$ 15.500,21
4.5 PRODUTOS QUÍMICOS PARA OPERAÇÃO																						R$ 111.105,44	R$ 111.105,44
4.6 ENERGIA ELÉTRICA COMPANHIA DE DEMANDA E CONSUMO																						R$ 81.660,00	R$ 81.660,00
SUBTOTAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO																						R$ 233.552,59	R$ 233.552,59
% DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO																						100,00%	100,00%
5. ALTEAMENTO DO 3 METRO DOS MÓDULOS 5 PARABELAS																							
5.1 ALTEAMENTO DO 3 METRO DOS MÓDULOS 5 PARABELAS											R$ 429.997,80	R$ 221.432,80	R$ 221.430,20										R$ 872.860,80
SUBTOTAL DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS											R$ 429.997,80	R$ 221.432,80	R$ 221.430,20										R$ 872.860,80
% DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS											49,26%	25,37%	25,37%										100,00%
6. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO																							
6.1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA																							
6.1.1 PROJETO BÁSICO																	R$ 50.420,70						R$ 50.420,70
6.1.2 PROJETO EXECUTIVO																	R$ 308.166,90						R$ 308.166,90
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA																	R$ 358.587,60						R$ 358.587,60
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA																	100,00%						100,00%
6.2. OBRAS CIVIS																							
6.2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES																	R$ 53.446,30	R$ 288.990,82					R$ 342.437,12
6.2.2 FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS																							R$ 0,00
6.2.3 ASSENTAMENTOS																		R$ 49.324,53	R$ 82.770,60				R$ 132.095,13
6.2.4 ALVENARIA																		R$ 68.982,60	R$ 82.772,80				R$ 151.755,40
6.2.5 PORTAS, GUILHOTINAS																		R$ 38.000,00	R$ 38.000,00				R$ 76.000,00
6.2.6 FERRAGENS																		R$ 18.480,60	R$ 18.480,60				R$ 36.961,20
6.2.7 PINTURA EPOXÍDICA																		R$ 8.434,80	R$ 20.771,60				R$ 29.206,40
6.2.8 PINTURAS																		R$ 2.220,80	R$ 2.220,80				R$ 4.441,60
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS																	R$ 53.446,30	R$ 528.636,55	R$ 176.038,40				R$ 758.121,25
% DE OBRAS CIVIS																	7,05%	69,74%	23,21%				100,00%
6.3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS																							
6.3.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS																	R$ 357.331,70	R$ 285.793,60	R$ 357.785,80				R$ 1.000.911,10
6.3.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO																	R$ 58.780,07	R$ 39.186,54	R$ 58.780,07				R$ 156.746,68
6.3.3 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO																	R$ 68.809,74	R$ 63.967,34	R$ 68.967,58				R$ 201.744,66
6.3.4 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO																	R$ 3.146,00	R$ 3.896,00	R$ 3.896,00				R$ 10.938,00
6.3.5 AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO																	R$ 58.001,70	R$ 58.934,50	R$ 58.934,50				R$ 175.870,70
6.3.6 AQUISIÇÃO DE AUTOMAÇÃO																	R$ 23.000,00	R$ 36.277,00	R$ 36.277,00				R$ 95.554,00
6.3.7 MONTAGEM HIDRÁULICA/ELETROMECÂNICA																		R$ 203.894,40	R$ 203.894,40				R$ 407.788,80
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS																	R$ 569.069,21	R$ 691.949,38	R$ 828.534,35				R$ 2.049.552,94
% DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS																	27,77%	33,76%	40,43%				100,00%
6.4. EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO																							
6.4.1 VALOR DO SEGURO DE EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO DE LODO																	R$ 135.426,51	R$ 217.713,17	R$ 181.371,83				R$ 534.511,51
SUBTOTAL DE ISS																	R$ 115.426,51	R$ 217.713,17	R$ 181.371,83				R$ 514.511,51
% DO TOTAL DO ITEM ISS																	22,34%	44,81%	37,85%				100,00%
7. MODIFICAÇÕES CONSTRUTIVAS EM VIRTUDE DO ALTEAMENTO DA UTR BRAJÁ																				R$ 852.761,84	R$ 856.046,21		R$ 1.708.230,05
SUBTOTAL DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS																				R$ 852.761,84	R$ 856.046,21		R$ 1.708.230,05
% DO OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS																				49,91%	50,09%		100,00%
8. SISTEMA DE BOMBEAMENTO E RECIRCULAÇÃO DE LODO PARA DESTINAÇÃO À CEDAE (R$ 1.500)																							
8.1 SISTEMA DE BOMBEAMENTO E RECIRCULAÇÃO DE LODO PARA DESTINAÇÃO À CEDAE (R$ 1.500)																					R$ 1.275.761,15		R$ 1.275.761,15
SUBTOTAL DE OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS																					R$ 1.275.761,15		R$ 1.275.761,15
% DO OBRAS E SERVIÇOS ADICIONAIS																					100,00%		100,00%
SUBTOTAL MENSAL	R$ 9.912.398,05	R$ 11.705.419,04	R$ 702.697,39	R$ 602.705,65	R$ 7.891.230,54	R$ 341.029,84	R$ 1.819.552,01	R$ 874.357,20	R$ 821.357,20		R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 821.357,20	R$ 1.575.473,05	R$ 1.169.946,31	R$ 852.183,84	R$ 2.264.046,21	R$ 1.275.761,15	R$ 233.672,93	R$ 58.888.182,01
PARALISAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL	R$ 317.230,84	R$ 312.643,11	R$ 41.720,83	R$ 16.910,32	R$ 479.333,01	R$ 7.000,00	R$ 95.195,81	R$ 49.736,21	R$ 49.736,21		R$ 51.736,21	R$ 51.736,21	R$ 52.910,21	R$ 44.646,17	R$ 44.677,78	R$ 51.376,62	R$ 46.965,41	R$ 44.962,43	R$ 67.149,32	R$ 13.404,91			R$ 1.615.483,64
VALOR TOTAL MENSAL	R$ 10.229.628,89	R$ 12.018.062,15	R$ 744.418,22	R$ 619.615,97	R$ 8.370.563,55	R$ 348.029,84	R$ 1.914.747,82	R$ 924.093,41	R$ 871.093,41		R$ 873.093,41	R$ 873.093,41	R$ 874.267,41	R$ 865.983,37	R$ 866.034,98	R$ 872.733,82	R$ 1.622.438,46	R$ 1.214.908,74	R$ 919.333,16	R$ 2.277.451,12	R$ 1.275.761,15	R$ 233.672,93	R$ 60.503.665,65
	SUB 1	SUB 2		SUB 3			SUB 4				SUB 5			SUB 6			SUB 7			SUB 8			TOTAL
DESEMBOLSO PETROBRAS	R$ 5.541.726,77	R$ 11.080.360,55		R$ 9.601.960,10			R$ 2.654.168,69				R$ 1.747.137,51			R$ 1.747.137,51			R$ 3.731.755,05			R$ 2.401.475,20			R$ 40.691.231,38
SALDO TOTAL	R$ 5.346.736,77	R$ 17.426.837,32		R$ 27.224.911,61			R$ 29.159.780,10				R$ 27.287.472,60			R$ 26.734.605,59			R$ 27.585.263,68			R$ 29.871.220,32			R$ 40.691.231,38
	14%	43%		68%			73%				69%			66%			68%			74%			

MINISTÉRIO PÚBLICO

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 5

[redacted]

QUINTO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE O TRATAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO IRAJÁ, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n.º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **André Gustavo Pereira Correa da Silva**, Casado, Administrador, Identidade: 348832 Ministério da Marinha/RJ, CPF: 758.614.537-76 e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pela Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **ELZA KALLAS,** Engenheira Química, RG nº 1.643.071/ PCMG, expedida em 25.01.2007, CPF nº 497.937.056-04 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **Ângelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo, modificar a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA do Convênio REDUC nº 1050.0077962.12.4, visando sua utilização até o dia **11.11.2016.**

1.1.1 - Na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, do Convênio ora aditado, ficam acrescidos **180 (cento e oitenta) dias**, passando o item 4.1 da citada Cláusula a conter a seguinte redação:

"**4.1**- O prazo de vigência deste convênio é de **1.542 (mil, quinhentos e quarenta e dois) dias**, compreendendo o período de 23 de agosto de 2012 a 11 de novembro de 2016.

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 100
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077962.12.4
ADITIVO Nº 5

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 12 de maio de 2016

P/

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
André Gustavo Pereira Correa da Silva
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Elza Kallas
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Ângelo Luiz Monteiro de Barros
Vice-presidente

TESTEMUNHAS:

Sílvio Alberto Thorlay
CPF (MF): 801.742.058-72

Márcio Daniel da Costa
CPF (MF): 016.338.667-69

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 102
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SUA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ; E A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, COM A PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO BIO-RIO PARA IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, NA FORMA ABAIXO,

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n.º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **CARLOS MINC BAUMFELD**, Casado, Economista, RG.: 02381459-3, CPF: 694816527-34; a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **ÂNGELO LUIZ MONTEIRO DE BARROS**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20 e,

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 06/2011, celebrado em 18 de outubro de 2011, entre o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, a Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e PETROBRAS, que em seu aditivo nº 2 alterou a redação da cláusula 4.1 do documento original, previu a implantação dos projetos de Implantação de Área de Transbordo e Transferência (ATT) de resíduos sólidos, incluindo a Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos de Construção Civil (RCC) e a Canalização da vala de drenagem da Avenida Carioca, ambos no Município de São João de Meriti como medidas de colaboração para a melhoria da qualidade ambiental do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o Programa Pacto Pelo Saneamento, implementado pela SEA, visando erradicar todos os lixões dos municípios do Estado do Rio de Janeiro "Lixão

PETROBRAS

Zero", bem como implementar a política de coleta e destinação de resíduos sólidos junto aos municípios do entorno da Baia da Guanabara;

CONSIDERANDO o interesse do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado do Ambiente/SEA, na implantação do **PROJETO E OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVÍL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA, NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI,** afluente da Baía da Guanabara;

CONSIDERANDO que a **PETROBRAS**, dentro do conceito de Responsabilidade Social e Ambiental que marca sua atuação, se propõe a prover os recursos necessários à execução das obras de **DE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVÍL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA, NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI.**

A **PETROBRAS**, a **SEA** e a **FUNDAÇÃO** denominadas conjuntamente por **PARTÍCIPES** e separadamente por partícipe repassador e partícipe beneficiários, respectivamente, firmam o presente **CONVÊNIO**, que será regido em relação à **PETROBRAS** pelas normas constantes no Decreto n.º 2.745/98 e do seu Manual de Procedimentos Contratuais – MPC e, em relação ao Estado do Rio de Janeiro, através da **SEA**, pelos preceitos do direito público e, em especial, pela Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 116, com alterações introduzidas pelas Leis Federais n.º 8.883/94 e 9.648/98, conforme cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto estabelecer a cooperação entre os partícipes, para a execução de obras e implantação **DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVÍL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI,** mediante recursos repassados pela **PETROBRAS** à **FUNDAÇÃO**, que executará as obras e serviços sob a supervisão, fiscalização e coordenação da **SEA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODO DE EXECUÇÃO

O Projeto será implantado em conformidade com o Plano de Trabalho, a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro, anexos, que são parte integrante do presente documento.

2.1 - As atividades a serem executadas pela **FUNDAÇÃO** serão planejadas, coordenadas e supervisionadas pela **SEA**, por intermédio de um Coordenador Geral.

2.2 – A **PETROBRAS** poderá, sem prejuízo de sua prerrogativa de fiscalização direta, contratar e/ou solicitar, às suas expensas, a contratação de auditorias de terceira

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 103
RJ

parte, por empresa por ela indicada, se assim desejar, objetivando o acompanhamento e/ou a verificação do cumprimento do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS

3.1 – Compete à **PETROBRAS**

a) Efetuar a transferência de recursos financeiros necessários para a execução das ações previstas neste Convênio para a **FUNDAÇÃO**, de acordo com a Cláusula Quinta – Do Aporte Financeiro.

b) Disponibilizar os padrões e regras de uso de sua logomarca;

c) Citar o nome da **SEA** como integrantes deste Convênio, nos depoimentos e entrevistas, bem como expor a logomarca dos mesmos em todos os materiais de divulgação e peças promocionais referentes ao objeto deste Convênio.

d) Acompanhar a execução do Convênio e a correta aplicação dos recursos, conforme previsto no Plano de Trabalho.

3.2 – Compete à **SEA**:

a) Coordenar e fiscalizar as atividades previstas no Plano de Trabalho e as atividades inerentes à implantação do presente Convênio, bem como adequar o escopo do Projeto que será desenvolvido às condições estabelecidas neste Convênio;

b) Fornecer à **PETROBRAS**, sempre que solicitado, os dados e informações gerados e obtidos durante o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho;

c) Providenciar as licenças ambientais pertinentes;

d) Avaliar e encaminhar os relatórios físico-financeiros parciais e relatório físico-financeiro final da **FUNDAÇÃO** à **PETROBRAS** conforme periodicidade apresentada no Plano de Trabalho anexo a este Convênio;

3.3 – Compete à **FUNDAÇÃO BIO-RIO**:

a) A responsabilidade técnica e operacional pelas atividades descritas no presente instrumento e Anexos, de forma a permitir a consecução do seu objeto;

b) Disponibilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução das atividades elencadas no Plano de Trabalho;

c) Contratar os serviços, obras e fornecer os produtos e utensílios para a execução dos objetivos descritos na Cláusula Primeira do presente Convênio, visando ao desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho;

d) Para fins de cumprimento das contratações a que se refere o item anterior, a **FUNDAÇÃO** deverá obedecer, no que couber, ao disposto no Manual de Procedimentos Contratuais, complementar ao Regulamento do Procedimento Licitatório da **PETROBRAS**, conforme consta no Decreto n.º 2.745, de 24 de agosto de 1998 e aos princípios licitatórios pertinentes;

e) Providenciar a aplicação dos recursos repassados pela **PETROBRAS** exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Convênio e de acordo com o Plano de Trabalho;

f) Não utilizar os recursos repassados pela **PETROBRAS** em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter emergencial;

g) Permitir o acesso dos auditores próprios ou contratados pela **PETROBRAS** para acompanhamento da execução do presente convênio, conforme previsto o item 2.2 colocando a inteira disposição dos mesmos todos os documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de auditoria;

h) Prestar contas da utilização dos repasses e do andamento do cronograma e atividades descritos nos termos deste instrumento e Anexos;

i) Enviar à **SEA** relatórios físico-financeiros parciais mensais e relatório físico-financeiro final relativos à prestação de contas dos recursos repassados, visando o encaminhamento à **PETROBRAS**;

j) Apresentar, a qualquer tempo, documentação solicitada para esclarecimentos que se façam necessários;

k) Estruturar escritório e demais instalações administrativas para o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho;

l) Informar a **PETROBRAS** sobre eventuais mudanças em seus atos constitutivos, especialmente as que se refiram à representação da pessoa jurídica, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da respectiva data de alteração do contrato ou estatuto social.

m) Somente utilizar as logomarcas da **PETROBRAS**, consoante o padrão definido pela **PETROBRAS**;

n) Citar o nome da **PETROBRAS** e demais partícipes como integrantes deste Convênio, nos depoimentos e entrevistas, bem como expor a logomarca da **PETROBRAS** e demais partícipes em todos os materiais de divulgação e peças promocionais referentes ao objeto deste Convênio;

o) Arcar com os custos de seu pessoal (salários, encargos, benefícios e vantagens) envolvido no objeto deste Convênio;

ASSESSORIA JURÍDICA

Fl. 104

PETROBRAS

p) Não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste Convênio, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, relacionados com o presente Convênio, sob pena de extinção deste.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência deste convênio é de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua assinatura, podendo ser antecipado ou prorrogado, por termo aditivo, mediante comunicação das partes signatárias, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu término.

4.1.2 – Deverá ser observado o cronograma definido no Plano de Trabalho que poderá sofrer adequações mediante acordo entre as partes, desde que formalizados por termo aditivo, durante o prazo de vigência do convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DO APORTE FINANCEIRO

5.1 – A **PETROBRAS** efetuará um aporte financeiro para a FUNDAÇÃO no montante de **R$ 6.178.776,47** (seis milhões cento e setenta e oito mil setecentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos) para consecução do objeto deste Convênio.

5.1.1 – O aporte financeiro do presente Convênio inclui todos os recursos, inclusive os materiais e humanos necessários para a implantação das atividades previstas no Plano de Trabalho

5.1.2 – Os valores apresentados no Plano de Trabalho anexo referem-se aos valores de participação da **PETROBRAS** no Projeto durante a vigência do convênio. Caso alguma das rubricas do referido plano ultrapassem seu valor, caberá à SEA arcar com o ônus da diferença.

a) Cada desembolso, com exceção do primeiro, será liberado mediante a entrega de relatórios de evolução das atividades previstas no convênio, emitidos pela **FUNDAÇÃO**, aprovados pela **SEA** e cujo parecer dos auditores da **PETROBRAS** ateste a sua conformidade.

b) As parcelas seguirão os períodos de desembolso abaixo relacionados.

Parcela	Número de dias após a assinatura do Convênio	Valor Desembolsado (R$)
1ª.	30	**1.141.086,95**
2ª.	90	**2.611.109,15**
3ª.	180	**2.426.580,37**
TOTAL	180 dias	**6.178.776,47**

c) A **FUNDAÇÃO** deverá prestar contas do repasse anterior para liberação do subsequente.

5.2 – O aporte financeiro será repassado ao partícipe beneficiário nos seguintes termos:

a) Em conformidade com o explicitado no Plano de Trabalho;

b) Após a aceitação por parte da **PETROBRAS** do relatório de prestação de contas do repasse anterior devidamente aprovado pela **SEA**, nos termos do item 5.1.2.a.

c) A liberação dos repasses decorrentes dos encargos do presente convênio, atendendo ao critério de aprovação do repasse anterior, ocorrerá 5 (cinco) dias úteis após a entrada dos documentos de cobrança no órgão de pagamento da **PETROBRAS**.

5.3 – Após a conclusão dos serviços, reconhecida oficialmente pela **PETROBRAS** e pela **SEA**, a **FUNDAÇÃO** apresentará, em no máximo 30 (trinta) dias, a prestação de contas e relatório final.

5.4 – Os repasses da **PETROBRAS** serão efetuados por crédito em conta bancária específica para a execução deste Convênio, a ser aberta pela **FUNDAÇÃO** e indicada no prazo máximo de 30 dias da assinatura deste instrumento.

a) Caso a **FUNDAÇÃO** queira efetuar mudança da conta de depósito dos repasses, deverá notificar a **PETROBRAS** por escrito e em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para que sejam efetuadas as alterações;

b) O comprovante de depósito bancário do repasse terá caráter de instrumento de quitação.

5.5 – As parcelas de repasse serão liberadas em estrita conformidade com os itens 5.1 e 5.2, exceto nos casos a seguir, em que os repasses ficarão retidos até serem sanadas as impropriedades:

a) quando não tiver havido comprovação de boa e regular aplicação do repasse anterior;

b) quando houver inadimplemento do partícipe beneficiário com relação a outras cláusulas conveniais;

c) quando o partícipe beneficiário deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador.

d) Quando houver atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases do Plano de Trabalho;

e) Quando se verificar desvio de finalidade na aplicação do repasse.

5.6 – Os saldos dos repasses do Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em:

a) Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês;

b) As receitas financeiras auferidas consoantes aplicações previstas neste item serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

c) Caso os partícipes logrem seus objetivos conveniais sem que todo recurso financeiro provisionado seja aplicado, os valores manter-se-ão em propriedade da **PETROBRAS**, sem que caiba qualquer reclamação por parte dos demais partícipes.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Ocorrerá reajustamento anual do Convênio após cada período de 12 (doze) meses a contar da data base de referência do cronograma físico-financeiro. Os valores serão reajustados de acordo com a legislação vigente na data de sua aplicação, quando será adotada a variação do IGPM/FGV, calculada através da seguinte fórmula:

$$R = Po\ [(I-Io)/Io]$$

onde:

R = valor do reajuste;
I = índice IGPM/FGV relativo ao mês anterior ao mês em que for devido o reajustamento
Io = índice IGPM/FGV relativo ao mês anterior ao mês de referência do cronograma físico-financeiro
Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ENCERRAMENTO E DA DENÚNCIA

7.1 – Qualquer dos partícipes poderá, a qualquer tempo, denunciar sua participação no presente Convênio, mediante notificação por escrito, operando a denúncia e seus efeitos após 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento.

7.2 – O presente Convênio estará encerrado de pleno direito pelo advento do termo, pela impossibilidade jurídica da consecução de seu objeto, pelo mútuo consentimento dos partícipes.

7.3 – No caso de ocorrência dos casos acima, ficam resguardadas as cláusulas de sigilo, direito autoral e divulgação, bem como eventuais aportes financeiros já compromissados.

7.4 – Em caso de extinção ou encerramento do Convênio por qualquer das causas previstas no presente item e no item 5.5, o partícipe beneficiário deverá:

a) Prestar conta final, sob pena de legitimar o partícipe repassador a exigi-la judicialmente;

b) Restituir no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de término deste Convênio, os saldos do aporte financeiro em seu poder, inclusive as receitas financeiras auferidas em virtude do estipulado no item 5.4, que apesar de repassados, não foram utilizados ou que foram indevidamente utilizados.

CLÁUSULA OITAVA– DA PUBLICAÇÃO

8.1 - O extrato deste **CONVÊNIO** será publicado pelo **ESTADO**, em até 5 (cinco) dias úteis após sua assinatura, no Diário Oficial do Estado, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

8.2 - O **ESTADO** providenciará o encaminhamento de cópia do presente instrumento juntamente com a comprovação de sua publicação oficial, no prazo legal, ao Colendo **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE**.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

9.1. A divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas publicitárias pelos **PARTÍCIPES** deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolo ou imagens que caracterizem promoção pessoal, ou de autoridades ou de servidores públicos, informando-se o apoio da **PETROBRAS** e da **SEA** na realização do objeto do Convênio. Caso o partícipe beneficiário utilize o projeto e/ou procedimento elaborado em razão deste instrumento, qualquer divulgação deverá informar a participação da **PETROBRAS**, com uso de logomarca e informações previamente aprovada pela **PETROBRAS**.

9.1.1. Os **PARTÍCIPES** poderão utilizar-se de imagens, relatórios ou outros documentos referentes a este Convênio, bem como elaborar textos sobre a consecução de seus objetos, visando às suas atividades de publicidade e propaganda, devendo-se obter aprovação prévia quando do uso da logomarca do outro partícipe.

CLAÚSULA DÉCIMA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

10.1 – Os **PARTÍCIPES** obrigam-se, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a manter sob sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas pela **PETROBRAS**, visando à execução do objeto do presente instrumento jurídico.

ASSESSORIA JURÍDICA ASJUR SEA

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 106
RJ

10.1.1 – Os **PARTÍCIPES**, para fins de sigilo, obriga-se por seus administradores, empregados, prepostos, a qualquer título, e comitentes.

10.1.2 – Quaisquer informações obtidas pelos **PARTÍCIPES** durante a execução do objeto convenial, nas dependências da **PETROBRAS** ou dela originárias, ainda que não diretamente envolvidas com a mencionada execução, devem ser mantidas em sigilo nos termos e prazos da presente cláusula.

10.2 – Os **PARTÍCIPES** reconhecem que as especificações técnicas, para fins de execução deste instrumento, não são passíveis de apropriação, estando titularizadas pela **PETROBRAS**.

10.3 – O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará:

a) a extinção Convênio, se ainda vigente, na forma do item 7.1.

b) a responsabilidade por perdas e danos;

c) adoção das medidas judiciais cabíveis por força da Lei n.° 9.279/96 e legislação aplicável;

d) aplicação de multa compensatória no montante de 10% (dez por cento) do valor total do Convênio, sem prejuízo de indenização suplementar na forma da lei.

10.3.1 – Para fins de sanção administrativa interna, o descumprimento da obrigação de sigilo tem caráter de irregularidade grave.

10.4 – Só configuram exceção à obrigatoriedade de sigilo e confidencialidade as seguintes hipóteses:

a) informação comprovadamente conhecida antes das tratativas do presente Convênio;

b) prévia e expressa anuência do titular das informações, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pelo presente Convênio;

c) informação comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente Convênio;

d) determinação judicial e/ou administrativa para conhecimento das informações, desde que notificado imediatamente o respectivo titular, previamente à liberação, e sendo requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo.

10.5 – Toda divulgação sobre qualquer informação ou dado, relacionados com o presente Convênio, dependerá de prévia autorização da **PETROBRAS**, ressalvada a mera notícia de sua existência.

ASSESSORIA JURÍDICA
AJUR

PETROBRAS

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE

11.1 – Os **PARTÍCIPES** são responsáveis por danos causados aos demais **PARTÍCIPES** ou a terceiros, garantido, neste último caso, o direito de regresso, na forma da lei, inclusive a denunciação da lide, na medida e decorrentes da execução de seus encargos e obrigações definidos no presente Convênio, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução pela **PETROBRAS**.

11.2 – Os **PARTÍCIPES** não responderão por quaisquer inadimplementos ou prejuízos oriundos de situações de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO

Fica vedado a qualquer dos **PARTÍCIPES**, sem a expressa anuência dos demais, transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos, deveres, benefícios e encargos assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO DA MEDIDA DE COLABORAÇÃO PREVISTA NO TAC

13.1 Com a celebração do presente Convênio, o Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Estado Ambiente – **SEA**, declara que a **PETROBRAS** dá início ao cumprimento da medida de colaboração prevista na cláusula quarta do TAC conjunto SEA/INEA nº 06/2011, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e Petróleo Brasileiro S/A., conforme redação dada pelo Termo Aditivo n. 2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- As comunicações entre os **PARTÍCIPES** deverão ser feitas através dos responsáveis técnicos nomeados sempre de maneira formal, nos seguintes endereços:

a) **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**
REFINARIA DUQUE DE CAXIAS – REDUC
Rodovia Washington Luiz, km 113,7, Campos Elíseos, Duque de Caxias – RJ
Nome do representante: Cândido Luis Queiroz da Silva – Gerente de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da REDUC
Telefone: (21) 2677-4025
Fax: (21) 2677-2159

ASSESSORIA JURÍDICA AMUR SEA

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 107
RJ

PETROBRAS

b)**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA/RJ**

Endereço: Av. Venezuela, nº110, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ
Nome do representante: Antonio Ferreira da Hora – Subsecretário de Estado de Projetos e Intervenções Especiais
Telefone: (21) 2332-5627 e 2334-5903
Fax: (21) 2334-5903

c) **FUNDAÇÃO BIO-RIO**

Endereço: Av. Carlos Chagas Filho, 791, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro - RJ
Nome do representante: Ângelo Luiz Monteiro de Barros, Vice – Presidente, Fundação Bio- Rio
Telefone: (21) 3525-2400

14.2 – Toda e qualquer alteração do Plano de Trabalho deverá ser solicitada à **PETROBRAS**, pela **SEA**, devidamente justificada, que poderá anuir ou não.

14.3 – Em função da complexidade e abrangência do Projeto, objeto deste convênio, a qualquer tempo, se achar necessário ou conveniente, poderá a PETROBRAS exigir maior detalhamento do Plano de Trabalho à **SEA**, em consonância com o que dispõe o item 3.2, "b".

14.4 – A **PETROBRAS** poderá credenciar, junto aos **PARTÍCIPES**, um ou mais empregados para acompanhar a execução do objeto do presente Convênio.

14.5 – A **PETROBRAS**, através de seus credenciados, poderá acompanhar a execução das etapas do presente Convênio, podendo exigir a correção ou refazimento do que foi realizado em desconformidade com o Plano de Trabalho (e demais anexos deste Convênio), sem aumento do aporte financeiro de que trata o 5.1.

14.6 - As condições constantes no presente instrumento podem ser objeto de alteração, mediante Termo Aditivo.

14.7 – A ação ou omissão das pessoas credenciadas pela **PETROBRAS** não exime os **PARTÍCIPES** da responsabilidade pelo cumprimento do Plano de Trabalho e demais encargos, necessários ao bom e fiel desenvolvimento do objeto do presente Convênio.

14.8 – Os **PARTÍCIPES** se comprometem a não fazer uso promocional do objeto deste Convênio em favor de candidato, partido político ou coligação.

14.9 - Os tributos de qualquer natureza, porventura devidos em decorrência deste Convênio, incluindo aqueles sobre a contratação junto a terceiros, que sejam necessários à realização do objeto deste Convênio são de exclusiva responsabilidade do contribuinte ou responsável, assim definido na legislação tributária, sem direito a reembolso.

ASSESSORIA JURÍDICA

PETROBRAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Os **PARTÍCIPES** elegem o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, como competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, renunciando expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e combinados, os representantes dos **PARTÍCIPES** firmam, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, o presente Convênio, que segue ainda subscrito por duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 23 de AGOSTO de 2012..

Pela SEA

CARLOS MINC BAUMFELD
Secretário do Ambiente

Pela PETROBRAS

JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN
Gerente Geral da REDUC

Pela FUNDAÇÃO BIO-RIO

ÂNGELO LUIZ MONTEIRO DE BARROS
Vice-presidente.

Gilberto Lima de Freitas
Serviço Geral

TESTEMUNHAS:

Cândido Luiz Queiroz da Silva
CPF 839732577-87

CPF: 428753747/53

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 108 RJ

– Material para reforço de sub-base e tratamento primário de vias (ruas, avenidas, estradas, vicinais, etc.);

- Agregados para construção em geral: material com resistência elevada, classificada em função da granulometria em peneiras, podendo ser utilizado como pedrisco, pedra 1, 2 ou 3 em cascalho, concreto e construção em geral, tais como briquetes para calçadas, contra pisos, passeios, agregados para rip-rap (em canalizações ou contenção de encostas), agregados para a produção de tubos, guias, sarjetas, bocas de lobo etc.;

- Blocos, tijolos e material de argamassa: os finos gerados após moagem e classificação em peneiras, podem ser utilizados para a fabricação de blocos, tijolos ou argamassa (assentamento, revestimento, etc.);

- Aterros: material com granulometria adequada e isento de impurezas inconvenientes (madeira, plástico, papéis, pneus, etc.) para garantia de estabilidade.

A **Canalização da Vala de Drenagem da Avenida Carioca** tem por objetivo fechar a vala de cerca de 130 m que hoje é a céu aberto e por onde escoa esgoto sanitário numa área densamente povoada.

3 – Etapas e fases de execução

3.1 – ATT e RCC

3.1.1 – Serviços de Engenharia

Nesta fase serão realizados:

- Serviços Preliminares:
  Levantamento topográfico plani-altimétrico e cadastral
  Locação de equipe de topografia
  Sondagem a percussão
  Mobilização e desmobilização de equipamento e equipe de sondagem

- Implantação do Canteiro de Obras

3.1.2 – Obras Civis

Nesta fase serão realizados:

- Execução das redes externas – instalações elétricas, hidráulicas, construção de cisterna e castelo d'água
- Instalações de apoio – construção de guarita e demais instalações administrativas
- Área de Transbordo – preparação da área incluindo elevação de nível, rampa de acesso, pátio e muro de arrimo
- Drenagem de águas sub-superficiais
- Drenagem de águas superficiais
- Fechamento da área e execução do cinturão verde – instalação de portões e plantio de mudas
- Pontilhão
- Balança – preparação do fosso e instalação de equipamentos
- Sistema de Controle Ambiental
- Sinalização Vertical

ASSESSORIA JURÍDICA

PETROBRAS

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1 - Objeto

Implantação de Área de Transbordo e Transferência (ATT) de Resíduos Sólidos do Município de São João de Meriti, incluindo a Unidade de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (RCC) e Canalização da Vala de Drenagem da Avenida Carioca.

2 - Metas

A implantação da ATT com a Unidade de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil proporcionará ao município de São João de Meriti um gerenciamento de resíduos mais aderente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A **Área de Transbordo e Transferência** é a área onde se realiza o armazenamento provisório dos resíduos sólidos a serem transferidos para um centro de disposição final. A utilização da ATT propicia uma diminuição das distâncias entre os pontos de coleta e disposição de resíduos sólidos, obtendo-se a redução das despesas com o sistema de coleta, uma vez que há redução do consumo de combustível, minimização de atrasos nos roteiros de coleta, aumento da produtividade da frota de coleta e como conseqüência, a redução do número de veículos e, ainda, aumento da produtividade da guarnição de trabalhadores que atuam na coleta, devido à redução do tempo de retorno do veículo ao local da coleta.

A **Unidade de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil** (RCC), além de proporcionar a correta destinação final deste tipo de resíduo, permite sua manipulação de modo a torná-lo reutilizável para a indústria de construção civil. Esta Unidade é normalmente projetada e instalada estrategicamente próxima aos locais de geração deste tipo de resíduo sólido, para que os veículos de coleta carregados façam a descarga e retornem rapidamente para complementar o roteiro de coleta.

A Unidade de RCC terá capacidade para processar 40,00 t/hora obtendo-se como produtos: argamassa (94%) e rejeito do processo (6%). A concepção do projeto consiste basicamente, nas seguintes etapas:

- Seleção Preliminar: em função da composição e proporção dos componentes (concreto, blocos, vergalhões, tijolos, argamassa, terra);
- Limpeza: retirada de materiais inconvenientes (madeira, metais, louças, etc.);
- Moagem: processo de "reconstituição" da granulometria inicial dos agregados (moinho, britadores);
- Classificação Granulométrica: peneiramento e separação em função do tamanho (diâmetro médio das partículas: finos, pedrisco, pedra 1, 2 e 3).

Os produtos obtidos serão:

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 109
RJ

PETROBRAS

3.1.3 – Equipamentos

Nesta fase serão adquiridos e instalados todos os equipamentos necessários à operação: Alimentador vibratório, Britador de impacto, Bica metálica, Transportador de correia, Transportadores de correia móvel, Peneira rotativa classificadora, Quadro de comando e proteção dos motores, Sistema de contenção de material particulado, Sistema de contenção de ruídos, Retroescavadeira.

3.2 – Canalização da Vala de Drenagem da Avenida Carioca

As etapas são as seguintes:

- Projeto de Canalização do Valão
- Execução de estudo geológico e geotécnico do solo de fundação
- Levantamento das deficiências e patologias da vala existente
- Execução das fundações indiretas a partir do nível dos arruamentos laterais
- Desmontagem e remoção das lajes de travamento e das vigas de coroamento em concreto pré-fabricado
- Demolição do topo das paredes em concreto, sem danificar as armaduras, para executar a laje de cobertura
- Escavação do terreno para execução das vigas longitudinais laterais
- Execução e betonagem das vigas longitudinais
- Colocação da laje pré-fabricada, que sendo elemento resistente, serve também de cofragem
- Colocação das armaduras da laje
- Betonagem da lamina de compressão da laje de cobertura
- Execução de aterros
- Execução da camada de betuminoso

4 - Plano de aplicação do aporte financeiro/cronograma de repasses financeiros e cronograma físico

Vide adendo.

5- Previsão do início e término da execução do objeto e dos prazos de conclusão das etapas programadas

O início da execução do objeto ocorrerá 30 dias após a assinatura do convênio. As etapas e respectivos prazos estão discriminados no adendo.

ASSESSORIA JURÍDICA SEA

PETROBRAS

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PETROBRAS

OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVÍL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DE VALÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI

CAPACIDADE DE USINA: 1.000 Ton./Dia

BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: NOV/2011

	1ª Parcela - 30 dias	2ª Parcela - 90 dias		3ª Parcela - 180 dias			
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL (R$)
1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA							
1.1 SERVIÇOS PRELIMINARES	R$ 63.372,45	R$ 63.372,45					R$ 126.744,90
1.2 CANTEIRO DE OBRAS	R$ 13.373,60	R$ 13.373,60	R$ 1.125,88	R$ 1.125,88	R$ 1.125,88	R$ 1.125,88	R$ 31.250,72
1.3 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R$ 83.916,62	R$ 83.916,62	R$ 83.916,62	R$ 83.916,62	R$ 83.916,62	R$ 83.916,60	R$ 503.499,70
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R$ 160.662,67	R$ 160.662,67	R$ 85.042,50	R$ 85.042,50	R$ 85.042,50	R$ 85.042,48	R$ 661.495,32
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	24,29%	24,29%	12,86%	12,86%	12,86%	12,86%	100,00%
2. OBRAS CIVIS							
2.1 REDES EXTERNAS	R$ 28.425,73	R$ 28.425,73	R$ 28.425,73				R$ 85.277,19
2.2 INSTALAÇÕES DE APOIO			R$ 82.091,33	R$ 82.091,33	R$ 82.091,33	R$ 82.091,32	R$ 328.365,31
2.3 ÁREA DE TRANSBORDO	R$ 469.672,27	R$ 469.672,27	R$ 469.672,27	R$ 469.672,27	R$ 469.672,28		R$ 2.348.361,36
2.4 DRENAGEM DE ÁGUAS SUB-SUPERFICIAIS	R$ 66.026,18	R$ 66.026,18	R$ 66.026,19				R$ 198.078,55
2.5 DRENAGEM DE ÁGUAS SUPERFICIAIS	R$ 26.729,42	R$ 26.729,42	R$ 26.729,42	R$ 26.729,42	R$ 26.729,42	R$ 26.729,41	R$ 160.376,51
2.6 FECHAMENTO DA ÁREA E EXECUÇÃO DO CINTURÃO VERDE						R$ 66.170,24	R$ 66.170,24
2.7 PONTILHÃO	R$ 71.496,12	R$ 71.496,12	R$ 71.496,12				R$ 214.488,36
2.8 BALANÇA				R$ 17.624,47		R$ 70.497,89	R$ 88.122,36
2.9 UNIDADE DE RESIDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	R$ 106.878,87	R$ 106.878,87	R$ 106.878,87	R$ 106.878,87	R$ 106.878,87	R$ 106.878,87	R$ 641.273,22
2.10 SISTEMA DE CONTROLE AMBIENTAL						R$ 2.392,12	R$ 2.392,12
2.11 SINALIZAÇÃO VERTICAL						R$ 5.495,76	R$ 5.495,76
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS	R$ 769.228,59	R$ 769.228,59	R$ 851.319,93	R$ 702.996,36	R$ 685.371,90	R$ 360.255,61	R$ 4.138.400,98
% DE OBRAS CIVIS	18,59%	18,59%	20,57%	16,99%	16,56%	8,71%	100,00%
SUBTOTAL MENSAL	R$ 929.891,26	R$ 929.891,26	R$ 936.362,43	R$ 788.038,86	R$ 770.414,40	R$ 445.298,09	R$ 4.799.896,30
3. CANALIZAÇÃO DO VALÃO							
3.1 PROJETO DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO	R$ 43.901,41						R$ 43.901,41
3.2 ESTUDOS GEOLÓGICO E GEOTÉCNICO DO TERRENO	R$ 14.939,93						R$ 14.939,93
3.3 ESCAVAÇÃO E ESTAQUEAMENTO EM CONCRETO	R$ 95.300,00	R$ 95.300,00					R$ 190.600,00
3.4 VIGAS		R$ 123.700,00	R$ 123.700,00				R$ 247.400,00
3.5 LAJE DE CONCRETO		R$ 135.800,00	R$ 135.800,00	R$ 152.000,00	R$ 149.500,00		R$ 573.100,00
SUBTOTAL DA CANALIZAÇÃO DO VALÃO	R$ 154.141,34	R$ 354.800,00	R$ 259.500,00	R$ 152.000,00	R$ 149.500,00		R$ 1.069.941,34
% DA CANALIZAÇÃO DO VALÃO	14,41%	33,16%	24,25%	14,21%	13,97%		100,00%
SUBTOTAL MENSAL	R$ 154.141,34	R$ 354.800,00	R$ 259.500,00	R$ 152.000,00	R$ 149.500,00	R$ 0,00	R$ 1.069.941,34
TOTAL	R$ 1.084.032,60	R$ 1.284.691,26	R$ 1.195.862,43	R$ 940.038,86	R$ 919.914,40	R$ 445.298,09	R$ 5.869.837,64
MOBILIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL (5%)	57.054,35	67.615,93	62.940,13	49.475,73	48.416,59	23.436,74	R$ 309.938,89
VALOR TOTAL MENSAL	R$ 1.141.086,95	R$ 1.352.306,59	R$ 1.258.802,56	R$ 989.514,59	R$ 968.330,99	R$ 468.734,83	R$ 6.179.776,47
DESEMBOLSO PETROBRAS	R$ 1.141.086,95	3.611.189,15		2.428.088,32			R$ 6.179.776,47
ACUMULADO TOTAL	1.141.086,95	4.752.276,10		6.870.776,47			R$ 6.179.776,47
	18%	61%		100%			100%

ASSESSORIA JURÍDICA

MINISTÉRIO PÚBLICO

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 1

PRIMEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n.º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **Carlos Minc Baumfeld**, Casado, Economista, RG.: 02381459-3, CPF: 694816527-34; a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **Ângelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo introduzir modificações na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA do Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, visando sua utilização até o dia **17.08.2013.**

1.2 - Na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, do Convênio ora aditado, ficam acrescidos **180 (cento e oitenta) dias**, passando o item 4.1 da citada Cláusula a conter a seguinte redação:

"4.1 - O prazo de vigência deste convênio é de **360 (trezentos e sessenta) dias**, compreendendo o período de 23 de agosto de 2012 a 17 de agosto de 2013."

ASSESSORIA JURÍDICA SEA

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 1

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 14 de janeiro de 2013

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Carlos Minc Baumfeld
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Ângelo Luiz Monteiro de Barros
Vice-presidente

Gilberto Lima de Freitas
Secretário Geral

TESTEMUNHAS:

Cândido Luis Queiroz da Silva
CPF (MF): 839.732.577-87

Márcio Daniel da Costa
CPF (MF): 016.338.667-69

ASSESSORIA JURÍDICA ASJUR SEA

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 2

SEGUNDO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n..º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **Carlos Minc Baumfeld**, Casado, Economista, RG.: 02381459-3, CPF: 694816527-34; a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **Ângelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo introduzir modificações na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA e no ANEXO I – PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO do Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, visando sua utilização até o dia **15.12.2013.**

1.2 - Na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, do Convênio ora aditado, ficam acrescidos **120 (cento e vinte) dias**, passando o item 4.1 da citada Cláusula a conter a seguinte redação:

"**4.1** - O prazo de vigência deste convênio é de **480 (quatrocentos e oitenta) dias**, compreendendo o período de 23 de agosto de 2012 a 15 de dezembro de 2013.

1.3 - No PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE DESMBOLSO – ANEXO Nº 1, do Contrato ora aditado, o adendo do item 4 – Plano de aplicação do aporte financeiro/cronograma de repasses financeiros e cronograma físico, passa a denominar-se "Plano de Trabalho REVISÃO A", conforme anexo.

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 112
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 2

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 16 de agosto de 2013

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Carlos Minc Baumfeld
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Ângelo Luiz Monteiro de Barros
Vice-presidente

TESTEMUNHAS:

Guilherme Paradela Gomez Mota
CPF (MF): 075.768.727-05

Márcio Daniel da Costa
CPF (MF): 016.338.667-69

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização da titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONTRATO REDUC N° 1050.0077961.12.4

ADITIVO N° 2

PLANO DE TRABALHO
"REVISÃO A"

OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVÍL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI

CAPACIDADE DE USINA: 1.000 Ton./Dia

BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: NOV/2011

	1ª Parcela				2ª Parcela				3ª Parcela				
	MÊS 1 (OUT./12)	PARALIZAÇÃO (NOV./12 À MAR./13)	MÊS 7 (ABR./13)	MÊS 8 (MAI./13 DIA 1 À 10)	MÊS 8 (MAI./13 - DIA 11 À 31)	MÊS 9 (JUN./13)	MÊS 10 (JUL./13)	MÊS 11 (AGO./13)	MÊS 12 (SET./13)	MÊS 13 (OUT./13)	MÊS 14 (NOV./13)	MÊS 15 (DEZ./13)	TOTAL (R$)
1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA													
1.1 SERVIÇOS PRELIMINARES	R$ 63.372,45		R$ 63.372,45										R$ 126.744,90
1.2 CANTEIRO DE OBRAS	R$ 13.373,60		R$ 13.373,60		R$ 4.504,52								R$ 31.250,72
1.3 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R$ 83.916,62		R$ 83.916,62		R$ 67.133,29	R$ 67.133,29	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 503.499,70
SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R$ 160.662,67		R$ 160.662,67	R$ 0,00	R$ 71.637,81	R$ 67.133,29	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 33.566,65	R$ 661.495,32
% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	24,29%		24,29%	0,00%	10,83%	10,15%	5,07%	5,07%	5,07%	5,07%	5,07%	5,07%	100,00%
2. OBRAS CIVIS													
2.1 REDES EXTERNAS							R$ 25.751,02	R$ 38.157,89	21368,28				R$ 85.277,19
2.2 INSTALAÇÕES DE APOIO							R$ 97.081,91	R$ 77.094,47	R$ 154.188,93				R$ 328.365,31
2.3 ÁREA DE TRANSBORDO	R$ 89.734,57			R$ 138.772,50	R$ 683.719,45		R$ 261.370,54	R$ 390.652,65	R$ 392.055,83	R$ 392.055,83			R$ 2.348.361,36
2.4 DRENAGEM DE ÁGUAS SUB-SUPERFICIAIS				R$ 41.227,50	R$ 99.039,28	R$ 57.811,77							R$ 198.078,55
2.5 DRENAGEM DE ÁGUAS SUPERFICIAIS								R$ 53.458,84	R$ 35.639,23	R$ 35.639,23	R$ 35.639,23		R$ 160.376,52
2.6 FECHAMENTO DA ÁREA E EXECUÇÃO DO CINTURÃO VERDE					R$ 33.085,12						R$ 16.542,56	R$ 16.542,56	R$ 66.170,24
2.7 PONTILHÃO						R$ 214.488,36							R$ 214.488,36
2.8 BALANÇA			R$ 65.000,00					R$ 23.122,36					R$ 88.122,36
2.9 UNIDADE DE RESIDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL			R$ 350.000,00				R$ 17.559,95		R$ 136.856,64	R$ 136.856,64			R$ 641.273,22
2.10 SISTEMA DE CONTROLE AMBIENTAL											R$ 2.392,12		R$ 2.392,12
2.11 SINALIZAÇÃO VERTICAL											R$ 5.495,76		R$ 5.495,76
SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS	R$ 89.734,57		R$ 415.000,00	R$ 180.000,00	R$ 815.843,85	R$ 272.300,13	R$ 401.763,42	R$ 582.486,21	R$ 740.108,90	R$ 564.551,69	R$ 60.069,67	R$ 16.542,56	R$ 4.138.400,99
% DE OBRAS CIVIS	2,17%		10,03%	4,35%	19,71%	6,58%	9,71%	14,08%	17,88%	13,64%	1,45%	0,40%	100,00%
3. CANALIZAÇÃO DO VALÃO													R$ 0,00
3.1 PROJETO DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO	R$ 9.075,86		R$ 23.225,56		R$ 11.599,99								R$ 43.901,41
3.2 ESTUDOS GEOLOGICO E GEOTECNICO DO TERRENO	R$ 3.658,91		R$ 11.281,02										R$ 14.939,93
3.3 ESCAVAÇÃO E ESTAQUEAMENTO EM CONCRETO								R$ 190.600,00					R$ 190.600,00
3.4 VIGAS									R$ 123.700,00	R$ 123.700,00			R$ 247.400,00
3.5 LAJE DE CONCRETO									R$ 286.550,00	R$ 286.550,00			R$ 573.100,00
SUBTOTAL DA CANALIZAÇÃO DO VALÃO	R$ 12.734,77		R$ 34.506,58	R$ 0,00	R$ 11.599,99	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 190.600,00	R$ 410.250,00	R$ 410.250,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.069.941,34
% DA CANALIZAÇÃO DO VALÃO	1,19%		3,23%	0,00%	1,08%	0,00%	0,00%	17,81%	38,34%	38,34%	0,00%	0,00%	100,00%
SUBTOTAL MENSAL	R$ 263.132,01		R$ 610.169,25	R$ 180.000,00	R$ 899.081,65	R$ 339.433,42	R$ 435.330,07	R$ 806.652,86	R$ 1.183.925,54	R$ 1.008.368,33	R$ 93.636,31	R$ 50.109,21	R$ 5.869.837,65
TOTAL	R$ 263.132,01		R$ 610.169,25	R$ 180.000,00	R$ 899.081,65	R$ 339.433,42	R$ 435.330,07	R$ 806.652,86	R$ 1.183.925,54	R$ 1.008.368,33	R$ 93.636,31	R$ 50.109,21	R$ 5.869.837,65
FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL (5%) (5,2%)	13.849,05		32.114,17	9.473,68	47.320,09	17.864,92	22.912,11	42.455,41	62.311,97	53.072,02	4.928,23	2.637,33	R$ 308.938,88
VALOR TOTAL MENSAL	R$ 276.981,06		R$ 642.283,42	R$ 189.473,68	R$ 946.401,74	R$ 357.298,34	R$ 458.242,18	R$ 849.108,27	R$ 1.246.237,51	R$ 1.061.440,35	R$ 98.564,54	R$ 52.746,54	R$ 6.178.776,53
DESEMBOLSO PETROBRAS	R$ 1.141.086,95				R$ 2.611.309,15				2.426.580,37				R$ 6.178.776,47
ACUMULADO TOTAL	276.981,06	276.981,06	919.264,48	1.108.738,16	2.055.139,90	2.412.438,24	2.870.680,41	3.719.788,68	4.966.026,19	6.027.466,53	6.126.030,93	6.178.776,47	R$ 6.178.776,47
	4%	4%	15%	18%	33%	39%	46%	60%	80%	98%	99%	100%	100%

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 113
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 3

TERCEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE DE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n..º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **Carlos Minc Baumfeld**, Casado, Economista, RG.: 02381459-3, CPF: 694816527-34; a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN**, Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **Ângelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo, introduzir modificações no ESCOPO, na CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO, na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA e no ANEXO I – PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO do Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, visando sua utilização até o dia **31.03.2014.**

1.1.1- No escopo do Convênio ora aditado ficam excluidas do objeto convenial **as obras de canalização da Avenida Carioca no entorno do município de São João de Meriti, com o correspondente remanejamento de tal verba, tanto por tanto, para o projeto da Área de Transbordo (ATT) de Resíduos Sólidos e da Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil**, passando o mesmo a conter a seguinte redação:

"CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SUA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ; E A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, COM A PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO BIO-RIO PARA IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL"

1.1.2- No item 1.1 da Cláusula Primeira – Objeto, do Convênio ora aditado, excluidos os serviços de **OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI**, passando o mesmo a conter a seguinte redação:

"1.1- O presente Convênio tem por objeto estabelecer a cooperação entre os partícipes, para a execução de **OBRAS E IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVÍL**, mediante recursos repassados pela **PETROBRAS** à **FUNDAÇÃO**, que executará as obras e serviços sob a supervisão, fiscalização e coordenação da **SEA**.

ASSESSORIA JURÍDICA ASJUR

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização da titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 3

1.1.3 - Na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, do Convênio ora aditado, ficam acrescidos **106 (cento e seis) dias**, passando o item 4.1 da citada Cláusula a conter a seguinte redação:

"**4.1** - O prazo de vigência deste convênio é de **586 (quinhentos e oitenta e seis) dias**, compreendendo o período de 23 de agosto de 2012 a 31 de março de 2014.

1.1.4 - No PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – ANEXO Nº 1 (REVISÃO A), do Contrato ora aditado, o adendo do item 4 – Plano de aplicação do aporte financeiro/cronograma de repasses financeiros e cronograma físico, passa a denominar-se "Plano de Trabalho REVISÃO B", conforme anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 13 de novembro de 2013

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Carlos Minc Baumfeld
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Ângelo Luiz Monteiro de Barros
Vice-presidente

TESTEMUNHAS:

Fernando da Silveira Bulcão Rinaldi
CPF (MF): 721.699.077-34

Márcio Daniel da Costa
CPF (MF): 016.338.667-69

ASSESSORIA JURÍDICA ASJUR SEA

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização da titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através de qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PLANO DE TRABALHO

Convênio Nº 1050.0077961.12.4 **Aditivo Nº3 Ver.B**

OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI

CAPACIDADE DE USINA: 1.000 Ton/dia

BASE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS: NOV/2015

ITEM	DESCRIÇÃO	1ª PARCELA							2ª PARCELA							3ª PARCELA						
		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	TOTAL DO CONVÊNIO (R$)
1	SERVIÇOS DE ENGENHARIA																					843.650,00
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	69.377,45		69.377,45			69.377,45	69.377,45														38.849,28
1.2	CANTEIRO DE OBRAS	19.377,90		19.377,90	1.297,45		1.297,45	1.297,45	2.577,45													1.845.785,33
1.3	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	49.999,65		49.999,65		37.654,45	37.654,45	37.654,45	75.308,90													1.002.358,95
	SUBTOTAL DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	168.662,81		168.662,81	1.297,45	37.654,45	38.951,90	38.951,90	77.886,35							104.507,38	104.507,38	104.507,38	104.507,38	104.507,38	104.507,38	1.882.358,95
	% DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	10,26%		10,26%	0,11%	3,13%	3,24%	3,24%	6,48%							8,70%	8,70%	8,70%	8,70%	8,70%	8,70%	6,48%
2	OBRAS CIVIS																					188.016,17
2.1	REDES EXTERNAS																					90.073,85
2.2	INSTALAÇÕES DA APOIO	69.338,07																				2.251.881,39
2.3	ÁREA DE TRANSBORDO				196.777,50		196.777,50	196.777,50	393.555,00													109.555,50
2.4	DRENAGEM DE ÁGUAS NÃO ESPECÍFICAS				81.207,50	31.870,97	113.078,47	113.078,47	226.156,94													165.419,71
2.5	DRENAGEM DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS																					53.663,57
2.6	FECHAMENTO DA ÁREA E EXECUÇÃO DO CANTEIRO VERDE																					35.799,53
2.7	PONTILHÃO																					122.948,24
2.8	BALANÇA																					1.879.836,61
2.9	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE																					4.697.197,33
	SUBTOTAL DE OBRAS CIVIS	69.338,07		69.338,07	277.985,00	31.870,97	309.855,97	309.855,97	619.711,94							313.507,63	313.507,63	313.507,63	313.507,63	313.507,63	313.507,63	11.294.090,95
	% DE OBRAS CIVIS	4,11%		4,11%	0,16%	0,02%	0,18%	0,18%	0,37%							18,78%	18,78%	18,78%	18,78%	18,78%	18,78%	6,00%
3																						2.332,86
3.10	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL																					800.000,00
	% DE CONTROLE AMBIENTAL																					0,00%
7.11	SINALIZAÇÃO VIÁRIA																					6.371,64
	% DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA																					0,00%
	SUBTOTAL PARCELA 1	237.999,94		237.999,94	279.282,45	69.525,42	348.807,87	348.807,87	697.615,74							418.015,02	418.015,02	418.015,02	418.015,02	418.015,02	418.015,02	14.178.756,47
4	CANALIZAÇÃO DO VALÃO CARIOCA																					85.28.544,82
4.2	PROJETO DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA CARIOCA	8.023,80			28.225,74			7.643,74														82.17.394,92
4.2	ESTUDOS GEOLÓGICOS DO SUBSOLO	8.037,00			9.117,61																	0,00
4.3	VIGAS																					85.0,00
4.4	VIGAS DE TRAVAMENTO																					0,00
4.5	LAJE DE CONCRETO																					84.0,00
4.6	CAMARA DE CONTENÇÃO - REFORÇO DA LAJE	37.778,32			38.824,60	0,00	0,00	7.643,74	0,00	0,00						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.05.294,92
	SUBTOTAL DA CANALIZAÇÃO DO VALÃO	53,81%			36,59%	0,00%	0,00%	6,66%	0,00%	0,00%						0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	% DA CANALIZAÇÃO DO VALÃO																					
	SUBTOTAL MENSAL	70.239,81			68.049,55	38.744,40	49.308,74	49.308,74	98.617,48							418.015,02	418.015,02	418.015,02	418.015,02	418.015,02	418.015,02	14.178.756,47
		14,93%			14,93%	3,69%	4,73%	4,73%	9,46%							18,83%	18,83%	18,83%	18,83%	18,83%	18,83%	100,00%
	ACUMULADO TOTAL	308.239,75			376.289,30	415.033,70	464.342,44	513.651,18	612.268,66							1.030.283,68	1.448.298,70	1.866.313,72	2.284.328,74	2.702.343,76	3.120.358,78	
		2,17%			2,65%	2,92%	3,27%	3,62%	4,31%							7,26%	10,21%	13,16%	16,11%	19,06%	22,00%	
	FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELAÇÕES PÚBLICAS E EQUIPE DE CAMPO	24.833,17			17.070,19	6.548,20	7.697,80	15.354,74	3.068,94	37.642,20						33.580,37	33.580,37	33.580,37	33.580,37	33.580,37	33.580,37	839.509,43
		8,05%			6,05%	5,65%	5,65%	11,30%	2,26%	27,70%						8,03%	8,03%	8,03%	8,03%	8,03%	8,03%	5,92%
	VALOR TOTAL MENSAL	283.363,71			251.219,36	32.196,20	41.611,04	34.304,00	95.548,54	40.710,40						384.435,31	384.435,31	384.435,31	384.435,31	384.435,31	384.435,31	13.339.247,04
		4,07%			3,60%	0,46%	0,60%	0,49%	1,37%	0,58%						5,51%	5,51%	5,51%	5,51%	5,51%	5,51%	94,08%
	GESTÃO DO EMPREENDIMENTO	5.591.065,33								3.821.130,33										2.654.560,37		8.174.776,47
		11,37%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	45,00%						0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

OBRA PARALISADA

OBRA PARALISADA

ASSESSORIA JURÍDICA ASJUR SEA

FISCALIZAÇÃO 114

1192	172836	LEANDRO ALMEIDA DE OLIVEIRA	42,00	18,00	7,00	18,00	8,00	87,00
1208	154146	LIVIA SOUSA DIAS	49,00	18,00	9,00	18,00	7,00	87,00
1209	169976	POLYANNA BANELLI FERNANDES NEP	49,00	18,00	9,00	18,00	7,00	87,00
1210	174086	GLORIA MARIA MARTINS BERNARDEZ	49,00	18,00	9,00	18,00	7,00	87,00
1211	161471	MARCIA CRISTINA COSTA E DA SILVA	49,00	18,00	9,00	18,00	7,00	87,00
1212	161395	BUELLEN TEREZINA NASCIMENTO	43,00	18,00	9,00	14,00	9,00	87,00
1214	156892	NATHALIA OLIVEIRA DE ENISA	43,00	18,00	9,00	14,00	9,00	87,00
1215	161897	NAYSA RAMOS DA SILVA	49,00	18,00	8,00	16,00	8,00	87,00
1225	173967	RAFAEL CAVALCANTE DE SILVA	49,00	18,00	8,00	16,00	8,00	87,00
1226	161286	FRACY PONTES TAVARES	39,00	12,00	9,00	19,00	8,00	87,00
1242	163032	THIAS PEREIRA BARROS	39,00	12,00	9,00	19,00	10,00	87,00
1243	169535	DOMINICI MENDES THOMAZ	39,00	12,00	8,00	19,00	10,00	87,00
1247	171187	GABRIEL VIANA DA SILVA	44,00	18,00	8,00	15,00	8,00	87,00
1248	164729	FELIPPE ALVES DA SILVA BARROS	44,00	18,00	8,00	15,00	8,00	88,00
1256	169859	FRANCISCO HUMBERTO ALADE DE OLIVEIRA	42,00	18,00	10,00	12,00	8,00	88,00
1267	159039	CINTHIA PIO VALE	42,00	18,00	10,00	12,00	8,00	88,00
1268	169813	EDUARDO CASTOR CASTADO	43,00	18,00	10,00	12,00	8,00	88,00
1281	167764	MAURO JULIO DE SAMPAIO C. FILHO	43,00	18,00	10,00	11,00	9,00	88,00
1282	167441	BRUNO DA SILVA COUTO	43,00	18,00	10,00	11,00	9,00	88,00
1291	161686	MAURICIO MARTINS ADUM MOGUERA	40,00	18,00	8,00	14,00	8,00	88,00
1292	169021	ELIZABETH PINTO LOPINHEIRO	40,00	18,00	8,00	14,00	8,00	88,00
1313	166381	CARLOS FELIPPE DA COSTA FERNANDES	40,00	18,00	11,00	11,00	8,00	88,00
1314	166769	LUCIANA GONCALVES DOS SANTOS SILVA	39,00	18,00	11,00	12,00	8,00	88,00
1317	169978	ELIEL GONCALVES BRUM	40,00	18,00	11,00	12,00	8,00	89,00
1318	172139	RUDY DO REGO SILVA PEREIRA	40,00	18,00	11,00	12,00	8,00	89,00
1319	166410	THALES HENRIQUE DUARTE PONNEBAT	40,00	18,00	8,00	16,00	7,00	89,00
1328	171829	JEREMIA GIRON	40,00	12,00	10,00	19,00	7,00	89,00
1333	161315	PATRICIA BERTO DOS SANTOS	40,00	12,00	10,00	18,00	8,00	88,00
1336	166737	FERNANDA MARIA GOMES VILLA VERDE	39,00	16,00	12,00	14,00	9,00	90,00
1338	171385	VIVIAN COSTA DIAS	39,00	18,00	12,00	16,00	7,00	90,00
1339	170659	NATHALIA BORGES ROSA	39,00	16,00	8,00	15,00	9,00	87,00
1340	169834	BRUNO TOMAZ FERREIRA MARTINS	38,00	14,00	8,00	16,00	9,00	88,00
1341	171210	ABRAD ANTONIO PRADO MANSUR	38,00	16,00	8,00	16,00	9,00	88,00
1342	167278	ANGELICA CORREA	38,00	16,00	8,00	16,00	8,00	88,00
1343	171316	PRISCILA SCHWARTSMAN L. DE OLIVEIRA	38,00	16,00	8,00	17,00	8,00	89,00
1348	166490	ALEXANDRO DE BARROS AMORIM	38,00	16,00	8,00	17,00	8,00	89,00
1349	160490	ALESSANDRO DA SILVA LOBOA	38,00	16,00	8,00	16,00	8,00	88,00
1352	166662	THIAGO DOS SANTOS BRAZ DA CRUZ	38,00	16,00	8,00	16,00	8,00	88,00
1353	163095	DIOGO CUNHA SALGADO DE ALMEIDA	38,00	12,00	8,00	18,00	8,00	88,00
1354	169870	LUAN DUARTE LIMA	38,00	12,00	8,00	18,00	8,00	88,00
			38,00	12,00	8,00	18,00	8,00	88,00

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO

EDITAL

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - UENF, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 003/2001 do Conselho Universitário, juntamente com a Comissão Organizadora do Concurso Público do CCH, TORNA PÚBLICO a banca examinadora de Concurso Público em epígrafe para provimento de vagas de Professor Associado, com base em Edital publicado no D.O. de 03/07/2013. Processo nº E-30/2006/1934/2013.

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
DATAS: 18 e 19/12/2013

LAB.	ÁREA DE CONHECIMENTO	BANCA EXAMINADORA
LGPP	Teoria Geral da Administração	Membros Titulares: Sérgio de Azevedo - (Presidente) - UENF Mário Luiz Bastos - UNIGRANRIO Everton Luiz Pellizzaro do Lorenzi Cancellier - UDESC Membros Suplentes: José Glauco Ribeiro Tostes - UENF Yolanda Lima Lobo - UENF Marcos Antonio Perfeito - UENF

Id: 1000016. A tratar por separado

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
CENTRO VOCACIONALTECNOLÓGICO ITABORAÍ

EDITAL

O COORDENADOR DO CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO ITABORAÍ nos termos da Portaria PR/REITO/ Nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29 de abril de 2004, torna público o resultado nominal dos alunos que ingressam o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - ANO: 2013
JONAS ALVES SOARES
SAULO DE OLIVEIRA LEAL

Id: 1000272. A tratar por separado

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
ASSESSORIA ESPECIAL

EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO da FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, no uso de suas atribuições legais, torna público que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2013, cujo objeto é a contratação de empresa especializada, devidamente regularizada e autorizada pelos fabricantes, para prestação de serviços de gerenciamento preditivo e corretivo para PLATAFORMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC, METROPOLITANA, sob a gerência da FAETEC, com abertura inicialmente marcada para 21/11/2013 às 10h, FICA ADIADO para 03/12/2013 às 11h, com início para inscrição de propostas também adiada para 29/11/2013, às 10h, em virtude da necessidade de retificação do edital, com fundamento no processo administrativo nº E-26/005/615/2013.
As modificações no todo do edital e demais informações estão disponíveis nos endereços eletrônicos www.faetec.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br Mais informações pelos telefones (21) 2332-4138.

Id: 1000268. A tratar por separado

Secretaria de Estado de Habitação

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE: 18/11/2013
PÁGINA 69 - 3ª COLUNA

AVISO

Concorrência nº 11/2013

Onde se lê:... A visita técnica ao local da obra será realizada no dia 28/01/2014, das 11h às 12h.

Leia-se:...A visita técnica ao local da obra será realizada no dia 06/01/2014, das 11h às 12h.

Id: 1000017. A tratar por separado

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE RESTRUTURAÇÃO CONTRATUAL

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2013.
OBJETO: Prestação do serviços de limpeza, conservação, dedetização, higienização dos reservatórios de água dos prédios administrativos da RioTrilhos.
VALOR: R$ 888.800,00 (oitocentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais).
PREVISÃO DE RECURSOS: VDO nº 7-0053/13.
NATUREZA DA DESPESA: Manutenção de Atividades Operacionais Administrativas. 31.23.12.122.0052.2016.
PRAZO: 12 (doze) meses a contar da sua publicação no DOERJ.
FUNDAMENTO: Lei Federal 8.666/1993.
PROCESSO Nº E-18/000/2190/2013.

Id: 1000006. A tratar por separado

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO
CONCORRÊNCIA CONJUNTA
RIOTRILHOSCENTRAL Nº 001/2013

A COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA, objetivando a contratação de sociedade de advogados, para prestação de serviços técnicos de advocacia para a patrocínio, bem assim/validade, de processos judiciais, de natureza Cível (lote 1 - volumoso ao de natureza trabalhista) e Trabalhista (lote 2), de acordo com o lote escolhido pelo licitante sobre as seguintes alterações, tendo o PROCESSO Nº E-18/400.473/2012.

ERRATA

Onde se lê: Item 3.3: O número de ações judiciais a serem transferidas para o (s) ESCRITÓRIO (S) DE ADVOCACIA é de 754 (setecentos e cinquenta e quatro) ações cíveis e de 2.145 (duas mil cento e quarenta e cinco) ações trabalhistas, podendo este quantitativo variar de acordo com o ajuizamento de novas ações e com a extinção dos processos em andamento.
Leia-se: Item 3.3: O número de ações judiciais a serem transferidas para o (s) ESCRITÓRIO (S) DE ADVOCACIA é de 842 (oitocentos e quarenta e dois) ações cíveis e trabalhista, e de 5.000 (cinco mil e cinquenta) ações trabalhistas, podendo este quantitativo variar de acordo com o ajuizamento de novas ações e com a extinção dos processos em andamento.
Onde se lê: Item 5.1: O valor global estimado para o contrato decorrente desta licitação pelo prazo acima assinalado, com base no mês de setembro, do ano de 2013, é de:
Lote 01 - Cível: R$ 636.674,40 (seiscentos e trinta e seis mil setenta e quatro reais e quarenta centavos).
Lote 02 - Trabalhista: R$ 2.857.605,36 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil seiscentos e cinco reais e trinta e seis centavos).
Leia-se: Item 5.1 - O valor global estimado para o contrato decorrente desta licitação pelo prazo acima assinalado, com base no mês de setembro, do ano de 2013, é de:
Lote 01 - Cível: R$ 711.154,80 (setecentos e onze mil cento e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).
Lote 02 - Trabalhista: R$ 3.016.379,04 (três milhões, oitocentos e quinze mil trezentos e setenta e nove reais).

Fica aberto o prazo para apresentação de propostas a contar da data posterior à presente publicação até o dia 06 de janeiro de 2014, às 10 horas, quando será realizada a sessão para entrega das envelopes.

Id: 1000010. A tratar por separado

Secretaria de Estado do Ambiente

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Convênio REDUC nº 1/50.007/001.13.4. PARTES: O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, e [illegible]

Prazo de Trabalho e Cronograma de Desembolso do Convênio citado, visando sua utilização até o dia 31.09.2014. VIGÊNCIA: A vigência do Convênio ora citado, fica acrescida por 155 (cento e seis) dias passando o item 4.1 do Cláusula citada a contar a seguinte redação: O prazo de vigência deste convênio passa a ser de 365 (quatrocentos e oitenta e seis) dias, compreendendo o período de 23 agosto de 2012 a 31 de março de 2014. DATA DA ASSINATURA: 13/11/2013. FUNDAMENTO LEGAL: Proc. nº E-07/002.277/2012.

Id: 1000002

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 7/2013 - Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 39/2011-INEA, assinado em 05/09/2011. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e o CONSÓRCIO NOSS DA BARAÚNA II. OBJETO: Prorrogação dos prazos de execução e vigência do Contrato nº 39/2011-INEA, em 06 (seis) meses passando o término de sua vigência de 23/11/2013 para 23/04/2014 e o término de sua execução de 21/09/2013 para 21/03/2014. DATA DA ASSINATURA: 24/10/2013. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/809.629/2010, conforme autorização exarada no mesmo.

Id: 1001408, Valor: R$ 100,00

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 7/2013 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 76/2012 - INEA, assinado em 01/11/2012. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e CONSÓRCIO FCE-SONDOTÉCNICA. OBJETO: Prorrogar o prazo de execução e vigência do Contrato nº 76/2012 - INEA em 12 (doze) meses, conforme Cláusula Sétima. DATA DA ASSINATURA: 30/10/2013. PROCESSO Nº E-07/511.041/2011, conforme autorização exarada no mesmo.

Id: 1000002, Valor: R$ 100,00

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA torna público que em atendimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o Edital de Concorrência Nacional CN nº 31/2013 para "ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSECUÇÃO DE PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", estabelecido na rodovia sine-ela, da comparecer para o dia 29/11/2013, às 10h, na Avenida Venezuela, nº 110 - 4º andar - sala 403 - Saúde - Rio de Janeiro.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA torna públicos que em atendimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o Edital de Concorrência Nacional CN nº 30/2013 para "ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTENÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO PIABANHA E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO NA AV. ALBERTO TORRES DO Nº 35 AO Nº 3804 DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO", sofreu alterações. A Errata 01 encontra-se disponível no site do INEA www.inea.rj.gov.br, podendo alternativamente ser adquirida uma via impressa na Avenida Venezuela, nº 110, 4º andar, sala 403, Saúde, Rio de Janeiro/RJ.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA torna público que em atendimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o Edital de Concorrência Nacional CN nº 29/2013 para "ESTUDOS E PROJETOS BÁSICOS PARA RECUPERAÇÃO DA BARRAGEM DE JUTURNAIBA - 2ª", sofreu alterações. A Errata 02 encontra-se disponível no site do INEA www.inea.rj.gov.br, podendo alternativamente ser adquirida uma via impressa na Avenida Venezuela, nº 110, 4º andar, sala 403, Saúde, Rio de Janeiro/RJ. A data para entrega das propostas anteriormente edada sine-die, fica acertada para o dia 07/01/2014, às 11h na Avenida Venezuela, nº 110 - 4º andar - sala 403 - Saúde - Rio de Janeiro.

Id: 1000011. A tratar por separado

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO
CONCORRÊNCIA NACIONAL CN Nº 28/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA torna público que o edital para entrega das propostas referente ao Edital de Concorrência Nacional CN Nº 28/2013, para "COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE INTERVENÇÃO ESTRUTURAIS DO PROJETO DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES, URBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS IRAJÁ, BOTAS E SARAPUÍ - PROJETO IGUAÇÃO - PAC I E PAC II - 1ª REVISÃO - 1ª ETAPA", anteriormente marcada para o dia 21/11/2013, fica remarcada para o dia 29/11/2013, às 11h, na Avenida Venezuela, nº 110, 4º andar, sala 403, Saúde, Rio de

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 115
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO N° 4

QUARTO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n.º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **Antônio Pedro de Siqueira Indio da Costa**, Casado, Advogado, RG.: 08184358-3, CPF: 004.058.197-73; a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **Ângelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente aditivo introduzir modificações na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA do Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, visando sua utilização até o dia **27.09.2014.**

1.2 - Na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, do Convênio ora aditado, ficam acrescidos **180 (cento e oitenta) dias**, passando o item 4.1 da citada Cláusula a conter a seguinte redação:

"**4.1** - O prazo de vigência deste convênio é de **766 (setecentos e sessenta e seis) dias**, compreendendo o período de 23 de agosto de 2012 a 27 de setembro de 2014.

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização da titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 4

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 31 de março de 2014

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Antônio Pedro de Siqueira Índio da Costa
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Ângelo Luiz Monteiro de Barros
Vice-presidente

TESTEMUNHAS:

Silvio Alberto Thorlay
CPF (MF): 801.742.058-72

Márcio Daniel da Costa
CPF (MF): 016.338.667-69

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização da titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 116
RJ

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 5

QUINTO ADITIVO AO CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4 QUE TEM POR FINALIDADE IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO (ATT) DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA USINA DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO VALÃO DA AVENIDA CARIOCA NO ENTORNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, ASSINADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA/RJ, A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E A FUNDAÇÃO BIO-RIO.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada simplesmente **SEA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 42.498.709/0001-09, com sede à Av. Venezuela, n.º 110, 5º andar, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, **Carlos Francisco Portinho**, Casado, Advogado, Identidade: 91945 OAB/RJ, CPF: 025.229.117-40; a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** doravante denominada **PETROBRAS**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede à Avenida República do Chile, n.º 65, nesta cidade, neste ato representada pelo Gerente Geral da Refinaria Duque de Caxias – REDUC, **JOSÉ MANUEL VILLAR GULIN,** Engenheiro Mecânico, RG nº 4568637, expedida em 01/01/1996 – SSSP – SP, CPF nº 018.459.438 -30 e a **FUNDAÇÃO BIO-RIO**, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, entidade de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 31.165.384/0001-26, com sede à Av. Carlos Chagas Filho, n.º 791, Ilha do Fundão, nesta cidade, neste ato representada por seu Vice-presidente **Ângelo Luiz Monteiro de Barros**, identidade n.º 43008-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF sob o nº 272.637.547-20, têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, na forma abaixo:

CONSIDERANDO:

- Que as partes irão revisar o Plano de Trabalho oportunamente.

têm entre si ajustado, aditar o Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, o que fazem mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1- Tem por objeto o presente aditivo introduzir modificações na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA do Convênio REDUC nº 1050.0077961.12.4, visando sua utilização até o dia **26.03.2015.**

1.2- Na CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, do Convênio ora aditado, ficam acrescidos **180 (cento e oitenta) dias**, passando o item 4.1 da citada Cláusula a conter a seguinte redação:

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização do titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

ASSESSORIA JURÍDICA
SEA

PETROBRAS

CONVÊNIO REDUC Nº 1050.0077961.12.4
ADITIVO Nº 5

"**4.1**- O prazo de vigência deste convênio é de **946 (novecentos e quarenta e seis) dias**, compreendendo o período de 23 de agosto de 2012 a 26 de março de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1 - Os partícipes ratificam, expressamente, as demais Cláusulas e Condições do Convênio, ora aditado, não alteradas pelo presente Aditivo.

E, por estarem, assim, justas e combinadas, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Duque de Caxias, 26 de setembro de 2014.

SEA/RJ - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Carlos Francisco Portinho
Secretário

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
José Manuel Villar Gulin
Gerente Geral da REDUC

FUNDAÇÃO BIO-RIO
Ângelo Luiz Monteiro de Barros
Vice-presidente

TESTEMUNHAS:

Silvio Alberto Thorlay
CPF (MF): 801.742.058-72

Márcio Daniel da Costa
CPF (MF): 016.338.667-69

ASSESSORIA JURÍDICA ASJUR SEA

O presente material é titularizado com exclusividade pela PETROBRAS e qualquer reprodução, utilização ou divulgação, sem expressa autorização da titular, importa em ato ilícito, nos termos da legislação pertinente, através da qual serão imputadas as responsabilidades cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
117

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 21 de outubro de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 21 / 10 /2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 21 / 10 / 21. 7787

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 118
RJ

Ref.: Procedimento Administrativo n. 177/2019 (MPRJ n. 2019.00978799)

PROMOÇÃO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga"

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Oficie-se às Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania da Capital**, cópia dos ofícios de fls. 72/73 e 75/101, para ciência e eventuais medidas no que tange à análise da legalidade da celebração e execução dos convênios Reduc nº 1050.0077961.12.4 e nº 1050.0077962.12.4, firmados entre ERJ, Petrobras e Fundação Bio Rio. Ressalte-se no ofício que o motivo do encaminhamento de cópias que ora que se promove é a defesa do patrimônio público, diante da notícia de diversas ações judiciais envolvendo a Fundação Bio Rio, como por exemplo: (i) Ação Destituição de Cargos da Diretoria (Processo nº 0072883-44.2017.8.19.0001) proposta pela Promotoria de Fundações em face da Fundação Bio-Rio; (ii) Ação de Improbidade Administrativa ajuizada pela 1ª PJTC Itaboraí (Processo nº 0018050-68.2021.8.19.0023) por ilegalidade no Termo de Cooperação Técnica 01/13 e seus aditivos firmados pela Fundação Bio-Rio com o Município de Itaboraí; (iii) Ação de Cobrança Processo nº 0286071-57.2016.8.19.0001 que tramita perante a 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital que visa apurar a quem e quanto é devido, de parte a parte, pela Fundação, Petrobras e/ou ERJ/INEA em razão dos convênios firmados entre eles para execução de obras relativas às condicionantes 32 e 34 da licença de instalação da UPB (Unidade Petroquímica Básica do COMPERJ);

2- **Oficie-se à SEAS/INEA** solicitando informar o andamento do processo de sindicância para apurar os fatos relatos no Processo Administrativo E-07/026/295/2019;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 21 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.10.21 13:54:12 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 2265/2021 *Itaboraí*, 21 de outubro de 2021.

Ref.: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** *(Favor mencionar na resposta)*

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a estesubscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar em CD eletrônico, **no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC**, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da ConstituiçãoFederal,bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, daLei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar seja informado o andamento do processo de sindicância para apurar os fatos relatos no Processo Administrativo E-07/026/295/2019. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da portaria de intauração e do relatório inicial de investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO

Expedido em 25/10/21 fls 1787 Servidor (via email)

Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 25/10/2021, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1036416** e o código CRC **C3806587**.

20.22.0001.0013036.2021-63 1036416v3

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 120

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ9P2TCOITB 202100882123 2810/21 11:52:59

Ofício 2ª PJTC nº 2264/2021 *Itaboraí*, 21 de outubro de 2021.

Ref.: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** *(Favor mencionar na resposta)*

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Promotor(a),

Cumprimentando-o(a), sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia do Ofício 2ª PJTC nº 141/2021, do Ofício 2ª PJTC nº 174/2021 e do Of. SEAS/SUBEXEC SEI Nº 455, para ciência e eventuais medidas no que tange à análise da legalidade da celebração e execução dos convênios Reduc nº 1050.0077961.12.4 e nº 1050.0077962.12.4, firmados entre ERJ, Petrobras e Fundação Bio Rio.

Ressalta-se que o motivo do encaminhamento de cópias que ora que se promove é a defesa do patrimônio público, diante da notícia de diversas ações judiciais envolvendo a Fundação Bio Rio, como por exemplo: (i) Ação Destituição de Cargos da Diretoria (Processo nº 0072883-44.2017.8.19.0001) proposta pela Promotoria de Fundações em face da Fundação Bio-Rio; (ii) Ação de Improbidade Administrativa ajuizada pela 1ª PJTC Itaboraí (Processo nº 0018050-68.2021.8.19.0023) por ilegalidade no Termo de Cooperação Técnica 01/13 e seus aditivos firmados pela Fundação Bio-Rio com o Município de Itaboraí; (iii) Ação de Cobrança Processo nº 0286071-57.2016.8.19.0001 que tramita perante a 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital que visa apurar a quem e quanto é devido, de parte a parte, pela Fundação, Petrobras e/ou ERJ/INEA em razão dos convênios firmados entre eles para execução de obras relativas às condicionantes 32 e 34 da licença de instalação da UPB (Unidade Petroquímica Básica do COMPERJ).

Segue em anexo cópia de fls. 72/73 e 75/116 do procedimento em epígrafe, gravadas em mídia digital.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

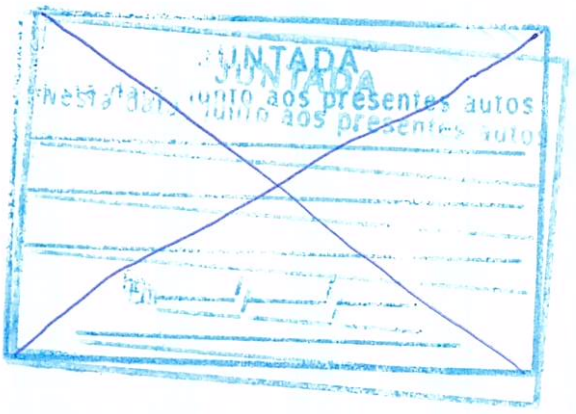
Expedido em 28/10/21
7787
Servidor

AO (À) EXCELENTÍSSIMO(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL
Av. Nilo Peçanha, 151 / 9º andar - Castelo, Rio de Janeiro, RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 25/10/2021, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1036039** e o código CRC **34083DF9**.

20.22.0001.0013036.2021-63 1036039v2



MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
121
RJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
DO NÚCLEO ITABORAÍ
MEIO AMBIENTE * ORDEM URBANÍSTICA * PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E CULTURAL * CONSUMIDOR
Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito
Rua João Caetano 207, sala 606, Centro – Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
OF. SEAS/OUVI SEI nº 137
Em 28 / 10 / 21

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 122 RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

MPRJSP2TCOITB 20210087694 9 271021 10:45:39

Of.SEAS/OUVI SEI Nº137 Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2021

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 2265/2021 - PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 26/10/2021, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **23980405** e o código CRC **F9551162**.

Compej 3

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

OF. SEDS / SUDEXE SEI Nº 631

Em 26 / 11 / 2021

6203867

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 123
RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº631 Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2021

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

MPRJSP2TCOITB 202100968382 251121 16:30:44

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 2265/2021
PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, os quais visam apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a Petrobrás, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para encaminhar a manifestação da Subsecretaria de Saneamento Ambiental- SUBSAN desta Secretaria, na qual informa o andamento do processo administrativo E07/026/295/2019, que versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nos localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado,** em 17/11/2021, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

SAMPERS 3

http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **24852655** e o código CRC **B5B366D3**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004704/2019 SEI nº 24852655

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
124
RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria de Saneamento Ambiental

À SEAS/SUBSAN

Sr. Subsecretário, com os cumprimentos de estilo, em atendimento à solicitação da SEAS/DIRAF, ID 24090780, tem-se a esclarecer que o processo E-07/026/295/2019 , o qual versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nos localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu se encotra em fase de finalização, pendente de parecer conclusivo da Assessoria Jurídica da SEAS.

No mencionado PA existe parecer da Comissão de Sindicância então constituída, conforme se verifica das e-fls. 73-92 do ID 16781962 .

Verifica-se ainda das e-fls. 95 do mencionado identificador o envio dos autos à Assessoria Jurídica da SEAS, crê-se, até mesmo para que o titular da Pasta Ambiental possa decidir acerca da susgestão contida no item 9.6 de e-fls. 92, notadamente quanto à necessidade de envio dos autos à Controladoria Geral do Estado para implementação de Auditoria de Conformidade.

Em manifestação não conclusiva, a SEAS ASSJUR positivou o despacho contido no ID 17192393 , solicitando a juntada da íntegra da Auditoria da CGU, bem como a juntada de prestações de contas, pelo que se seguiu a manifestação da SEAS/SUBSAN no ID 19827972 .

Tendo sido solicitado no ID 19827972 à Assessoria Jurídica da SEAS que "ciente de que no processo judicial 0286071-57.2016.8.19.0001 , em curso pela 2ª Vara Cível do Forum Regional da Ilha do Governador, nesta capital, em que litigam Petrobras S.A. e Fundação Bio Rio, podem estar contidas as solicitadas prestações, roga-se a essa conceituada Assessoria Jurídica a verificação naqueles autos ou mesmo solicitação de acesso, uma vez que, s.m.j, o acesso se encontra vedado por senha a este servidor, ora signatário." , sobreveio a manifestação a seguir, ID 20054918:

> Conforme se destacou em pronunciamento anterior da Assessoria Jurídica – Asjur (doc. 17192393):
>
> (...) nos termos do art. 2º do Decreto Estadual nº 7.526/1984, que aprovou o Manual do Sindicante, a **sindicância** "tem por finalidade o **levantamento de todos os dados e informações** capazes de esclarecer o fato irregular e de identificar as pessoas nele envolvidas".
>
> Por isso, tendo em vista que o trabalho deve "constituir um procedimento informativo da irregularidade ocorrida" (cf. art. 10º), **todo o material coligido pela Comissão deve constar no respectivo processo administrativo.** *(grifos ausentes na origem)*
>
> No caso sob exame, muito embora a Comissão de Sindicância tenha afirmado, em seu relatório (fls. 73/93), que procedeu à análise das prestações de contas dos convênios sobre os quais se debruçou a presente apuração sumária e não verificou irregularidades, não foram acostadas ao processo as provas documentais que teriam embasado a conclusão, o que deve ser suprido.
>
> Da detida análise dos autos, observa-se que foram juntados ao expediente apenas os seguintes documentos: (i) cópia incompleta dos instrumentos firmados entre esta Pasta, o Instituto Estadual do Ambiente – Inea, a Petrobras e a Fundação BioRio (fls. 07/15); (ii) termos das diligências realizadas em Maricá e Itaboraí (fls. 33/37); e (iii) termos de depoimento da ex-servidora Edilane Rose Pereira de Alcântara Souza, que à época ocupava o cargo de assessora técnica desta Pasta, do Sr. José Eduardo de Barros Tostes, administrador judicial da Fundação Bio-Rio, e do Sr. Sérgio Vieira do Valle, engenheiro da Petrobras e gerente de implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj (fls. 40/46 e 48/50).
>
> Posteriormente, depois de a Assessoria Jurídica – Assjur assinalar a necessidade de reforço da instrução processual, a Subsan também trouxe aos autos o relatório da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União – CGU (docs. 18708975, 18709991e 18710351), que concluiu pela configuração de falhas na utilização dos recursos provenientes dos convênios e nas prestações de

contas das despesas administrativas, mas entendeu que não houve irregularidade na conduta do Presidente da Petrobras.

Ocorre que o documento supracitado, por si só, é insuficiente para a elucidação dos fatos. Primeiro porque ele, apesar de fazer menção ao objeto, partícipes, valor e vigência dos ajustes, não deixa claro que as informações se referem aos convênios nºs 6000.0074451.12.4, 6000.0074452.12.4 e 6000.0074450.12.4. Em nenhum momento o relatório se refere, expressamente, ao número destes convênios ou do respectivo processo administrativo.

Além disso, o trabalho da auditoria (i) ao que parece, não englobou a análise do convênio firmado para a implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Maricá, encerrado em 01/11/2014 por decurso de prazo; (ii) teve o objetivo de avaliar, de uma maneira geral, a gestão da Petrobras no exercício de 2015, ou seja, a análise feita pela CGU não está diretamente relacionada à execução dos convênios que ensejaram a instauração da presente sindicância, em que pese tenha havido, de fato, a conferência de parte das prestações de contas; e (iii) contém a avaliação do órgão, suas recomendações e conclusão, bem como os esclarecimentos prestados pela Petrobras, mas não veio acompanhado dos documentos referidos no relatório, em especial das prestações de contas.

E, ainda que assim não fosse, os trabalhos da Comissão de Sindicância sequer compreenderam a análise do relatório da CGU. A existência do documento apenas foi mencionada em um dos depoimentos colhidos.

Por isso, reforça-se a necessidade de instrução do feito com os documentos que foram, de fato, objeto de averiguação pela Comissão de Sindicância e fundamentaram a conclusão adotada.

Salienta-se, por fim, que cabe à Assjur somente prestar consultoria sob o prisma jurídico, não sendo sua atribuição coligir os dados e informações que a Comissão de Sindicância afirma t[illegible] colhido e examinado. (GRIFO NOSSO) .

Na tentativa de solução do caso, seguiram-se as manifestações de ID 21292344 e 21691297 , havendo posterior contato telefônico e por e-mail com a Fundação Bio Rio, por intermédio de seu patrono, Dr. Bernardo Palermo, OAB/RJ 148.056 , a fim de que as prestações de contas dos convênios de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu fossem disponibilizadas, em formato digital. Entretanto, até o presente momento o êxito da empreitada não foi logrado.

Após submissão do caso a vossa d. pessoa, face as dificuldades nas localizações das prestações de contas, foi deliberado no âmbito da SUBSAN o envio do processo ao Protocolo da SEAS, rogando providências, conforme ID 24525667 .

Neste momento é o que se cumpria informar.

Atenciosamente,

SIDNEI N. DE OLIVEIRA
Analista Executivo Público
SUBSAN - SEAS
ID 5029166-1

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2021

Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Nazaré de Oliveira**, **Analista Executivo**, em 10/11/2021, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **24288449** e o código CRC **406A5D9A**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004704/2019 SEI nº 24288449

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. RJ
MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 129 RJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
126
RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 89/2022
PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799

Certifico que os presentes autos foram integralmente digitalizados (fls. 02/125) e anexados ao grupo de SharePoint desta Promotoria de Justiça e ao sistema MGP, em arquivo digital no formato PDF. Certifico, ainda, a fiel reprodução da documentação original dos autos físicos no referido arquivo digital.

Certifico que, a partir desta data, **o presente procedimento passará a adotar tramitação exclusivamente eletrônica**, conforme orientação do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, com fulcro no artigo 17 da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP Nº 46 de 30 de setembro de 2021.

Por fim, certifico que os autos físicos permanecerão mantidos sob a guarda desta Secretaria.

Itaboraí, 14 de fevereiro de 2022.

Cristina Alfradique
Mat. 800. 2277

Ref.: Notícia de Fato - MPRJ 2022.00002531

PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2021, na Sede do Ministério Público, localizado na Av. Marechal Câmara, n° 370, 08° andar, Centro, Rio de Janeiro, se reuniram o DR. **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, Promotor de Justiça Titular, o Subprocurador-Geral de Justiça, **DR. MARFAN MARTINS VIEIRA**; e **Pela Concessionária Água dos Rio: Dra. TATIANA VAZ CARIUS, da Águas do Rio; Dra. YOON JUNG KIM, Diretora Jurídica; e o Dr. ANSELMO LEAL, Diretor Institucional da Águas do Rio.**

Pelos representantes da Concessionária Águas do Rio foi dito que: a Concessionária deu início em 01 de novembro de 2021 à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense. Todavia, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios. Assim, considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, a Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento de oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reuso de Estações de Tratamento de Esgoto. Nesse sentido, faz-se necessário o envio de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos

TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos.

Pelo Promotor de Justiça: foi prestado esclarecimentos sobre toda a tramitação das Ações Civis Públicas e dos dois TACs do COMPERJ, assim como dos 126 Procedimentos Administrativos que apuram o cumprimento das cláusulas dos TACs. Ademais, com as cautelas de estilo, foram deferidas as cópias solicitadas, na forma disponível nesta Promotoria, qual seja: cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativo e planilha de andamento dos referidos PAs.

Após a reunião, salienta-se que a Concessionária Águas do Rio formalizou por meio de ofício RIO4.JES.2021/000039ED.ARJ.2021/000581 (MPRJ – 2022.00002531) o pedido de cópia dos seguintes documentos: (i) TACs firmados com a Petrobras na região de Itaboraí; (ii) relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e (iii) 126 Procedimentos Administrativos de acompanhamento das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos. O Promotor consignou que toda a sociedade (seja os cidadãos isoladamente por meio do controle social, seja qualquer interessado pessoa jurídica), pode contribuir com a Promotoria na instrução dos 126 PAs que apuram o cumprimento das cláusulas do TAC, sendo certo que a atuação desta Promotoria está restrita aos aspectos de tutela do meio ambiente, ressaltando que questões como o valor do pagamento pela utilização da água fogem à atribuição da Promotoria.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada.

Diante do que foi tratado na reunião e formalizado por meio do ofício RIO4.JES.2021/000039ED.ARJ.2021/000581 (MPRJ – 2022.00002531), à Secretaria para:

1- **Defiro** o pedido de cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativos e a planilha de andamento dos referidos PAs;

2- **Solicite-se** o recolhimento de custas, conforme art. 3º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2.198/2018. Após, proceda-se entrega virtual (por e-mail) da cópia dos TACs I e II COMPERJ, dos 126 Procedimentos Administrativos e a planilha de andamento dos referidos PAs digitalizado, conforme solicitado;;

3- **Juntar** cópia desta promoção aos Procedimentos Administrativos instaurados para acompanhar as obrigações contidas nos TACs I e II COMPERJ que tratem de abastecimento de água.

Itaboraí, 16 de dezembro de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.01.27 17:40:37 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **MPRJ 2022.00002531**

TERMO DE VISTA

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 07 de janeiro de 2022.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Promoção em separado, impressa em 03 lauda (s).

Itaboraí, 20/01/2022

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 08/02/22. 7787

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

DocuSign Envelope ID: 30B238B5-90A8-4CC5-8562-95492E497400

ÁGUAS DO RIO

RIO4.JES.2021/000039

ED.ARJ.2021/000581

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2021

MPRJ8P2TCOITB 20220000002531 050122 14:17:39

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Avenida Marechal Câmara, n. 370 - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-080

A/C Ilmo. Promotor de Justiça - Titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva de Itaboraí

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ref. Solicitação de Informações sobre os TACs celebrados com a PETROBRAS no Município de Itaboraí.

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A. ("Águas do Rio 1"), concessionária dos serviços públicos de fornecimento de água, esgotamento sanitário e dos serviços complementares das áreas abrangidas pelo Contrato de Concessão nº 32/2021 ("Contrato"), com sede administrativa na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 10º e 11º andares, Bairro Saúde, no Rio de Janeiro – RJ, CNPJ/MF nº 42.310.775/0001-03, vem, respeitosamente, expor e requerer o que segue.

Conforme amplamente divulgado nas mídias, a Águas do Rio deu início **em 01 de novembro de 2021** à operação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, após sagrar-se vencedora da Concorrência Internacional nº 01/2020, em 26 municípios – incluindo a Cidade de Itaboraí, assim como 124 bairros da capital fluminense.

Para atendimento das citadas áreas, foram criadas Sociedades de Propósitos Específicos SPEs, denominadas Águas do Rio 1 SPE S.A. (CNPJ/MF nº 42.310.775/0001-03) e Águas do Rio 4 SPE S.A. (CNPJ/MF nº 42.644.220/0001-06), signatárias do Contrato de Concessão nº 32/2021 e 33/2021, ambos assinados em 11 de agosto de 2021.

DocuSign Envelope ID: 30B238B5-90A8-4CC5-8562-95492E497400

ÁGUAS DO RIO

Esclarecemos que, nos termos do disposto no item 3.1 do Caderno de Encargos – Anexo VI do Contrato de Concessão, a Concessionária tem como meta contratual o prazo de 12 anos para universalizar o serviço de esgotamento sanitário e 10 anos para o sistema de fornecimento de água no Município de Itaboraí, por meio de inúmeros investimentos previstos em seu plano de negócios.

Considerando o histórico de abastecimento deficitário na região de Itaboraí, atrelado ao atual contexto de escassez hídrica, esta Concessionária vem envidando esforços em busca de soluções que mitiguem este grave problema de ordem pública para priorizar o aumento da oferta de água tratada no atendimento da população, otimizando o uso dos recursos hídricos para o consumo industrial por meio de soluções alternativas, como a água de reúso de Estações de Tratamento de Esgoto.

Nesse sentido, torna-se premente obter informações atualizadas acerca dos Termos de Ajustamento de Conduta (Comperj) celebrados com a Petrobras no município de Itaboraí, local onde será desenvolvido o polo industrial GASLUB.

Conforme acordado na reunião realizada no dia 16.12.2021 na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, solicitamos o envio de cópia dos seguintes documentos:

1) TACs firmados com a PETROBRAS na região de Itaboraí;
2) Relatório atualizado de cumprimento das obrigações pactuadas nos TACs, inclusive com o status de execução financeira dos valores previstos em investimentos pela Petrobras e por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
3) 125 procedimentos de acompanhamentos das obrigações oriundas dos Termos de Ajustamento de Conduta e os procedimentos investigativos correlatos;

Sendo estas nossas solicitações, apresentamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A

Alexandre Bianchini Antonio
Presidente

Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Institucional

TVC

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 17 de outubro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Segue abaixo link para acesso ao conteúdo da mídia de fl. 101 – 47 – 60 :

MÍDIA PÁG. 101

MÍDIA PÁG. 47

MÍDIA PÁG. 60

Ref.: Procedimento Administrativo n. 177/2019 (MPRJ n. 2019.00978799)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga"

Portaria de aditamento de PA à fl. 02-A, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02A-verso/04A-verso, instruído de documentos de fls. 05/37.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 38/40.

Ofício da Petrobras à fl. 42, instruído de fls. 43/46, contendo mídia digital (fl. 47), informando sobre o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC I.

Ofício da SEAS à fl. 48, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 49/51, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA à fl. 54, instruído de fls. 55/59, contendo mídia digital (fl. 60), informando que foi aberto o Processo Administrativo nº E07/026.228/2019 no âmbito da

SEAS/INEA. No que tange ao item 6.9 da cláusula terceira foi aberto processo de sindicância para esclarecer os fatos dos referidos convênios e apurar responsabilidades.

Ofício da SEAS às fls. 61/62, informando que não se vislumbra a possibilidade de vistoria *in loco* e uma análise detida da obrigação, uma vez que a referida obrigação consistia apenas em apresentação de comprovantes de repasses de recursos financeiros.

Ofício da SEAS à fl. 75, instruído de fls. 76/116, remetendo cópia do processo administrativo E-07/026/295/2019 e dos convênios Reduc n. 1050.0077961.12.4 e n. 1050.0077962.12.4.

Ofício da SEAS à fl. 122, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS à fl. 123, instruído de fls. 124/124, informando, em síntese, que o processo E-07/026/295/2019, o qual versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu se encontra em fase de finalização, pendente de parecer conclusivo da Assessoria Jurídica da SEAS.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano,* ***prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias****, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- Acusando o recebimento do ofício de fls. 123/124, **oficie-se à SEAS solicitando** informar e comprovar se o processo E-07/026/295/2019, o qual versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu se encontra finalizado;

2- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 18 de outubro de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.10.25 11:55:42 -03'00'

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 25 de outubro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 948/2022 *Itaboraí*, 28 de abril de 2022.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis e Procedimentos Administrativos que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 343 (trezentos e quarenta e três) inquéritos civis e 146 (cento e quarenta e seis) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 29/04/2022, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1438938** e o código CRC **5C31556B**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 2567/2022 *Itaboraí*, 27 de outubro de 2022.

Ref.: **PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799** *(Favor mencionar na resposta)*

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a estesubscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "*(...)comprovar em CD eletrônico, **no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC**, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da ConstituiçãoFederal,bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, daLei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº 631, solicitando que informe e comprove se o processo E-07/026/295/2019, o qual versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu se encontra finalizado. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da portaria de intauração e do relatório inicial de investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS ESTADO DE RIO DE JANEIRO

Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 31/10/2022, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1907782** e o código CRC **A06DF86A**.

Ref.: PA 177/2019 – MPRJ 2019.00978799

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição do Ofício 2ª PJTC nº 2567/2022, via e-mail.

Itaboraí, 31 de outubro de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº93 Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2022

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 2567/2022 - PA 177/2019

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 22/12/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **44639260** e o código CRC **F55C9500**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº68 Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2023

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

MPRJSP2TOJITB 20230012207J 130223 14:02:11

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 2567/2022

PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que visa apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a Petrobrás, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, vimos tecer as considerações que seguem.

A Subsecretaria de Saneamento Ambiental- SUBSAN informou que a comissão que apura a sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu, necessitou de atualização dos membros que a constitui, uma vez que os servidores inicialmente designados para compor a mencionada Comissão não mais integram o quadro de servidores em colaboração junto a SEAS.

Dessa maneira, servimo-nos do presente para encaminhar cópia da publicação da resolução SEAS nº 146 com os novos membros da comissão, para que haja conclusão da Sindicância, tendo em vista que o processo E07/026/295/2019 já se encontra em fase de finalização.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

solução Conjunta Seas/Inea nº 26, alterada pelas Resoluções Conjuntas Seas/Inea nº 59 e nº 78:
I - SUBSAN/SEAS:
Jaqueline da Silva Alvarenga, id. funcional 51145278 - Titular; e
Maria Fernanda Peralta, id. funcional 4228825-8 - Suplente.
II - SUBRHES/SEAS:
Daniel Farias Gomes, id. funcional 5129204-1 - Titular; e
Irlaine Alvarenga Cidade Batista dos Santos, id. funcional 5117383-2 - Suplente.
III - ASSJUR/SEAS:
Vinicius Monte Custodio, id. funcional 5099125-6 - Titular; e
Mariana Silva Maier Hage, id. funcional 5102039-4 - Suplente.
IV - PRESIDÊNCIA/INEA:
Deise de Oliveira Delfino, id. funcional 4390869-1- Titular; e
Milena Antonio Nunes de Souza, id. funcional 5100266-3 - Suplente.
V - PROCURADORIA/INEA:
Michelli Pontual, id. funcional 5101406-8 - Titular; e
Guilherme Teixera Araujo, id. funcional 5073427-0 - Suplente.
VI - DIRLAM/INEA:
Kayo Vinicus Machado Romay, id. funcional 5082480-5 - Titular; e
Raquel Simões Oliveira Franco Sélos, id. funcional 4461231-1 - Suplente.
VII - DIPOS/INEA:
Ricardo Marcelo da Silva, id. funcional 4459432-1 - Titular;
Mariana Palagano Ramalho Silva, id. funcional 4347983-9 - Suplente;
Victor Hugo Amorim Rique, id. funcional 5117874-5 - Suplente; e
Wilsimara Antunes Ferreira, id. funcional 4348081-0 Suplente.
VIII - SUPGER/INEA:
Vitor Emanoel da Silva Nacif, id. funcional 5103513-8 - Titular; e
Marcelo Barreto da Silva, id. funcional 2193546-7 - Suplente.
IX - GERTEC/INEA:
Leonardo França Pinto da Silva, id. funcional 5125045-4 - Titular; e
Isabel Carvalho Zanotelli, id. funcional 5086042-9 - Suplente."

Art. 3º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2022
JOSÉ RICARDO FERREIRA DE BRITO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

CAUÊ BIELSCHOWSKY
Diretor Adjunto de Licenciamento Ambiental,
na qualidade de Presidente em exercício do Conselho Diretor do Inea

Id: 2448732

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEAS Nº 146 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022
REVOGA A RESOLUÇÃO SEAS Nº 026 DE 01 DE AGOSTO DE 2019 E SUBSTITUI OS MEMBROS DA COMISSÃO RELATADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E-07/026/295/2019, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4, do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984;
RESOLVE:
Art. 1º - Revogar a RESOLUÇÃO SEAS Nº. 026 DE 01 DE AGOSTO DE 2019 e substituir os membros da Comissão
Art. 2º - A Comissão será composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:
- Filipe Filgueiras Jacome de Araujo - ID Funcional nº 50291688
- Carla Ribeiro - ID Funcional nº 5029171-8
- Wanessa Macedo - ID Funcional nº 4347116-1
Art. 3º - A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da presente Resolução, para apresentar a conclusão dos trabalhos.
Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2022
JOSÉ RICARDO FERREIRA DE BRITO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Id: 2448941

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABULIDADE
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.600 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022

EXPEDE LICENÇA DE INSTALAÇÃO.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, em reunião de 27/12/2022, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 46.619, de 02/04/2019, e pelo Decreto Estadual nº 46.890, de 23/12/2019,

CONSIDERANDO:

- o que consta dos Processos nºs SEI-070002/015082/2022 e nº E-07/002.2672/2015, referentes ao requerimento de renovação da Licença de Instalação - LI nº IN032141 da empresa PORTO SUDESTE DO BRASIL S/A para Expansão do Terminal Marítimo da empresa Porto Sudeste S/A, aumentando a capacidade instalada para movimentação de carga de 50.000.000 toneladas/ano (50 Mtpa) para 100.000.000 de toneladas/ano (100 Mtpa) de granéis sólidos e líquidos, que se dará através da construção de dois pontos de ancoragem de navios utilizando dolphins para atracação e operação de transbordo a contrabordo atracado, paralelo ao píer existente, situada na Rua Félix Lopes Coelho nº 222, Município de Itaguaí;

- a solicitação de Alteração do Projeto da LI nº IN032141;

- o Parecer Técnico de Renovação com Averbação de Licença de Instalação CEAM nº 08M/22;

DELIBERA:

Art. 1º - Expedir Licença de Instalação - LI para a empresa PORTO SUDESTE DO BRASIL S/A para Ampliação do Terminal Marítimo da empresa Porto Sudeste S/A, aumentando a capacidade instalada para movimentação de carga de 50.000.000 toneladas/ano (50 Mtpa) para 100.000.000 de toneladas/ano (100 Mtpa) de granéis sólidos e líquidos, que se dará através da construção de dois pontos de ancoragem de navios utilizando dolphins para atracação e operação de transbordo a contrabordo atracado, paralelo ao píer existente, situada na Rua Félix Lopes Coelho nº 222, Município de Itaguaí.

Parágrafo Único - O prazo de validade da Licença de Instalação deve ser de 8 (oito) anos.

Art. 2º - Determinar ao INEA que inclua nas condicionantes da Licença, a apresentar quando do requerimento da Licença de Operação

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2022

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente

Id: 2448940

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS

ATO DO DIRETOR- GERAL
DE 28.12.2022

INSTAURA sindicância para apurar a existência de possíveis, irregularidades contidas no Processo nº SEI-020003/001684/2022, designando para procedê-la, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente ato, Comissão integrada pelos servidores Sergio Severini, Agente Auxiliar de Serviços de Saúde, ID Funcional nº 19316623, Leonardo Rego Blanchart, Assessor Chefe ID. Funcional nº 5036578-9 e Jackson Sanches Ramalho, assessor ID 20227574, sob a presidência do primeiro. Processo nº SEI-020003/001684/2022.

Id: 2448836

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 18.10.2022
PÁGINA 32 - 2ª COLUNA

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 138 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022

CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO E A CONSTRUSAN SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA - PROCESSO Nº SEI-020007/002739/2022.

Onde se Lê:
Art.2º- Designar como Gestor do Contrato de nº 049/2022, o servidor Glauco Souza Barradas. ID Funcional nº 2581435.
Leia-sê:
Art.2º- Designar como Gestor do Contrato de nº 049/2022, o servidor Leonardo Blanchart, ID Funcional nº 5036578.

D.O. DE 18.08.2022
PÁGINA 36 - 2ª COLUNA

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 124 DE 16 DE AGOSTO DE 2022

CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO COMISSÃO PARA PROCEDER AO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PREGRÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022 A SER CELEBRADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO - PROCESSO Nº SEI-020007/002276/2022.

Onde se Lê:
Art.2º- Designar como Gestor do do Pregrão Eletrônico nº nº 023/2022, o servidor Glauco Souza Barradas, ID Funcional nº 2581435.
Leia-sê:
Art.2º- Designar como Gestor do do Pregrão Eletrônico nº nº 023/2022, o servidor Leonardo Blanchart, ID Funcional nº 5036578.

D.O. DE 31.10.2022
PÁGINA 22 - 1ª COLUNA

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 143 DE 28 DE OUTUBRO DE 2022

CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO E ALOCTECH LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA -EPP -PROCESSO Nº SEI-020007/002296/2022.

Onde se Lê:
Art.2º Designar como Gestor do Contrato de nº 043/2022, o servidor Glauco Souza Barradas, ID Funcional nº 2581435.
Leia-sê:
Art.2º Designar como Gestor do Contrato de nº 043/2022, o servidor Leonardo Blanchart, ID Funcional nº 5036578.

D.O. DE 04.10.2022
PÁGINA 16 - 3ª COLUNA

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 135 DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO E A CONSTRUSAN SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA - PROCESSO Nº SEI-020007/002330/2022.

Onde se Lê:
Art.2º- Designar como Gestor do Contrato de nº 042/2022, o servidor Glauco Souza Barradas, ID Funcional nº 2581435.
Leia-sê:
Art.2º- Designar como Gestor do Contrato de nº 042/2022, o servidor Leonardo Blanchart, ID Funcional nº 5036578.

D.O. DE 18.10.2022
PÁGINA 32 - 3ª COLUNA

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 141 DE 17 DE 0UTUBRO DE 2022

CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO E A ABBM BTAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-PROCESSO Nº SEI-020007/002280/2022.

Onde se Lê:
Art.2º- Designar como Gestor do Contrato de nº038/2022, o servidor Glauco Souza Barradas. ID Funcional nº 2581435.
Leia-sê:

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DO COORDENADOR
DE 28.12.2022

PROCESSO Nº SEI-020007/003876/2022 - AUTORIZO o registro dos produtos Carne moida congelada de bovino - recortes, Carne moida congelada de bovino - acém e Carne moida congelada de bovino - patinho, pertencentes à AS MOURÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA ME - SIE 1309, conforme solicitação e parecer no presente processo.

Id: 2448972

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

DESPACHO DA SECRETÁRIA
DE 27/12/2022

PROCESSO Nº SEI-180008/000417/2022 - AUTORIZO e **DEFIRO** o pedido de remanejamento de saldo não utilizado do Edital de Chamada Emergencial de Credenciamento nº 02/2022 "FOLIA DE REIS RJ", no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) para a utilização no Edital de Chamada de Credenciamento nº 04/2022 "BLOCOS NAS RUAS RJ", possibilitando o aumento do número de prêmios de 65 (sessenta e cinco) para 71 (setenta e um) prêmios, e assim, a classificação de 06 (seis) projetos, sendo 04 (quatros) projetos na categoria A - Blocos Individuais no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada e 02 (dois) projetos na categoria B - Federações, Associações e Ligas, no valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) cada.

Id: 2448799

ATA DE REUNIÃO

Às quinze horas do dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu-se na sede da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, situada à Avenida Presidente Vargas, nº 1.261, Centro - Rio de Janeiro/RJ, a Comissão de Fiscalização do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC e a Associação de Amigos da Escola de Artes Visuais - AMEAV para tratar da prestação de contas do exercício de 2021. Compareceram os seguintes membros: José Alberto Gomes Saraiva, Adenilson Honorato da Silva, Caroline Tuler Castelo Branco, Fábio Henrique Pigliasco Ferreira, José Fernandes Neto, Marcos Cesar da Silva Manso, Patrícia Viçoso Figueiredo e Taydara Araujo Morais Bezerra. Aberta a reunião, foi apresentado formalmente o novo Presidente da Comissão; Após apresentação, foi dado início as tratativas para análise das constas por parte da Comissão do exercício de 2021; Ato contínuo, fora convencionado entre todos os participantes (Presidente e Membros) que o prazo estabelecido para aprovação e/ou reprovação das constas será datado de vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e dois. Importante salientar, que todas as manifestações referentes às constas, será dado através do Processo nº SEI-180007/003016/2022. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão.

JOSÉ ALBERTO GOMES SARAIVA
Presidente

ADENILSON HONORATO DA SILVA
CAROLINE TULER CASTELO BRANCO
FÁBIO HENRIQUE PIGLIASCO FERREIRA
JOSÉ FERNANDES NETO
MARCOS CESAR DA SILVA MANSO
PATRÍCIA VIÇOSO FIGUEIREDO
TAYDARA ARAUJO MORAIS BEZERRA
Membros

Id: 2448759

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 28/12/2022

PROCESSO Nº SEI E-18/001/620/2015 - APROVO a prestação da TERCEIRA PARCELA relativa ao Convênio nº 235/2010, firmado com a Instituto de Desenvolvimento, Estudos, Ações e Implementações Sociais, no dia 10 de dezembro de 2010, em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 4 da Instrução Normativa nº 45/2018 da AGE, e fundamentado no Parecer do Gerente Executivo de Convênio como determina o inciso IV do art.21 do Decreto nº 44.879/2014.

Id: 2449014

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ATO DA SUBSECRETÁRIA

PORTARIA SECEC/SUBPG Nº 321
DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022

DESIGNA SERVIDORES PARA A PRÁTICA DO ATO QUE MENCIONA.

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Resolução SECEC nº 172, de 14/10/2021, considerando o disposto no Decreto nº 45.600, de 16/03/2016, a Instrução Normativa SECEC/GAB Nº 01, de 10 de setembro de 2019, e tendo em vista o Processo nº SEI-180007/001503/2021,
RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Fiscalização do Termo de Cessão de Uso de Imóvel 01/2022, com o objetivo de proceder ao acompanhamento da execução, recebimento e fiscalização do Instrumento Contratual celebrado entre esta Secretaria e empresa Cinemas São Luiz S.A os servidores:

Presidente:
João Carlos Barros de Azevedo Filho, ID 5010644-9
Membros:
André Couto Miranda Santos, ID 50995065
Diogo Lopes Pereira Pinho, ID 4428071-8
Substituto:
Marcos César da Silva Manso, ID 623430-5
Art. 2º - Fica designado o servidor Raphael Pereira Moreira, ID 51258552, como Gestor do presente Contrato.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2022
ROSEMARY GOMES MOREIRA DA COSTA ALMEIDA
Subsecretária de Planejamento e Gestão

Id: 2448804

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ATO DO SECRETÁRIO E DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDSODH/PRODERJ Nº 074
DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO NA FORMA A SEGUIR ES-

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0005975/2023-03

INTERNO

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 25 de Maio de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0005975/2023-03

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 177/2019 (MPRJ n. 2019.00978799)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. Acusando o recebimento do ofício de fls. 123/124, **oficie-se à SEAS** solicitando informar e comprovar se o processo E-07/026/295/2019, o qual versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu se encontra finalizado;

II. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 05 de Junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 05-06-2023 13:43

Ofício nº 785/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00623976
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Investigado(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Assunto: PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça solicitar que informe e comprove se o processo E-07/026/295/2019, o qual versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu se encontra finalizado. Fixa-se prazo de 30

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 16-06-2023 10:45

(trinta) dias para a resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 16 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Documento id. 00642138

INTERNO

Em 20/06/2023, procedi à expedição do ofício 785/2023, via e-mail.

Itaboraí, 21 de junho de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº758 Rio de Janeiro, 24 de julho de 2023

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

Referência: Ofício nº 785/2023-2PJTCOITB

PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que visa apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a Petrobrás, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para encaminhar os esclarecimentos apresentados pela Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental- SUBINFRA, bem como o Parecer nº 10/2023 – MSMH – ASSJUR/SEAS, elaborado pela Assessoria Jurídica da SEAS e a manifestação da Comissão de Sindicância presente nos autos do processo E-07/026/295/2019.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 27/07/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **56322222** e o código CRC **96486F87**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental

À SEAS/SUBINFRA

Sr. Subsecretário, em análise, ainda que detida, destes autos, os quais foram encaminhados a esta SEAS/SUBINFRA, verifica-se do ID 55241796 que a SEAS/ASPPAM roga informações acerca do processo E-07/026/295/2019 , que versa sobre sindicância nos processos de convênios entabulados junto à PETROBRAS para obras de saneamento nos municípios de Maricá, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu.

A solicitação visa informar ao MPRJ se "...o processo...o qual versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu se encontra finalizado.".

Pois bem, aditando-se as informações já contantes do ID 46400420 , é possível se verificar que no processo acima mencionado fora encartado parecer da Assessoria Jurídica (53576719) e manifestação da Comissão de Sindicância (54172356) , com entendimetno de que, com os elementos que instruiram os autos do processo de sindicância, tais como depoimentos e documentos, com a expertise limitada dos componentes, não foi possível identificar a configuração de dano ao erário, sem prejuízo de que, à luz de eventuais fatos novos, a Administração opte pela instauração de auditoria, quer seja pública, quer privada.

Por fim, esclarece-se que, s.m.j., o processo de sindicância se encontra no Gabinete do Secretário aguardando a homologação de todo o processado, desde junho passado.

É o que se cumpria esclarecer.

Atenciosamente,

SIDNEI N. DE OLIVEIRA
Analista Executivo Público
SEAS - SUBINFRA
ID 5029166-1

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Nazaré de Oliveira**, **Analista Executivo**, em 13/07/2023, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **55331843** e o código CRC **5FA77CCD**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por sidneino, versão 19 por sidneino em 08/07/2023 12:02:50.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Assessoria Jurídica

Parecer nº 10/2023 – MSMH – ASSJUR/SEAS

Processo E-07/026/295/2019

SINDICÂNCIA. SERVIÇO PÚBLICO. APURAÇÃO SUMÁRIA DE IRREGULARIDADES. DECRETO-LEI Nº 220/1975. MANUAL DO SINDICANTE, APROVADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 7.526/84. DECRETO ESTADUAL Nº 2.479/79. ORIENTAÇÕES JURÍDICAS SOBRE O PROCEDIMENTO. COMISSÃO DE SINDICÂNCIA. RELATÓRIO CONCLUSIVO. DECISÃO POR PARTE DA AUTORIDADE QUE INSTAUROU A SINDICÂNCIA.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado à Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Assjur/Seas para análise e manifestação jurídica acerca da sindicância referente aos contratos nº 6000.0074450.12.4, nº 6000.0074451.12.4 e nº 6000.0074452.12.4, correspondentes aos convênios da construção da barragem do Rio Guapiaçu, sistema de esgotamento sanitário de Itaboraí e sistema de esgotamento sanitário de Maricá.

De acordo com a CI SEAS/SUBSAN Nº. 049/2019 (doc. 16781483, p. 5), que solicitou a instauração da sindicância, o procedimento envolve convênios formalizados entre a PETROBRÁS, o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Seas, e o Instituto Estadual de Ambiente – Inea, com participação da fundação BIO-RIO. Também se extrai do referido documento que os ajustes foram pactuados para o atendimento de condicionantes do licenciamento ambiental do Comperj.

A solicitação da sindicância pelo então Subsecretário da Subsecretaria de Saneamento Ambiental – Subsan se deu no intuito de subsidiar futura manifestação institucional perante o Poder Judiciário em ação judicial, bem como com vistas a orientar o gestor quanto às medidas a serem adotadas em termo de ajuste de conduta – TAC que viria a ser firmado entre a PETROBRÁS e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPE/RJ (doc. 16781483, p. 6).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – ADVERTÊNCIA PRÉVIA

Ressalta-se que cabe à Assjur prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelo gestor, nem analisar os aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Nesse contexto, registra-se que embora esta Assjur tenha sido instada a se manifestar acerca da sindicância em questão, **não lhe compete proferir qualquer tipo de opinamento jurídico sobre o mérito do procedimento.**

Este pronunciamento limitar-se-á ao apontamento de aspectos exclusivamente jurídicos que possam repercutir no exame da sindicância e decisão sobre o seu mérito pela autoridade competente.

II.2 – DA DISCIPLINA NORMATIVA ESTADUAL RELATIVA AO PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo estadual prevê a sindicância como o instrumento de apuração sumária de irregularidades praticadas no serviço público, estando a autoridade que tomar ciência da irregularidade obrigada a promove-la (art. 61 do Decreto-Lei nº 220/1975)[1].

Em igual sentido dispõe o art. 1º do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.526/84. Já o art. 2º do referido Manual define quais são as finalidades do procedimento. *In verbis*:

> Art. 2° - O procedimento de sindicância tem por finalidade o levantamento de todos os dados e informações capazes de esclarecer o fato irregular e de identificar as pessoas nele envolvidas.

Quanto à competência para determinar a apuração sumária de irregularidades no serviço público, o Decreto Estadual nº 2.479/79 (ato regulamentar do Estatuto dos Funcionários Públicos) estabeleceu que são competentes os dirigentes de unidades administrativas até o nível de Chefe de Seção (art. 314). Ademais, a sindicância poderá ser realizada por um único funcionário ou por uma comissão de 3 (três) servidores, preferivelmente efetivos (parágrafo único do art. 311).

Nos termos do art. 315 do ato regulamentar, cabe ao sindicante ou à comissão de sindicância as seguintes atribuições:

> Art. 315 – O sindicante deverá colher todas as informações necessárias, ouvindo o denunciante, à autoridade que ordenou a sindicância, quando conveniente; o suspeito, se houver; os servidores e os estranhos eventualmente relacionados com o fato, bem como procedendo à juntada do expediente de instauração da sindicância e de quaisquer documentos capazes de bem esclarecer o ocorrido.

Ao servidor suspeito, é assegurado se manifestar ou juntar documentos que considere úteis, sendo dispensada a sua citação para tal fim, uma vez que a sindicância possui natureza de apuração sumária (art. 316).

O sindicante ou a comissão de sindicância deverá elaborar e apresentar relatório de caráter expositivo, contendo, exclusivamente, de modo claro e

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

RELATÓRIO DE SINDICÂNCIA

Da: Comissão de Sindicância
Ao: Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de janeiro
Assunto: Relatório de Sindicância.
Referência: Processo n° E-07/026/295/2019

Ilmo Sr. Secretário,

Esta Comissão de Sindicância, instituída pela Resolução SEAS nº 146 de 26 de dezembro de 2022 do Exmo. Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, para dar continuidade aos trabalhos iniciados pela Comissão de Sindicância instituída pela Resolução SEAS 026/2019 de 1º de agosto de 2019, é composta pelos seguintes membros:

Filipe Filgueiras Jacome de Araujo- ID funcional: 502.9168-8- Presidente

Wanessa Macedo- ID funcional: 434.7116-1 - Secretária

Carla Ribeiro - ID funcional: 502.9171- 8 - Vogal

1- HISTÓRICO

No dia 02 de agosto de 2019 foi instituída em DOERJ, Comissão de Sindicância para esclarecer os fatos, termos do convênio nº 6000.0074450.12.4, convênio n° 6000.0074451.12.4 e convênio nº 6000.0074452.12.4 formalizado entre Petrobrás e o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade- SEAS e do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, com a participação da Fundação Bio-Rio para atendimento de condicionantes do licenciamento ambiental do COMPERJ e apurar responsabilidade da ocorrência apontada no processo E-07/026/295/2019. A comissão foi composta pelos seguintes servidores:

- Sidnei Nazaré de Oliveira, Id. Funcional nº 502.9166-1 (Presidente);
- Tatiana Almeida dos Santos Coutinho, Id. Funcional nº 5100146-2 (membro);
- Eduardo Gomes da Silva – id funcional nº 5097716-4 (Membro).

A comissão original, supracitada, limitou o objeto de seu trabalho à análise documental dos processos em que os convênios foram firmados e o confrontamento de tais informações com os depoimentos prestados pelas pessoas intimadas, descritas e qualificadas nas fls. 24-25 e 47, relatórios de fotos, bem como pela a análise superficial das prestações de contas. Tal abordagem foi justificada como sendo a mais efetiva, para atingir os fins deste procedimento sumário.

Foi informado ainda às fls.76 que os membros da comissão mantiveram suas análises restritas às suas áreas de conhecimento no que toca aos documentos analisados, fotografias e depoimentos, evitando assim dúvidas acerca da juridicidade de sua constituição. Sendo assim, foram intimados/convidados para deporem sobre o tema o Interventor judicial da Fundação Bio-Rio à época, o Sr. José Eduardo de Barros Tostes (fls.25), a Superintendente de Engenharia Sanitária à época, Sra. Edilane Rose Pereira de Alcântara Souza (Fl. 24) e a Gerência de implantação operacional da Petrobrás, à época na pessoa do Sr. Sergio Valle (fls.48/50)

No dia 12 de dezembro de 2019 foi elaborado o **RELATÓRIO DE SINDICÂNCIA às fls. 73/93** (SEI nº 16781962) concluindo que **não foram encontradas irregularidades formais nos documentos e processos analisados**, ressalvando-se que não coube à presente comissão realizar a análise da movimentação financeira ocorrida na conta corrente dos citados convênios.

No dia 19 de maio de 2021, a Assessoria Jurídica desta Secretaria - SEAS/ASSJUR através de despacho SEI nº (17192393), solicitou, para reforço da instrução processual, antes da emissão de parecer jurídico conclusivo, a juntada aos autos dos documentos referidos pelos depoentes (p. ex. relatório da auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União – CGU) e demais provas que embasaram a conclusão adotada pela Comissão de Sindicância (em especial as prestações de contas relativas aos convênios objetos da presente apuração sumária).

Em seguida à solicitação foram juntados aos autos os Relatórios de Auditoria Anual de Prestação Contas (18708975, 18709991 e 18710351)

A SEAS/ASSJUR em despacho SEI nº 20054918 se manifestou no sentido de que a juntada do documento supracitado seria “insuficiente para a elucidação dos fatos. Primeiro porque ele, apesar de fazer menção ao objeto, partícipes, valor e vigência dos ajustes, não deixa claro que as informações referem-se aos convênios nos 6000.0074451.12.4, 6000.0074452.12.4 e 6000.0074450.12.4” e que “reforça-se a necessidade de instrução do feito com os documentos que foram, de fato, objeto de averiguação pela Comissão de Sindicância e fundamentaram a conclusão adotada”.

Importante ressaltar, que **em nenhum momento o Relatório da Comissão de Sindicância às fls. 73/93, foi questionado em sua materialidade, sendo, portanto, veículo válido de apuração dos fatos.** O que foi de fato apontado, entretanto, pela Assessoria Jurídica, foi a insuficiência da juntada de documentos probatórios aos autos

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Documento id. 00954564

DESPACHO DE PRORROGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 177/2019 (MPRJ n. 2019.00978799)

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda e item 6.9 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". O INEA e/ou a SEAS obrigou-se a "(...) apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda do item 3 deste TAC, no prazo de (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga"

Portaria de aditamento de PA à fl. 02-A, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02A-verso/04A-verso, instruído de documentos de fls. 05/37.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 38/40.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 11-09-2023 16:55

Ofício da Petrobras à fl. 42, instruído de fls. 43/46, contendo mídia digital (fl. 47), informando sobre o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC I.

Ofício da SEAS à fl. 48, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA às fls. 49/51, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA à fl. 54, instruído de fls. 55/59, contendo mídia digital (fl. 60), informando que foi aberto o Processo Administrativo nº E07/026.228/2019 no âmbito da SEAS/INEA. No que tange ao item 6.9 da cláusula terceira foi aberto processo de sindicância para esclarecer os fatos dos referidos convênios e apurar responsabilidades.

Ofício da SEAS às fls. 61/62, informando que não se vislumbra a possibilidade de vistoria *in loco* e uma análise detida da obrigação, uma vez que a referida obrigação consistia apenas em apresentação de comprovantes de repasses de recursos financeiros.

Ofício da SEAS à fl. 75, instruído de fls. 76/116, remetendo cópia do processo administrativo E-07/026/295/2019 e dos convênios Reduc n. 1050.0077961.12.4 e n. 1050.0077962.12.4.

Ofício da SEAS à fl. 122, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS à fl. 123, instruído de fls. 124/124, informando, em síntese, que o processo E-07/026/295/2019, o qual versa sobre sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá, Itaboraí e Barragem do Guapiaçu se encontra em fase de finalização, pendente de parecer conclusivo da Assessoria Jurídica da SEAS.

Ofício da SEAS de índex 00547079, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS de índex 00567364, informando que a Comissão que apura a sindicância acerca das obras de saneamento ambiental nas localidades de Maricá,

Itaboraí e Barragem do Guapiaçu, necessitou de atualização dos membros que a constitui. Contudo, o processo E07/026/295/2019 já se encontra em fase de finalização.

Ofício da SEAS de índex 00769453, informando, em suma, que fora encartado parecer da Assessoria Jurídica e manifestação da Comissão de Sindicância, com entendimento de que, com os elementos que instruíram os autos do processo de sindicância, tais como depoimentos e documentos, com a expertise limitada dos componentes, não foi possível identificar a configuração de dano ao erário, sem prejuízo de que, à luz de eventuais fatos novos, a Administração opte pela instauração de auditoria, quer seja pública, quer privada.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento

administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1. Acusando o recebimento do ofício de índex 00769453, **oficie-se à SEAS solicitando** informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC;

2. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 11 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 488/2023 *Itaboraí*, 27 de abril de 2023.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os inquéritos civis que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, no total, 299 (duzentos e noventa e nove), conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2337100** e o código CRC **2281C744**.

Ofício nº 1666/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00973239
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Investigado(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Assunto: PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS.
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Ofício SEAS/SUBEXE n. 758/2023, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 19-09-2023 10:58

a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nas cláusulas 6.2.1, 6.2.2 da cláusula terceira do TAC. Fixa-se prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 19 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Documento id. 00994178

Documento enviado em 20 de setembro de 2023:
Ofício 1666/2023-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 22 de setembro de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Sex, 15/09/2023 17:50
Para:Cristina Alfradique Etcharte <cgalfradique@mprj.mp.br>

4 anexos (5 MB)
PLANILHA PA COMPERJ TAC I TIMBRADO.pdf; PLANILHA PA COMPERJ TIMBRADO TAC II (1).pdf; PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO.pdf; Promoção - Ref. E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II pedido de cópia .pdf - assinado.pdf;

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 15:43
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc: Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Dr. Tiago, boa tarde,

Segue abaixo pedido de cópia feito por Águas do Rio, solicitando cópia integral dos PA's do COMPERJ.
Podemos solicitar a atualização do portal RAP e informar que todos os procedimentos estão disponíveis para acompanhamento no referido portal?

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Julia Pinheiro da Silva <julia.psilva@aguasdorio.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 14:44
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: Marcelo de Pontes Cavaco <marcelo.cavaco@aguasdorio.com.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Prezados,

Em nome da Águas do Rio gostaria de receber informações quanto ao procedimento de obtenção das cópias dos processos administrativos listados nos anexos. Tratam-se de procedimentos instaurados por este Ministério Público para acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC COMPERJ I e II pela Petrobrás. A Águas do Rio já foi autorizada receber as referidas cópias conforme promoção em anexo.

Obrigada desde já, abraços.

Att.;

Júlia Pinheiro da Silva
Assistente Jurídico
+55 21 97155-0129
Av. Rodrigues Alves / Armazén 2 - Saúde
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20081-250
http://www.aguasdorio.com.br

Ref.: E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Juntar** cópia da presente promoção e do e-mail em anexo aos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II;

2. **Defiro** o pedido de cópia integral dos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, com as cautelas de estilo;

3. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual integral do Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, digitalizado, conforme solicitado.

Itaboraí, 15 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.09.15 17:49:15 -03'00'

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº119 Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 1666/2023-2PJTCOITB - PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 14/11/2023, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **63338693** e o código CRC **D246F3A0**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Documento id. 01450510

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 177/2019 - MPRJ 2019.00978799

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Defiro o pedido de dilação de prazo do ofício de índex 01231170 por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 11 de janeiro de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 11-01-2024 13:41

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº25 Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2024

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

Referência: Ofício nº 1666/2023-2PJTCOITB

PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que visa apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da Cláusula Segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado entre o MPRJ, a SEAS, o INEA e a Petrobrás, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para encaminhar os esclarecimentos apresentados pela Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização do Contrato SEAS nº 001/2023 firmado com a Empresa Trial (Rio) Tecnologia Ambiental Ltda, sobre o andamento dos trabalhos referentes à execução da Auditoria Externa das obrigações dos TACs do COMPERJ.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 16/01/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **66906592** e o código CRC **AE468218**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004704/2019 SEI nº 66906592

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental

À Ouvidoria da SEAS

À Assessoria de Planejamento em Políticas Ambientais

Assunto: Informações sobre às obrigações dos TACs do COMPERJ

Em resposta ao Ofício nº 1666/2023-2PJTCOITB (SEI nº 60019806) do Ministério Público do Rio de Janeiro, onde este órgão solicita informações sobre o cumprimento das exigências do item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC, informamos o seguinte:

1. Dada à complexidade e volume das obrigações a serem auditadas, solicitamos que as respostas demandadas ao Ministério Público estejam sincronizadas e respeitem o cronograma de entregas, registradas no Plano de Trabalho aprovado no SEI nº62225925 e juntado aos autos no SEI-070026/002308/2023.

O Plano de Trabalho aprovado estabelece as etapas e prazos para a realização da Auditoria Externa. Para garantir a qualidade e a confiabilidade das informações, é importante que as respostas sejam fornecidas de forma coordenada e que respeitem o cronograma estabelecido.

2. Em função da diversidade de temas, multiplicidade de equipes técnicas envolvidas e volume das documentações a serem analisadas, informamos que o Plano de Trabalho aprovado poderá sofrer adequações ao longo do tempo e receber ajustes necessários para o cumprimento do contrato.

A Auditoria Externa é um contrato de grande porte, que envolve diversos temas e equipes técnicas. É natural que, ao longo da execução do trabalho, sejam identificadas necessidades de ajuste no Plano de Trabalho. Essas adequações serão registradas no SEI, para que o Ministério Público esteja ciente de toda e qualquer mudança que possa ocorrer.

3. Reafirmamos o nosso compromisso com a transparência e o esclarecimento.

Estamos à disposição para responder a quaisquer dúvidas que o Ministério Público possa ter sobre o andamento dos trabalhos referentes à execução da Auditoria Externa das obrigações dos TACs do COMPERJ.

Atenciosamente,

Waldir Ruggieri Peres
Gestor do Contrato de Auditoria Externa dos TACs do COMPERJ
Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID 2714834-3

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2024

Documento assinado eletronicamente por **Waldir Ruggieri Peres**, **Assessor**, em 11/01/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **66758954** e o código CRC **6DB9D781**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004704/2019 SEI nº 66758954

Avenida Venezuela, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por waldirrp, versão 2 por waldirrp em 11/01/2024 14:21:10.

Ofício nº 058/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01458510
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Assunto: PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça informar sobre o deferimento do pedido de dilação de prazo para resposta por mais 60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 18-01-2024 17:35

Itaboraí, 18 de janeiro de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Documento id. 01502180

Documento enviado em 22 de janeiro de 2024:
Ofício 058/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 31 de janeiro de 2024

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01693683

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TACs do COMPERJ[1]

Como se sabe, o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

No dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

Os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Isto posto, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 09:41

cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

Tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ"*.

Noutro giro, esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA

ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

Considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: *"(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)"*

O Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

O direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

O Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

A transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

Ressalta-se que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever

de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

A publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas, não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

No que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

O Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: *"(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)*

A Lei n. 10.650/2003, estabelece que: *(...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).*

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: *"São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".*

A Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: *"São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".*

Em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

A omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

Indubitavelmente a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

Nessa toada, o MPRJ registra que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos

controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e *accountability*.

Ressalta-se que esta Promotoria de Justiça em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

É o breve relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. **Expeça-se imediatamente recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, a fim de que: ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias,***

críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis;

II. **Juntar** cópia da presente promoção e da recomendação expedida em todos os Procedimentos Administrativos (em andamento) do TAC COMPERJ I e II;

III. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

[1] TAC I e II: PA 150/2019 – MPRJ n. 2019.00977739; PA 151/2019 – MPRJ n. 2019.00978524; PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517; PA 153/2019 - MPRJ 2019.00978521; PA 154/2019 - MPRJ 2019.00977734; PA 155/2019 - MPRJ 2019.00977724; PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717; PA 159/2019 - MPRJ 2019.00977681; PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785; PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783; PA 162/2019 - MPRJ 2019.0097871; PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778; PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775; PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774; PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764; PA 169/2019 - MPRJ 2019.00978758; PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821; PA 172/2019 - MPRJ 2019.00978813; PA 173/2019 - MPRJ 2019.00978810; PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802; PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799; PA 179/2019 - MPRJ 2019.00978793; PA 180/2019 - MPRJ 2019.00978685; PA 181/2019 - MPRJ 2019.00978683; PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680; PA 188/2019 - MPRJ 2019.00978818; PA 189/2019 - MPRJ 2019.00978816; PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978751; PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745; PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743; PA 194/2019 - MPRJ 2019.00978740; PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738; PA 196/2019 - MPRJ 2019.00978733; PA 197/2019 - MPRJ 2019.00978731; PA 198/2019 - MPRJ 2019.00978707; PA 199/2019 - MPRJ 2019.00978699; PA 200/2019 - MPRJ 2019.00978687; PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654; PA 202/2019 - MPRJ 2019.00978628; PA 203/2019 - MPRJ 2019.00978638; PA 204/2019 - MPRJ 2019.00978625; PA 205/2019 - MPRJ 2019.00978623; PA 206/2019 - MPRJ 2019.00978615; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605; PA 208/2019 - MPRJ 2019.00978582; PA 209/2019 - MPRJ

2019.00978564; PA 210/2019- MPRJ 2019.00978560; PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555; PA 06/2020 - MPRJ 2020.00174213; PA 08/2020 - MPRJ 2020.00174210; PA 09/2020 - MPRJ 2020.00174209; PA 10/2020 - MPRJ 2020.00174208; PA 11/2020 - MPRJ 2020.00174207; PA 12/2020 - MPRJ 2020.00174206; PA 13/2020 - MPRJ 2020.00174205; PA 14/2020 - MPRJ 2020.00174204; PA 15/2020 - MPRJ 2020.00174203; PA 16/2020 - MPRJ 2020.00174202; PA 17/2020 - MPRJ 2020.00174201; PA 18/2020 - MPRJ 2020.00174200; PA 19/2020 - MPRJ 2020.00174199; PA 20/2020 - MPRJ 2020.00174198; PA 21/2020 - MPRJ 2020.00174197; PA 22/2020 - MPRJ 2020.00174196; PA 23/2020 - MPRJ 2020.00174195; PA 24/2020 - MPRJ 2020.00174194; PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193; PA 26/2020 - MPRJ 2020.00174192; PA 27/2020 - MPRJ 2020.00174191; PA 28/2020 - MPRJ 2020.00174190; PA 29/2020 - MPRJ 2020.00174189; PA 31/2020 - MPRJ 2020.00174187; PA 32/2020 - MPRJ 2020.00174186; PA 33/2020 - MPRJ 2020.00174185; PA 36/2020 - MPRJ 2020.00174182; PA 37/2020 - MPRJ 2020.00174181; PA 39/2020 - MPRJ 2020.00174179; PA 41/2020 - MPRJ 2020.00174177; PA 43/2020 - MPRJ 2020.00174175; PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172; PA 47/2020 - MPRJ 2020.00174171; PA 48/2020 - MPRJ 2020.00174170; PA 51/2020 - MPRJ 2020.00174167; PA 52/2020 - MPRJ 2020.00174166; PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165; PA 54/2020 -MPRJ 2020.00174164; PA 55/2020 - MPRJ 2020.00174163; PA 56/2020 - MPRJ 2020.00174162; PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161; PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160; PA 59/2020 - MPRJ 2020.00174159; PA 60/2020 - MPRJ 2020.00174158; PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157; PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156; PA 65/2020 - MPRJ 2020.00174153.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694367
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023

(Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: "(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)".

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões

consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

> O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: "(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: "São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: "São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei

Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 002/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694303
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima,

obrigou-se a “(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade”.

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: “(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)”.

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o

atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: “(...) é dever dos

> órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: “São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade”.

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios

dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts.

51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Documento id. 01988983

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 177/2019 - MPRJ 2019.00978799

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Acusando o recebimento do ofício de index 01477972, **oficie-se à SEAS** solicitando informar e comprovar andamento dos trabalhos referentes à execução da Auditoria Externa das obrigações dos TACs do COMPERJ;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 25 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 25-04-2024 09:41

Ofício nº 1170/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01992375
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Assunto: PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799.
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe que visa apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.2.5 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 5.2.5) Em relação à condicionante 34, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...)comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio". [1]

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of.SEAS/SUBEXE Nº25, bem como solicitar que informe e comprove o andamento dos trabalhos referentes à execução da Auditoria Externa das obrigações dos TACS do COMPERJ. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 30-04-2024 16:20

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

[1] https://www.mprj.mp.br/web/portal-rap/projetos/tac-comperj

Itaboraí, 30 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0005975/2023-03
Documento id. 02046293

Documento enviado em 03 de maio de 2024:
Ofício 1170/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 08 de maio de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787